



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCIII – Nº 809 – SET/OUT/NOV/DEZ DE 2007



A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Editora — Priscila Tassan: **ESTELLE BAKER**, **ESTELLE LIMA** e **CASTILHO** e **NEURO**

N.º 1 Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1913 Anno I

EDITORIAL

REVISTA BRASILEIRA, que inicia com este numero a sua carreira na literatura militar do país, tem o seu programma condito na formula que lhe serve de estreia:

Como é fácil de ver, o exemplo dos seus fundadores não é outro senão entusiasmar, na medida de suas forças, para o engrandecimento das suas instituições militares, sobre as quais responde a defesa do vasto patrimônio territorial que os russos encarregaram de proteger.

— nos integrar, e as escravas somos os interesses que sobre elas acumulam.

os interesses gerais desse gênero.

Se nos grandes povos, indiretamente assistímos, à missão do Exército não ser geralmente da quadra das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem harmoniosamente para a formar.

mapo de um povo. O Partido —não forças verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa effervescente — vai às urnas um pouco além dos seus deveres profissionais para formar-se, em dados momentos, um factor decisivo de transformação política ou de estabilização social.

A nossa pequena história, bem como a de outras povoações sul-americanas, está cheia de excentricas demonstrações desse elemento.

exemplos demonstrativos dessa afirmação. Ela debatida, em suas explicações literárias, é a luta de classes que se expressa contra os interesses militares na evolução social das pessas: «... é um fato histórico que as sociedades nauscas têm necessidade dos elementos militares para assisti-las à sua formação e desenvolvimento, e que só com grande elevação de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recupera e sua verdadeira função. Bem desse modo, de forma alguma, a necessidade de uma classe dominante para suas necessidades é uma necessidade que a força, pressas, entretanto, estátiva aparentado para a sua função conservadora e estatuidosa dos elementos sociais em marcha... e preparado para corrigar as perturbações internas, tão comuns na vida humana das sociedades que se formam».

Naqueles dias respeito ao exterior, o problema que o neto Flávio tem a encontrar não é menos complexo.

Vassi, pelo ferir, opaienta e formosa, em
via de fato muias vezes é sempre retomada, desen-
tida, redonda.

PRINCÍPIOS DE SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Ives Gandra da Silva Martins

A GUERRILHA COLOMBIANA, UM PROBLEMA DE TODOS

José Fernando de Maya Pedrosa

TEORIAS GEOPOLÍTICAS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Roberto Machado de Oliveira Mafra

EDITORIAL

A *A Defesa Nacional* foi fundada em 10 de outubro de 1913. Nessa ocasião, 1913, serviam no Rio de Janeiro vários oficiais que, como tenentes, haviam servido arregimentados no Exército alemão. A eles uniram-se mais alguns jovens oficiais que, embora não houvessem feito esse proveitoso estágio, se achavam animados pelo mesmo ardor profissional, evidenciado por meio de trabalhos nos corpos de tropa, de estudos e de publicações anteriormente feitas.

Alguns desses oficiais se conheceram por ocasião das reuniões para estudo de assuntos militares, determinadas pelo General Souza Aguiar, comandante da 1ª Região Militar e dirigidas pelo Major Raimundo Pinto Seidl, sob o nome de “jogo de guerra”. Esses trabalhos na carta constituíram, então, grande novidade.

A idéia da criação de uma revista de assuntos militares partiu de Estevão Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger. Foram eles que organizaram o “núcleo mantenedor”, convidando os oficiais que vieram integrar a sociedade responsável pela publicação da Revista e eleger seus redatores.

Assim ficou constituído seu primeiro núcleo dirigente: Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redatores), Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, Euclides de Oliveira Figueiredo, Brasílio Taborda, Amaro de Azambuja Vilanova e José dos Mares Maciel da Costa.

O programa traçado foi o de uma luta pela radical transformação dos costumes militares, com a modernização da técnica e da tática então em uso entre nós. A revista devia aproximar-se tanto quanto possível, em sua feitura, da famosa publicação alemã, a *Militär-Wochenblatt*. E foi por isso que seu primeiro número apareceu sem capa.

(Extracto do histórico de A Defesa Nacional pela Ten. Fabiana Vaz da BIBLIEX)

A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares (1913 – nov. 1923)

A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares e Estudos Brasileiros (1962)

Periodicidade

1913 até 1963 – Mensal, com alguns casos de periodicidade bimestral

1964 até 1989 – Bimestral

1990 até 1999 – Trimestral

2000 até 2007 – Quadrimestral

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS DE SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL	3
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
OS SETE CAPÍTULOS DE UMA CONTURBADA RELAÇÃO	9
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	11
<i>Paulo Roberto Costa e Silva</i>	
A GUERRILHA COLOMBIANA, UM PROBLEMA DE TODOS.....	30
<i>José Fernando de Maya Pedrosa</i>	
PERIGO VENEZUELANO	34
<i>Luiz Gonzaga Schroeder Lessa</i>	
ÍNDIOS JÁ DOMINAM 52% DE RORAIMA	38
<i>Nilder Costa</i>	
CANUDOS: UMA TRAGÉDIA NACIONAL	41
<i>José de Sá Martins</i>	
REVOLUÇÃO DE TRINTA: A AÇÃO TENENTISTA GARANTIU A VITÓRIA.....	57
<i>Davis Ribeiro de Sena</i>	
A REVOLUÇÃO DE 1930 EM MINAS GERAIS: EMPREGO DO AVIÃO	63
<i>Alcyr Lintz Geraldo</i>	
TEORIAS GEOPOLÍTICAS E CENÁRIOS PROSPECTIVOS	69
<i>Roberto Machado de Oliveira Mafra</i>	
A NOVA GEOPOLÍTICA E A DEFESA MILITAR DA EUROPA	75
<i>Delano Teixeira Menezes</i>	
PACIFISMO ATIVO: UTOPIA OU REALIDADE?	91
<i>Germano Seidl Vidal</i>	

Princípios de soberania e autodeterminação dos povos na política internacional¹

*Ives Gandra da Silva Martins**

Tema que volta à baila em decorrência dos tratados internacionais que o país vem assinando, reside nos pontos que podem afeitar a soberania nacional, em face de eventual perda de controle do princípio da razoabilidade por parte dos órgãos que cuidam da prevalência dos tratados sobre o direito interno.

Três grandes vertentes de pensamento dominam, atualmente, as reflexões sobre o direito internacional: a primeira delas, entendendo, deva este prevalecer sobre o direito interno; a segunda, que a soberania das nações relativizou-se perante o direito internacional; e a terceira, que os princípios de direito natural, expressos na declaração universal dos direitos fundamentais, prevalecem sobre o direito internacional, comunitário ou interno.²

A discussão acadêmica, todavia, perde espaço para uma realidade em que as grandes nações continuam impondo seus estilos e sua for-

ça às nações mais fracas, inclusive por incursões bélicas, permitindo-se, entretanto, não respeitar tais princípios internamente. Em outras palavras, são mais especializadas em exigir o dever de casa dos outros povos do que cumprir tal dever em sua própria casa.

Há realidades inequívocas de fortalecimento do direito internacional público, principalmente nos espaços comunitários (UE, Nafta, Mercosul, pacto do Caribe etc.), realçando-se a União Européia, hoje mais uma Federação de países do que uma Confederação, à medida que o Parlamento Europeu, o Tribunal de Luxemburgo e, para 11 países, o Banco Central Europeu têm mais força que as Casas Congressuais, os tribunais e os próprios bancos centrais internos, nos assuntos comunitários.³

É evidente que o fantástico avanço da União Européia, nos últimos 40 anos – visto que o Tratado de Roma é da década de 1950 –, não

¹ Transcrito do portal da Escola Superior de Guerra – ESG, por correio eletrônico.

² O autor é conferencista da Escola Superior de Guerra, Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista – UNTP e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

² Celso Bastos, todavia, continua a defender a tese da soberania ampla: “A ordem internacional reinante repousa ainda sobre o conceito da soberania do Estado. Embora a interdependência crescente entre os Estados acabe por diminuir a efetiva capacidade de autodeterminação, não há dúvida, contudo, que os Estados preservam a limitação do seu poder, impedindo a formação de uma ordem jurídica internacional cogente que viesse a lhes trazer uma efetiva limitação nas suas possibilidades de ação autônoma. Mesmo os laços mantidos com organismos internacionais não são, de molde, a retirar dos Estados este papel de protagonistas por excelência da cena internacional” (*Comentários à Constituição do Brasil*, 1º volume, Ed. Saraiva, 1988, p. 454-455).

³ Sobre o Mercosul, Maria Tereza Cárcamo Lobo ensina: “O tratado do Mercosul foi considerado pelos Estados contratantes como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo de integração da América Latina, revestindo a particularidade de ter fixado, previamente, um período de preparação para o estabelecimento do mercado comum, sua finalidade precípua, situando-o em 31 de dezembro de 1994. Durante o período de transição, o conjunto institucional do Mercosul era constituído pelo

eliminou as preocupações que ainda permanecem sobre o futuro da comunidade. A estabilidade monetária para o fortalecimento do euro impõe rígida política orçamentária em cada país que adotou a moeda, não podendo ultrapassar 3% de “déficit público” no conceito nominal, isto é, naquele em que as próprias variações monetárias e cambiais integram-se, nada ficando de fora entre receitas e despesas. Ora, quaisquer desequilíbrios provocados nas economias dos países signatários, principalmente na economia dos menores em face de uma crise global, nada obstante o mecanismo de assistência e intervenção adotados, poderiam provocar reflexos nos outros países, já que a moeda não pertencerá a este ou aquele país, mas à comunidade européia, devendo-se transformar, no pró-

ximo século, não apenas em moeda escritural, mas de livre circulação.

O robustecimento do direito comunitário decorre, todavia, do fenômeno da globalização, que torna cada vez mais as economias interdependentes, porém mais fracas, mais dependentes das mais fortes.⁴

É interessante notar que os países mais desenvolvidos – em suas deliberações, o G-7 – não permitem que os países menos desenvolvidos participem, valendo as linhas gerais que estabelecem para o mundo como uma imposição dos mais fortes, que se negam a ouvir as sugestões dos mais fracos.

À evidência, os países mais desenvolvidos continuam a controlar os mecanismos econômicos e

Conselho do Mercado Comum e pelo Grupo Mercado Comum. O primeiro, com funções essencialmente políticas, tanto na definição dos princípios informadores do processo de integração quanto na tomada das decisões que o conformam. O segundo, como órgão fundamentalmente executivo das regras traçadas. Em cumprimento do disposto no Art. 18 do Tratado de Assunção, em 17 de dezembro de 1994 foi assinado na cidade de Ouro Preto o protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, que dispôs sobre a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercosul. No Brasil, o Protocolo de Ouro Preto foi aprovado pelo decreto legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, o Instrumento de Ratificação foi depositado em 16 de fevereiro desse ano e a sua promulgação ocorreu em 9 de maio de 1996 pelo Decreto nº 1901” (*Ordenamento Jurídico Comunitário*, Livraria Del Rey Editora, Belo Horizonte, 1997, p. 99/100).

⁴ Escrevi: “Vive o mundo inteiro uma ilusão, qual seja a de que o endividamento público tem lastro suficiente para suportar todos os investimentos privados, principalmente os financeiros. Nesta ilusão, lastreia-se a estabilidade do sistema financeiro mundial e a capacidade de os governos continuarem a retirar poupança popular para financiar suas despesas, gastando recursos em atividades produtivas e não produtivas, principalmente no que diz respeito à manutenção de sua máquina burocrática, que cresceu assustadoramente em todos os países, na 2^a metade do século, confirmado a validade do pensamento de Adolf Wagner de que as despesas públicas tendem sempre a crescer e nunca a diminuir. Os Estados Unidos têm uma dívida pública em torno de 2/3 do PIB, a Itália de 100%, a Irlanda de 150%, o Brasil de 50%, dívida esta sem lastro real, o que vale dizer, seu lastro é a confiança dos investidores de que o governo não dará um calote público, apesar de as evidências demonstrarem que os governos têm dívidas incomensuravelmente superiores às suas forças econômicas.

Ocorre que todas as tentativas, no mundo inteiro, de os países, desenvolvidos ou não, reduzirem seus “déficits” revelam-se desalentadoras, continuando, a dívida pública mundial, a crescer. Cresce também a sua falta de lastro com o que, apenas por uma profissão de fé, o mundo gira com papéis lastreados em outros sem lastros de todos os governos. Todos os operadores conhecem esta realidade, mas, como trabalhar com dinheiro de terceiros é fundamental, urge que demonstrem uma fé no sistema financeiro internacional capaz de manter sua estabilidade, apesar da absoluta falta de estabilidade dos focos de tensão, que são os perfis da dívida interna e externa de cada país. Haverá, todavia, um momento em que a manutenção do “déficit” público, financiado pelas aplicações em todo o mundo, não poderá ser mantido, não por força do sistema atual que torna esta realidade apenas conhecida dos que com ela operam, mas por força do conhecimento crescente dos investidores – e não só dos operadores – do real perfil de sua poupança, que só existe porque todos acreditam que os Estados são étnicos e respeitáveis e honrarão sempre sua dívida. Estou convencido de que no momento em que uma das grandes nações do Grupo dos 7 tiver um descontrole capaz de abalar as finanças de inúmeros países mais vinculados, o efeito poderá ser tão grande quanto o da “ilusão das bolsas” em 1929, nos Estados Unidos. Quanto mais examino as teorias econômicas modernas – todas procurando saídas marginais, para evitar o problema do enfrentamento do descontrole dos “déficits” públicos –, mais eu me convenço de que servem elas apenas para anestesiar a capacidade de raciocínio dos que giram à luz desse sistema deslastreado. Estou, também, convencido de que a estabilidade para atividade econômica sadia, com investimentos não ilusórios, apenas seria possível se todas as nações controlassem seus “déficits” públicos. Mas, por ser utópica tal pretensão, a Economia continuará evoluindo e progredindo até o desastre, pois seu lastro maior

a intervir, sempre que entendam necessário, na soberania das outras nações, sem respeito maior ao direito internacional público, enquanto reflexo do princípio da autodeterminação dos povos.

A guerra contra o Iraque, a guerra de Kosovo, embora justificadas do ponto de vista ético (defesa do Kuwait invadido e da etnia albanesa), pois em ambos os casos houve violações por parte de Hussein e Milosevic de direitos soberanos e fundamentais do ser humano, não escondem interesses outros que não apenas aqueles de imposição das regras dos mais fortes na convivência entre os povos. Os Estados Unidos e seus parceiros mais desenvolvidos não intervieram no massacre da população portuguesa de Timor, pois lá os interesses econômicos são menores, muito embora o custo operacional de uma intervenção seria também muito menor que os spielberguinianos ataques aéreos à Iugoslávia. Da mesma forma, a nação curda tem sido dizimada pelos turcos e iraquianos, com um conivente silêncio das nações mais desenvolvidas, em clara demonstração de que o verniz ético apenas cobre os interesses de predomínio das nações mais civilizadas, quando seus próprios interesses estão em jogo.⁵

Prova inequívoca está no protecionismo econômico da União Européia para com sua one-

rosa produção agropecuária, impedindo a entrada de produtos latino-americanos em condições de competitividade maior, o que vale dizer, para efeito de produtos agropecuários, a União Européia adota a criticadíssima teoria do protecionismo mais antiquado, mais absurdo, mais condenável, em tempos de globalização. Defende, todavia, a aberta globalização para seus produtos industrializados, que invadem a América Latina e os países menos desenvolvidos, à luz do livre comércio, com sucessivas incursões à OMC, protestando contra medidas protecionistas dos países emergentes, sempre que busquem estes assegurar um mínimo de capacitação industrial perante os produtos estrangeiros.

Por outro lado, os Estados Unidos não só não admitem que os tratados internacionais prevaleçam sobre o direito interno, como, por intermédio dos *countervailing duties*, ou seja, das sobretaxas sobre produtos importados, decidem por conta própria que setores internos devem ser protegidos, alegando a existência de subsídios quanto aos produtos importados. Exercem um protecionismo tão condenável quanto o europeu em relação aos produtos agropecuários.

É de se lembrar que as grandes sessões do GATT, no passado, e da OMC, no presente, foram e são convocadas sempre pelos Estados Uni-

de investimento não existe. A economia da ilusão gera uma euforia cujo preço maior ainda está por ser pago" (*Uma visão do mundo contemporâneo*, Ed. Pioneira, 1996, p. 91/92).

⁵ O Artigo 4º da Constituição Brasileira tem a seguinte dicção: "A República Federativa do Brasil reger-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. independência nacional;
- II. prevalência dos direitos humanos;
- III. autodeterminação dos povos;
- IV. não-intervenção;
- V. igualdade entre os Estados;
- VI. defesa da paz;
- VII. solução pacífica dos conflitos;
- VIII. repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX. cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X. concessão de asilo político.

§ único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Apesar da nobreza dos princípios, o Brasil tem pouca força para fazê-los respeitados.

dos ou por países desenvolvidos, tendo firmado regras teoricamente consensuais – os países emergentes apenas subscreveram os acordos elaborados pelos países desenvolvidos – as quais, à evidência, beneficiam a melhor tecnologia e a maior quantidade de capitais dos países desenvolvidos em relação aos emergentes.

É de se lembrar que autores como Roberto Campos, indiscutivelmente uma das mais brilhantes inteligências do Brasil, chegam a defender a tese de que os países emergentes, na globalização, devem assegurar “níchos de desenvolvimento” em áreas em que estariam mais habilitados que os desenvolvidos, pela impossibilidade de concorrência nos grandes segmentos econômicos.⁶

Em direito internacional, o jurista estuda as regras e as examina como foram postas, mas cabe ao filósofo, ao sociólogo, ao economista e ao humanista perceberem as grandes linhas que o conformam.

Sempre houve um direito internacional, tendo sido, talvez, os romanos, com o *jus gentium*, os que ofertaram a regulação que veio a ser amplificada no mundo moderno. A característica fundamental sempre foi o do predomínio dos mais fortes. Na ONU, com seu Conselho de Segurança – em que algumas nações são privilegiadas em relação a outras –, basta

o voto de um único desses países para impedir qualquer decisão.⁷

Com toda a evolução semântica dos textos internacionais, com todo o fortalecimento dos direitos comunitários, com toda a massificação da mídia sobre a importância da integração dos povos pelos organismos plurianacionais, as regras da internacionalização continuam, ainda, no mundo de hoje, sendo ditadas pelos países mais fortes e as regras da economia pelo Grupo dos Sete, hermético e superior, que discute e impõe, na decorrência, a política mais adequada para todo o mundo, em sua especial visão, como se fossem seus integrantes os senhores do tempo e da História.

À evidência, houve evolução em determinados mecanismos de proteção dos países mais fragilizados, sendo a Opep, no passado, até a guerra fraticida entre os árabes, e o Mercosul, no presente, enquanto os interesses menores dos argentinos não puserem em risco o Tratado de Assunção, provas de que poderiam ser criados grupos nacionais de pressão sobre a política impositiva dos países desenvolvidos. A defesa intransigente do Mercosul pelo Presidente da República Fernando Henrique, contra a pressão norte-americana para destruí-lo e substituí-lo pela Alca, é que permitiu que os estadunidenses recuassem na sua intransi-

⁶ Roberto Campos, inclusive, justifica as atitudes norte-americanas pela inquietação de seu povo ao dizer:

“E não sem razão. A maioria dos norte-americanos está cansada de pagar cada vez mais (só na década de 1980, os gastos de estados e municipalidades mais do que dobraram) por conta de novas obrigações provenientes das coceiras eleitorais e da covardia dos políticos diante de interesses especiais estridentes. Segundo pesquisas de opinião, os norte-americanos acham que o governo se tornou tão poderoso, que constitui uma ameaça para os direitos e as franquias dos cidadãos. Em 92, o candidato à Presidência, Ross Perot, um milionário excêntrico sem papas na língua chegou a ter 35% da preferência dos votos. E muito recentemente, em 1995, 58% do público apoiam um “terceiro partido”, isto é, nem democratas, nem republicanos. E também os índices de satisfação do público (aliás, não só nos Estados Unidos como em vários países europeus e no Japão) há meio século não aumentam, apesar do enorme crescimento da renda *per capita*. Ou seja, a afluência acrescida gera demandas adicionais, mas persiste um descontentamento difuso com a estreiteza do espaço humano individual” (*O Estado do Futuro*, Ed. Pioneira, 1998, p. 31)

⁷ D'Ors sobre o *jus gentium* que decorre do *jus civile* escreve:

“§ 32. Los romanos tuvieron justa conciencia de la superioridad de su *ius civile*. Puede decirse, en efecto, que éste es el derecho “civilizado” por excelencia. Pero en él hay instituciones que se consideran como de validez general para todos los pueblos relacionados con Roma, porque se fundan, más que en la forma en el principio de lealtad a la palabra dada, es decir, la *fides*. Las *fides* es una idea central del pensamiento jurídico y político de Roma: propiamente, la lealtad a la palabra dada. Es una virtud del más poderoso; así, las *fides*

gência e aceitassem discutir com o bloco e não com cada nação individual a formação da Associação de Livre Comércio Americano. É de se lembrar que, na formação de espaços comunitários, permite-se o livre trânsito de bens e pessoas, tese que a preconceituosa visão dos Estados Unidos não admite, ao ponto de, no Nafta, os mexicanos não poderem livremente entrar e sair dos Estados Unidos ou se estabelecer no espaço comunitário (Canadá e Estados Unidos), pois aos norte-americanos apenas interessa o livre trânsito de bens, no qual sua competitividade é maior do que a de canadenses e mexicanos.

Mesmo o Canadá, na busca de mercados próprios, obteve da OMC, entidade a serviço da competitividade dos países desenvolvidos, que a equalização de juros no mercado internacional pelo Proex fosse considerada inaceitável para o mercado externo, de tal maneira que os aviões canadenses podem ser financiados a juros de nível internacional, mas os aviões brasileiros só podem ser financiados a juros de mercado brasileiro, ou seja, algumas vezes maiores que os juros internacionais. Desta maneira, a competitividade, que estaria em poderem canadenses e brasileiros utilizar-se do mesmo nível de juros ou financiamento, na visão estrita e aristocrática dos donos da OMC, não é assim. Apenas os canadenses podem se beneficiar de juros internacionais, pois os bra-

sileiros só podem ser financiados pelos juros mais elevados do Brasil.⁸

Tais considerações eu as trago à reflexão, neste breve artigo, para levantar questões que me têm preocupado.

De um lado, a título de defesa de direitos fundamentais, a garantia dos direitos políticos de autoridades de nações menos desenvolvidas não é reconhecida nos países desenvolvidos, como é o caso de Pinochet, que, sendo Senador e membro do Poder Legislativo chileno, foi preso na Inglaterra para ser julgado na Espanha, por crimes cometidos no Chile, sua pátria. Fidel Castro, que conta, na sua bagagem, com crimes muito mais hediondos do que os de Pinochet, sobre ter assassinado um número maior de pessoas, só não é atingido nesta visão elitista por ser de esquerda e o lobby esquerdistas – mesmo nos países mais desenvolvidos, é indiscutivelmente muito superior que o da direita. Por isso, pode Fidel Castro viajar tranquilo, com sua bagagem imensa de violação de direitos fundamentais, pelos países desenvolvidos, por contar com a proteção da mídia, embora, a meu ver, tanto Fidel Castro quanto Pinochet deveriam ser julgados por tribunais internacionais por terem praticado crimes contra a humanidade.⁹

No caso, entretanto, não é a minha posição nitidamente contrária à violação dos direitos fundamentais que está no cerne deste artigo, mas a preocupação de que, sob o verniz da

deorum (cf. *La exclamación "pro deum fidem!"*) es la protección que despensan los dioses, y la fides romana por excelencia es la firmeza de Roma respecto a sus aliados (de donde *foedus*, alianza); asimismo hay una fides patroni respecto a los propios clientes (§ 21), una "fides tutoris, iudicis", etc. La "fides" llega donde no alcanza la fuerza vinculante de la forma, y es el fundamento de todas las obligaciones no-formales, por ej., el préstamo mutuo ("fidem sequi = credere"). Distinta es la "bona fides", que se refiere a la lealtad recíproca de las dos partes de un contrato (§ 452), y de ahí quizás (através de la "bona fides" del comprador) se aplica el concepto a la posesión sin conocimiento de perjudicar um mejor derecho (§ 147)" (Derecho Privado Romano, Ed. EUUNSA, Pamplona, 1983, p. 62).

⁸ A Embraer continua debatendo na OMC o seu direito de ter juros idênticos aos da Bombardier, sendo, pois, o Proex não um incentivo, mas um programa de equalização.

⁹ Escrevi: "Em 1º de outubro de 1946, o Tribunal de Nuremberg julgou 22 nazistas criminosos de guerra, à luz, exclusivamente, de princípios de direito natural, considerando-os, com exceção de três deles, culpados de crimes contra a humanidade. A defesa de que teriam apenas cumprido as leis de seu país e que, em uma visão positivista do direito, não poderiam ser condenados não foi acatada, pois decidiu a Corte que há princípios de direito natural que se sobrepõem aos do direito positivo, se contrários à dignidade

defesa dos direitos fundamentais, os países mais desenvolvidos sintam-se no direito de violar a soberania dos países menos desenvolvidos.

Indiscutivelmente, a “purificação étnica” dos albaneses é ignominiosa. A decisão, todavia, de intervenção militar não foi uma decisão da comunidade internacional, mas dos países mais desenvolvidos, sem respeito à soberania da Iugoslávia. Embora plenamente justificável a defesa dos albaneses, o método utilizado e a decisão elitista que o conformou arranham o direito internacional e o princípio da soberania das nações.

Ora, minha preocupação reside no precedente aberto que poderá levar, um dia, também sob o verniz de direitos universais, os países mais desenvolvidos a entenderem, por exemplo, que, para a preservação da população indígena ou do meio ambiente da Amazônia, ambos com tratamento constitucional (artigos 225, 231 e 232), a Amazônia deva ser considerada território universal e não mais brasileiro, decidindo, a título de proteger os índios e a floresta amazônica, intervir no Brasil.¹⁰

Inúmeras vezes, em todos os anos, o tema floresta amazônica e população indígena é abordado na mídia e em seminários internacionais,

sendo recorrente a conclusão de que o Brasil precisa preservar a floresta amazônica para o bem da humanidade. Tal repetitivo tema não torna desarrazoado o temor que manifesto, neste artigo, principalmente quanto tais seminários – e participei de um deles, na Alemanha, em 1991 – cuidam da Amazônia como se já fosse parte do “ambiente universal” a ser preservado pelos mais fortes. Eles, que não souberam preservar suas florestas, querem que nós preservemos, para eles, nossa floresta. Não titubearam em sacrificar o meio ambiente para crescer e se desenvolver. Agora, é necessário, para o bem-estar deles, que nós não cresçamos e nem nos desenvolvamos no espaço amazônico.

Em outras palavras, os procedimentos que começam a ser abertos, na década de 1990, sobre os limites da soberania das nações, reduzindo-os a uma concepção internacional que só permite a plena soberania aos países desenvolvidos, é algo que me preocupa, pois, a título de seus nobres ideais, verdadeiros atentados à soberania das nações emergentes podem ser perpetrados, sem que estas tenham um “foro” internacional a que apelar.¹¹

É matéria que merece reflexão. ◉

e à honra humana. Dois anos depois, em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas promulgou sua declaração universal de direitos, tornando obrigatório para os países signatários de sua formulação, hospedarem, em seus ordenamentos internos, aqueles princípios que recolocavam, à luz do direito, o homem em sua dignidade transcendental, que adquire desde o nascimento. René Cassin, jusnaturalista e um dos autores da Carta de 1948, assim explicava a origem da Declaração: “não é porque as características físicas do homem mudaram pouco desde o começo dos tempos verificáveis que a lista de seus direitos fundamentais e liberdade foi idealizada para ser fixada permanentemente, mas em função da crença de que tais direitos e liberdades lhe são naturais e inatos” (“Human Rights since 1945: Na Appraisal”, *The Great Ideas*, 1971, Ed. Britannica p. 5). Comemoraram-se, em 10 de dezembro, os 50 anos daquele histórico documento. Muitos dos países que compõem o concerto das Nações Unidas não respeitam tais direitos, nem os hospedam no seu direito interno, principalmente as ditaduras de Hussein, Fidel e a da China, onde o desrespeito aos direitos humanos é inequívoco, com condenações à morte sem julgamento. De triste memória são os *paredões* de Cuba para justificar fuzilamentos sem direito de defesa das pessoas contrárias ao ditador Castro. O certo, todavia, é que a declaração universal representou considerável avanço na compreensão das nações de que todo o ser humano nasce com uma dignidade própria, que não cabe ao direito de cada país criar ou não, mas apenas reconhecer” (Direitos Individuais, Interprensa, ano II, nº 20, dez./1998, p. 4).

¹⁰ O *caput* do Artigo 225 está assim redigido: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

¹¹ O *caput* do Artigo 231 da Constituição Federal está assim redigido: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Os sete capítulos de uma conturbada relação¹

*Manuel Cambeses Júnior**

A história da relação entre os Estados Unidos e a América Latina possui sete capítulos bem definidos. O primeiro deles é a definição da esfera de influência, em 1822, com a promulgação da Doutrina Monroe. Esta explicitava claramente que as nações hispano-americanas que emergiam à independência constituíam território vedado aos apetites imperiais europeus e, por extensão, passavam a constituir espaço natural de influência norte-americana.

O segundo capítulo é o do Destino Manifesto. A guerra de 1848 contra o México, no tempo do Presidente James K. Polk, objetivou anexar territórios mexicanos considerados como indispensáveis para a realização de seu destino como nação. A posse da Califórnia e do Novo México consubstancia, efetivamente, essa etapa.

O terceiro, é o do Império. Este toma corpo a partir de 1898 com a guerra contra a Espanha e a conquista de seus territórios coloniais remanescentes. Em adição à Filipinas, isto incluía Cuba e Porto Rico. O novo império estadunidense passou então a dispor de dois cenários. Um no Pacífico e outro na Bacia do Caribe.

Em 1903, Washington propiciou a secessão do Panamá da Colômbia, para incorporá-lo como protetorado. No curso das três décadas seguintes, os Estados Unidos invadiram 34 ve-

zes nações da Bacia do Caribe para impor a elas a sua vontade. Isso incluiu a ocupação dos seguintes países: México, Honduras, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Haiti, Cuba, Panamá e República Dominicana.

Se bem que a Venezuela – país de importância estratégica por causa da riqueza petrolífera – não chegou a ser invadida, caiu dentro desse espaço geopolítico em virtude do chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, que transformou o Mar do Caribe num *mare nostrum* das finanças e da esquadra norte-americana, dando ordenamento jurídico às futuras intervenções.

Mais ao sul, os tentáculos de Washington enfrentaram a forte presença britânica em matéria comercial, financeira e de infra-estrutura, determinando limites à sua penetração imperial.

O quarto capítulo corresponde à Política da Boa Vizinhança, iniciada em 1933 com a chegada ao poder de Franklin Delano Roosevelt. De acordo com a mesma, Washington retira suas forças de ocupação do Caribe, derroga uma série de tratados que lhe concediam privilégios desmesurados e define uma política de não-intervenção na América Latina.

Esta fase é o resultado de três significativos fatores: a exigência de introspeção derivada de

¹ Colaboração do autor.

* O autor é Coronel-Aviador, sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

sua depressão econômica, a constatação dos limites de seu poder militar após uma longa e cansativa campanha contra Sandino, na Nicarágua, e o reconhecimento do forte movimento nacionalista latino-americano, simbolizado pela Revolução Mexicana.

O quinto capítulo é o da Guerra Fria. Terminada a Segunda Guerra Mundial e conformado um mundo bipolar, a América Latina se transformou em cenário primacial para a imposição de suas políticas. Novamente se definiu uma relação do tipo imperial, que passou a abranger toda a região.

A criação da CIA, em 1947, se adequou bem a esse propósito. Até a invasão do Panamá, em 1989, e salvo pelo breve parênteses da administração Jimmy Carter, quase todos os países da América Latina experimentaram, em algum momento, a mão implacável do governo estadunidense. O sexto é o do Consenso

de Washington. Terminada a Guerra Fria, os Estados Unidos colocaram em segundo plano o seu domínio imperial que passa a ser substituído pelo exercício da hegemonia econômica. A partir daí, a região passou a ser o laboratório ideal para encetar as novas políticas.

Com a chegada de George W. Bush ao poder, e após os atentados de 11 de Setembro, levados a efeito em Washington e Nova York, adentra-se no sétimo e último capítulo. Os falcões estadunidenses, não se conformando com a simples adoção da hegemonia econômica, passam a exigir o retorno de um poder coercitivo imperial assumido às escâncaras. Trata-se do denominado “imperialismo democrático”.

A recente invasão perpetrada ao Iraque pelas tropas da coalizão anglo-estadunidense, ao arrepião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é um exemplo incontestável da afirmativa. ☺



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Elisa Lynch
Fernando Baptista

Biografia da esposa de Francisco Solano López – ditador do Paraguai. Narra a vida da protagonista, tendo como pano de fundo os antecedentes e as consequências da Guerra do Paraguai.

Integração sul-americana¹

*Paulo Roberto Costa e Silva**

CENÁRIO

A Estrutura Mundial de Poder

O despertar do novo milênio nos apresenta um mundo de polaridades indefinidas, em contraposição às polaridades definidas da Guerra Fria. Antes, a realidade internacional era ditada pelo confronto ideológico entre o Leste e o Oeste e pelo abismo social e econômico que separava o Norte do Sul. As iniciativas de cooperação tendiam a centrar-se dentro de um mesmo bloco, e algumas iniciativas regionais de integração reuniam países em desenvolvimento, sem incluir os desenvolvidos.

A realidade fluida das polaridades indefinidas permite a coexistência das forças agravadoras advindas da liberalização econômica com forças políticas de fragmentação. Nesse plano, verifica-se a recorrência de situações instáveis: o fim da União Soviética e da Iugoslávia e o recrudescimento dos conflitos localizados na África. As ameaças militares de larga escala foram superadas, mas a insegurança aumentou. Os novos inimigos dos Estados não são outros Estados, mas novos atores militarmente organizados: os cartéis do tráfico de drogas, as organizações terroristas, os traficantes de armas e os radicalismos religiosos. As grandes potências entendem que esses novos desafios exigem novos mecanismos, entre os quais

instrumentos adicionais de cooperação com o mundo em desenvolvimento capazes de manter sob controle essas e outras ameaças.

A supremacia norte-americana e o regime de polaridades indefinidas conduzem a um mundo diferenciado em três níveis: o nível dos países dirigentes, o nível dos países relativamente autônomos e o nível dos países condicionados ou dependentes.

Em termos estritos, os Estados Unidos se converteram, atualmente, no único país integralmente soberano. Dispõem do poder de voto, não apenas no ritual do Conselho de Segurança, mas no nível das efetividades, de qualquer deliberação internacional de maior relevância ou conflitante com importantes interesses norte-americanos. São, por outro lado, partícipes indispensáveis de qualquer iniciativa internacional mais importante que aspire a ter êxito. São militarmente invulneráveis, dispõendo, concomitantemente, da capacidade de eficazmente interferir, inclusive em termos militares, em qualquer lugar do mundo. Entretanto, não reúne efetivas condições para exercer a hegemonia do poder mundial. A atuação internacional dos Estados Unidos está sujeita a requisitos de legitimação dependente de aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em última instância, dos países europeus, notadamente França e Alemanha.

Essa circunstância, somada ao peso próprio de que dispõe a União Européia, confere aos países europeus, embora em grau menor, co-participação, com os Estados Unidos,

¹ Transcrito do portal RESERVAER, por correio eletrônico.

* O autor é Coronel de Artilharia.

no nível dos países dirigentes. Desse nível, também em menor grau, co-participa o Japão, inicialmente pela sua condição de segunda potência econômico-tecnológica do planeta, e, depois, pelo fato de os Estados Unidos dependerem do alinhamento japonês para manter sua influência no leste da Eurásia.

O segundo nível de estratificação mundial do poder é ocupado por países relativamente autônomos, países que dispõem de condições para resistir à supremacia norte-americana, mas não para frontalmente contestá-la. Essa posição é tipicamente a da China e a da Rússia. Índia e Irã participam, em menor grau, desse nível. O Brasil, pela função catalisadora que exerce no plano regional sul-americano, pela convivência em harmonia crescente no plano mundial e pelas potencialidades econômicas que apresenta, pode ser enquadrado nesse nível.

O terceiro nível de estratificação internacional é o dos países condicionados ou dependentes, também conhecidos como periféricos, que compreende o resto do mundo. Esse nível é predominantemente ocupado por países submetidos, sem relevantes opções próprias, à lógica econômico-tecnológica do sistema euro-nipo-americano.

Globalização e Regionalização

A Globalização pode ser considerada como o fenômeno mais determinante ocorrido na transição para o terceiro milênio. Embora alguns estudiosos considerem que não é um fenômeno novo, que foi buscado por todos os povos que chegaram ao auge de sua civilização como uma forma de estratificar o exercício do poder e não ter resistências ao atendimento de suas necessidades, a atual onda globalizante se caracteriza pelo predomínio da tecnologia e do poder econômico, ainda que impregnada de um forte componente ideológico.

Esse componente ideológico combate o Estado Nacional soberano, defende a competição econômica em lugar da cooperação, transfere riqueza das nações pobres para as nações ricas, marginaliza o ser humano. Busca a perpetuação do predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, mantendo as nações periféricas como fornecedoras de matérias-primas e *commodities* em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas. Procura retirar da pauta o tema desenvolvimento nacional, derruba as fronteiras e modifica o conceito de soberania para que os países dirigentes possam exercer o controle sobre os recursos de toda ordem das nações menos favorecidas.

Os efeitos da Globalização se processam em todas as Expressões do Poder Nacional, pela interferência direta dos seus mecanismos em todos os fundamentos e fatores.

Na Expressão Política, tem contribuído para alterar o papel do Estado, posto que a ênfase da ação governamental está direcionada para a criação e sustentação de condições estruturais e de competitividade em escala global. Em decorrência da necessária disciplina fiscal e austeridade de gastos públicos, o Estado tem cada vez menos opções em termos de política econômica, devendo canalizar seus recursos para as obras de infra-estrutura e os serviços públicos essenciais.

Na Expressão Econômica, traduz-se a forma mais perversa dos efeitos gerados pela Globalização, pois a mobilidade dos fluxos financeiros, a suscetibilidade das bolsas de valores às crises reais ou imaginadas e o poder manipulador que as economias mais desenvolvidas exercem sobre esses capitais voláteis podem afetar a estabilidade econômica e o

desenvolvimento das nações menos favorecidas em questão de horas.

Na Expressão Científica e Tecnológica, aprofunda-se o fosso entre as grandes potências e os demais países, impondo-se uma verdadeira “ditadura tecnológica” que afeta diretamente a dinâmica produtiva, o nível e a qualidade das pesquisas realizadas, a biodiversidade ambiental, os níveis de bem-estar e o próprio desenvolvimento do Estado.

Na Expressão Psicossocial, a Globalização vem afetando o nível de emprego nos países, tendo como consequências imediatas o incremento alarmante da economia informal e da marginalização social, a queda do poder aquisitivo das pessoas, o achatamento entre as classes sociais, a diminuição dos índices de desenvolvimento humano e aumento da criminalidade, com sérios reflexos na soberania dos Estados.

Na Expressão Militar, verifica-se um grande paradoxo, pois enquanto as megapotências investem pesadamente na produção de armamentos cada vez mais sofisticados e adquirem um poderio jamais imaginado antes, mercê das tecnologias avançadas e de mecanismos que impedem a sua transferência para as nações menos desenvolvidas, procura-se reduzir os efetivos e equipamentos e transformar as Forças Armadas destas nações em gendarmerias ou forças policiais de combate ao tráfico de drogas e à delinquência comum, retirando-lhes o papel que sempre lhes coube de guardiãs da democracia, da soberania e da integridade territorial dos seus países. Nesse contexto, procuram impor novos conceitos e até mesmo novas doutrinas que atendam a seus interesses, tais como “soberania limitada”, “direito de ingerência”, “internacionalização” de áreas estratégicas, exércitos “transnacionais”, “Força de Paz Mundial” e outros.

Contrapondo-se a esse processo, as nações empreendem esforços para minimizar seus efeitos negativos, compondo-se em blocos regionais que lhes permitem melhores condições de negociação com outros blocos e uma postura política de maior peso específico: é a Regionalização.

A Regionalização surge como a nova tendência mundial, e aí se insere o importante papel que deverão assumir as potências ascendentes, entre elas o Brasil. A formação de blocos regionais deverá se acentuar e firmar-se durante o processo de Globalização. Os Estados Nacionais não desaparecerão, nem as contradições entre as nações se atenuarão. Entretanto, a Regionalização se constituirá, como recurso crescente de consenso, na alternativa para o amanhã, para ter como condição de sobrevivência o “megaestado” resultante da conformação do bloco regional.

A economia mundial globalizada está polarizada em três blocos, cada um com suas características próprias: o Nafta, liderado pelos Estados Unidos, a União Européia, liderada pela Alemanha, e o Leste Asiático, liderado pelo Japão. Dificilmente as nações em desenvolvimento deixarão de ser isoladamente atraídas por um desses três pólos de influência política e econômica. A inserção dessas nações nesses blocos, em função dos desequilíbrios de poder, poderá levá-las a um novo tipo de colonialismo, se não forem criados os mecanismos capazes de fortalecê-las. A saída encontrada é a subpolarização, ou seja, a formação de blocos regionais de menor porte.

Globalização e Regionalização não são processos excludentes. Ao contrário, se complementam e se regem um ao outro, andam juntos no rumo da liberalização global dos mercados, podendo a Regionalização ser vista como um estágio para se alcançar a Globalização.

OS ATORES

Mercosul

Diante de um panorama de crescente marginalização econômica, política e estratégica, causado, sobretudo, pelas mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial, de redução do fluxo de investimentos e de dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, Brasil e Argentina viram-se diante da necessidade de redefinirem sua inserção internacional e regional. Dentro dessa nova estratégia, a integração passou a ter papel importante na criação de comércio, na obtenção de maior eficiência com vista à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais.

Em 6 de julho de 1990, Brasil e Argentina firmaram a "Ata de Buenos Aires" mediante a qual fixaram a data de 31/12/1994 para a conformação definitiva de Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a incorporar-se ao processo de integração, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem ao Brasil e à Argentina e as facilidades de comunicação propiciadas pela infraestrutura de transportes dos quatro países. Como consequência, foi assinado, em 26 de março de 1991, o "Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul".

O Tratado estabeleceu, fundamentalmente, as condições para se alcançar, até 31/12/94, a União Aduaneira entre os Estados Partes, etapa anterior ao Mercado Comum.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, encerrou-se o "período de transição" do Mercosul. O Protocolo deu ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira, passando o Mercosul a contar com uma estrutura

definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicioso Mercado Comum. Além disso, o Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a personalidade jurídica de direito internacional do Mercosul, o que possibilitou ao bloco a aquisição de direitos e a sujeição a obrigações como uma entidade distinta dos países que a integram e ainda negociar como bloco acordos internacionais.

O período de consolidação do Mercosul, inaugurado a partir da Cúpula de Ouro Preto, foi marcado por um significativo avanço do processo de integração, com um exuberante incremento do intercâmbio comercial entre os países e pela multiplicação de investimentos realizados não somente por parte de empresas locais, mas também por empresas multinacionais que perceberam as enormes possibilidades desse novo mercado ampliado de 200 milhões de consumidores.

Os resultados não se limitaram ao campo econômico-comercial. Os governos dos quatro países aproximaram-se, enriqueceram seu entendimento sobre as distintas realidades da sub-região e passaram a envidar esforços no sentido de estabelecer normas e programas conjuntos para as mais diversas áreas de atuação governamental: educação, saúde, segurança, defesa do meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento, fomento do turismo, entre outros.

As negociações foram ampliadas, dentro e fora do subcontinente. Chile e Bolívia passaram a fazer parte do bloco, como "estados associados", e importantes relações foram travadas com a União Européia, a Índia, a África do Sul e a Comunidade Andina de Nações. É a prática do "regionalismo aberto", que procura privilegiar os vizinhos imediatos nas relações comerciais, mas que não se constitui em fortaleza fechada para a comunidade internacional.

As crises permearam o âmbito regional e atingiram cada país isoladamente. A crise do real de 1999 gerou contenciosos econômico-comerciais entre Brasil e Argentina que, por vezes, transcendeu para o âmbito político. A severa crise por que passa hoje a Argentina, visto por alguns analistas como um processo de depressão crônica, atinge diretamente o Brasil e os demais parceiros e ameaça a estabilidade do Mercosul.

O modelo econômico implantado na Argentina pelo presidente Menem, a partir de 1991, com Domingo Cavallo no comando da economia, centrado na política de conversibilidade (paridade do peso com o dólar na base de um por um) e na modernização do Estado, ajudou o país a crescer de forma sustentada durante um longo período, mas produziu efeitos colaterais dramáticos, tais como: o expressivo aumento dos índices de desemprego; a paralisação do processo de modernização produtiva; o aumento da fragilidade macroeconômica do país; a aceleração do processo de desindustrialização e desnacionalização econômica; o desestímulo a novos investimentos; e o espetacular aumento do endividamento dos agentes econômicos públicos e privados em dólares.

Hoje, a maioria dos analistas econômicos tem consciência de que a conversibilidade se transformou numa camisa-de-força. Apontam que o modelo está esgotado, debilitado, serviu brilhantemente a seus propósitos durante quase uma década, mas gerou artificialismos insustentáveis. O Ministro da Economia, Domingo Cavallo, defende uma saída progressiva e ordenada da conversibilidade. Em essência, apregoa uma flexibilização mediante a substituição do dólar, como ancora, por um índice calculado em função de uma cesta de moedas, composta pelo dólar e pelo euro. É o início do programa

de “pró-reativação econômica”, que até aqui não tem gerado efeitos alentadores.

Além disso, a recente derrota do governo argentino nas urnas, a oposição feita pelos governadores às medidas implementadas pelo Presidente De La Rúa, a pressão interna gerada pelos reclamos da população e as pressões externas fomentadas pelos agentes econômicos internacionais, que classificaram a taxa de risco argentina como a mais elevada do mundo, levaram o governo a decidir, de forma unilateral, pela reestruturação do pagamento da sua dívida, o que foi visto pela comunidade internacional como uma disfarçada declaração de moratória. Os analistas econômicos vêem hoje a situação argentina como a “iminência do caos”.

O Paraguai vive uma crise política desde o assassinato do Vice-Presidente Luis María Argaña e a renúncia do Presidente Raul Cubas, em março de 1999. Carente de legitimidade, o governo de Gonzalez Macchi não conseguiu se afirmar e produzir a estabilidade e as reformas necessárias ao progresso do país e à pacificação nacional. A falência do modelo econômico herdado do período Stroessner, embasado no contrabando, na expansão da fronteira agrícola e nas grandes obras públicas possibilitadas por financiamentos internacionais, faz com que a crise política ocorra num contexto de falência financeira do Estado, acuado por um déficit fiscal crescente e por pressões sobre as reservas internacionais.

A conjuntura econômica do Uruguai é marcada pela recessão econômica, pelo impacto gerado nos mercados internacionais pela detecção de foco de febre aftosa no país, pelo enérgico combate ao contrabando e à lavagem de ativos, pela conturbada aprovação de orçamento para 2001 e por seguidos pronunciamentos sobre profundas reformas estruturais a serem efetuadas nos próximos anos.

No contexto de todas essas crises, o Mercosul se posiciona como um processo irreversível, que não pode sucumbir a uma conjuntura difícil. Novas prioridades vêm sendo estabelecidas, para realizar as mudanças de rumo necessárias. Com esse intuito, o governo brasileiro deu início, em meados do ano passado, a um esforço de reflexão, no âmbito interno, que desembocou na noção aglutinadora de “relançamento” do Mercosul, caracterizando assim o início do seu terceiro período.

O termo “relançamento” busca exatamente evocar o espírito presente em Assunção e em Ouro Preto, quando os governos dos Estados Partes acordaram adotar agendas forjadas com ambiciosos, mas sóbrios, senso de perspectiva.

O debate atual está centrado, pois, no futuro do Mercosul. Mais do que pelas crises que freqüentemente o abalam, o futuro do Mercosul deve ser examinado no horizonte da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Alca passou a ser a primeira prioridade real na política externa dos Estados Unidos. Como ficará o Mercosul se a Alca vier a se tornar realidade nos próximos cinco anos, segundo cronograma recentemente aprovado pelos 34 países do continente? Há duas hipóteses radicalmente opostas. Na primeira, se tiver abandonado o seu propósito fundamental e não for mais do que uma zona de livre comércio regional, o Mercosul será extinto, por tornar-se redundante como parte de um conjunto maior, de uma zona de livre comércio continental. Na segunda, se conseguir firmar-se como um Mercado Comum, nos moldes da União Europeia, o Mercosul sobreviverá.

Parceiros associados

Denominamos “parceiros associados” ao Chile e à Bolívia, porque nesta condição eles passaram a fazer parte do Mercosul, sendo,

inclusive, partícipes das reuniões de cúpula do Mercado e beneficiários de vários de suas cláusulas comerciais. O Chile tem adotado a postura de ser um negociador independente com vários países e blocos econômicos e tem a expectativa de ingressar em definitivo no Mercosul no ano de 2004. A Bolívia, membro da Comunidade Andina de Nações, em razão de seus laços com Brasil e Argentina, em particular no comércio do gás natural, também acena com o seu ingresso no Mercado do Cone Sul até o ano de 2010.

Chile e Brasil tradicionalmente têm tido relações amistosas. Hoje em dia, o caráter positivo das relações bilaterais deve-se à percepção que ambos os países têm dos benefícios que podem advir de um estreitamento de cooperação em diversas áreas, tais como política, defesa, economia, comércio, tecnologia, ciência, cultura, etc., além da convergência de ambos os governos com relação aos benefícios resultantes da integração regional.

A Bolívia tem vivido nos últimos dois anos um quadro de instabilidade social e política, em razão da orientação da política econômica do governo, que teria contribuído para o agravamento dos problemas sociais, pela questão do narcotráfico, no contexto do plano de erradicação do plantio da coca, e pelo isolamento político do governo, agravado com a renúncia do presidente Banzer, por motivo de doença.

As relações do Brasil com a Bolívia caracterizaram-se por grande dinamismo na última década, impulsionadas pela crescente integração energética, física e comercial e pela cooperação no plano multilateral. A integração energética engloba vários subtemas, como a ampliação do volume de vendas de gás boliviano, a construção de novos gasodutos, a construção de termelétricas, a exportação de eletricidade para o Brasil e a implantação de um

pólo petroquímico na fronteira. Entre os eixos de integração física, destaca-se o Eixo Brasil – Bolívia – Paraguai – Chile – Peru, obra prioritária por viabilizar uma das possíveis conexões bioceânicas e a integração física entre o sudeste boliviano e o centro-oeste brasileiro. O fluxo comercial tende a se fortalecer, tanto no estreitamento entre o Mercosul com a Comunidade Andina, como no âmbito bilateral.

Comunidade Andina

O Acordo de Cartagena de 1969, mais conhecido como Pacto Andino, estabeleceu as bases para a formação de um mercado comum constituído pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Seus principais objetivos são: promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países signatários; acelerar seus crescimentos mediante a integração econômica; e facilitar suas participações no processo de integração previsto. Com as transformações impostas pela nova ordem mundial, evoluiu para o que hoje se constitui na Comunidade Andina de Nações (CAN), o segundo bloco econômico regional em importância, que abriga uma população de cerca de 100 milhões de habitantes.

Dotado de personalidade jurídica própria, a CAN tem sido um parceiro de peso nas transações comerciais não somente com o Brasil, mas também com o Mercosul. As conversações entre os dois blocos resultaram na assinatura de um acordo para a criação de uma Zona de Livre Comércio entre ambos até o final de 2001, elo fundamental para a construção de uma comunidade de nações latino-americanas e um elemento determinante de uma integração sul-americana.

A ativa liderança exercida pelo Brasil no processo de paz Equador-Peru e a atuação do Exército Brasileiro na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEP), que

fiscalizou o cumprimento dos termos do acordo de paz na região de fronteira entre os dois países, criaram condições favoráveis para o fortalecimento das relações bilaterais, que se traduzem num diálogo fluido e construtivo entre o Brasil e os dois países e pela intensificação dos programas nas áreas cultural e de cooperação técnica.

Pode-se afirmar que as relações da Colômbia com a comunidade internacional e, em especial, com os seus vizinhos da região têm sido pautadas, pelo menos nos últimos quatro anos, quase que essencialmente pelo tema do combate ao narcotráfico e pelos esforços de pacificação do país. Desde que assumiu o governo, em 1998, o Presidente Pastrana tem procurado implementar sua “diplomacia pela paz”, buscando no exterior o apoio político-diplomático e também financeiro de que tanto necessita para ver concretizados seus objetivos de campanha que o levaram à Presidência. O Plano Colômbia e as negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) vêm assim mobilizando a maior parte das ações externas do país.

O Brasil tem seguido, até o momento, três linhas mestras em seu posicionamento frente à situação colombiana: apoio ao processo de paz (inclusive por intermédio de componentes de cooperação técnica), defesa da soberania e independência colombianas na condução desse processo e repúdio a ingerências externas unilaterais.

O Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (ACE-39), concluído no âmbito das negociações do Brasil com a Comunidade Andina, em vigor desde agosto de 1999, ampliou significativamente o número de produtos colombianos contemplados com preferências tarifárias, perfazendo a maior parte das exportações da Colômbia para o Brasil. Este acordo transitório é

mais um passo na negociação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a CAN.

País com forte tradição estatal, o Peru pareceu, durante a maior parte do governo Fujimori, ser a nação mais estável da região andina, mas os excessos autoritários, os abusos de poder e os processos de corrupção articulados nos mais altos níveis do governo, que levaram à derrocada de Fujimori, deixaram o país traumatizado e o conduziram a uma fase de acentuada instabilidade política. O governo provisório de Paniágua teve um papel fundamental de reabilitar as instituições e restaurar a imagem internacional do país.

O presidente empossado em 28 de julho de 2001, o economista Alejandro Toledo, terá pela frente a árdua tarefa de reorganizar o país, em estado de estagnação econômica e ainda instável politicamente. Sua tarefa se complica pela necessidade de fazer alianças políticas para obter maioria num Congresso bastante dividido.

O relacionamento bilateral Peru-Brasil é fluido e melhorou sensivelmente após a participação brasileira no processo de paz daquele país com o Equador. Há um incremento do comércio bilateral, e os dois países dispõem de ativos mecanismos de cooperação, em particular na área de fronteira e no processo de integração física que se materializará com o término da rodovia que ligará o Brasil ao porto peruano de Ilo, no Pacífico.

A análise dos principais dados estatísticos relativos ao ano de 2000 aponta uma recuperação econômica alentadora na Venezuela, sustentada, é verdade, pelas altas do preço do petróleo: crescimento do PIB em 3,2%, inflação de 13,4%, diminuição em dois pontos porcentuais da taxa de desemprego, aumento das exportações não-petróleo em 25% e incremento de investimentos estrangeiros também da ordem de 25%. As reservas internacionais situam-se hoje

em torno dos US\$ 22 bilhões, suficientes para quase dois anos de importações. A meta de crescimento para o ano 2001 é de 4%, e tudo indica que será alcançado sem problemas.

A situação política caminha a reboque da personalidade de Hugo Chávez, figura polêmica que vem circulando com grande desenvoltura no cenário regional e internacional. Já se nota um certo desgaste no plano interno, tendo havido inclusive rumores de golpe, rebatidos com a possibilidade de decretação de "estado de exceção".

As relações bilaterais com o Brasil seguem ritmo previsível de paulatino aprofundamento, com bom clima de confiança mútua. A cooperação e o intercâmbio das informações e experiências exige, ainda, certo esforço exploratório, em áreas como vigilância e segurança amazônica, saúde, ciência e tecnologia. Em outros campos, está otimizado, no limite do possível, o controle e a prevenção da mineração ilegal, integração física e transportes.

Coadjuvantes

A relação externa mais importante do Suriname continua sendo com sua ex-metrópole, a Holanda, com a qual mantém vínculos estreitos desde a sua independência, em 1975. Tais vínculos vinham sendo materializados especialmente na forma de auxílio financeiro e de cooperação técnica, definidos em acordos assinados com a independência.

Divergências com governos surinamenses, nos últimos 20 anos, reduziram a intensidade da cooperação holandesa, levando à sua virtual paralisação na administração do Presidente Widenbosh, que antecedeu a atual, do Presidente Ronald Venetian.

Como consequência, o Suriname sofreu um forte impacto em sua economia. Houve um descontrole cambial, acompanhado pela des-

valorização da moeda, do virtual esgotamento das reservas internacionais e do afastamento dos investidores estrangeiros.

Em busca de alternativas para sair da crise, o Suriname tem procurado aproximar-se dos países caribenhos e sul-americanos, em especial com o Brasil e com o Mercosul. Ao Brasil interessa manter relações dinâmicas e intensas com o Suriname, com quem compartilha grande parte da fronteira amazônica. É importante assinalar que vivem naquele país cerca de 40 mil brasileiros, garimpeiros em sua grande maioria, que representam cerca de 10% da população surinamense.

A relação com o Suriname pode apresentar bom potencial de intensificação a partir da implementação da interconexão rodoviária com o Brasil. O Suriname é atravessado pelo chamado “Arco Norte”, projeto de rodovia que interligará Macapá a Boa Vista, passando por Caiena, Paramaribo e Georgetown. A conclusão dessa rodovia viabilizará o aumento do comércio bilateral, ora em níveis muito baixos, com significativos benefícios para o Norte do Brasil, em especial para os estados do Amapá, Amazonas e Roraima.

O “Arco Norte” igualmente estimulará o comércio com a Guiana e redundará em benefícios para ambos os países. A Guiana manifestou interesse em acesso preferencial ao mercado brasileiro (arroz, açúcar, rum e pescados), e os entendimentos estão bastante adiantados. Também o Mercosul é visto com bastante interesse pela Guiana.

Orientada por organismos financeiros internacionais e apoiada por países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a Guiana tem sido apontada como uma das experiências mais bem-sucedidas de ajuste estrutural. Há vários anos aquele país implementa programas cujas metas foram antes acerta-

das com o FMI e com os países que mais diretamente vêm apoiando o processo de recuperação guianense.

A principal consequência desses programas é que a economia da Guiana é a que mais cresceu no continente americano na década de 1990. O déficit público está sob controle, um processo de privatização está sendo implementado, a pauta de exportações dos seus principais produtos está crescendo e a inflação encontra-se bastante reduzida.

Apesar dos bons resultados alcançados até aqui, a Guiana ainda padece de graves problemas de infra-estrutura e sofre com a fragilidade do setor produtivo e da capacidade investidora do governo, atrelado ainda a um grande endividamento externo.

AGENTES DE INFLUÊNCIA

Organizações Internacionais ONU

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas (ONU), assinada em 24 de outubro de 1945 pelos representantes das 50 nações presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, reunida em San Francisco, Estados Unidos da América, expressava os ideais e os propósitos comuns dos povos, cujos governos se uniam para criar a Organização das Nações Unidas. Por meio desse instrumento, a ONU se propunha a ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos na consecução de objetivos comuns, a saber: manutenção da paz e da segurança; desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, dentro dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Com sede em Nova York, a ONU é formada por seis órgãos principais: a Assembléia

Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

A Assembléia Geral é constituída por todos os estados-membros, hoje em número de 185, e reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária para tratar de temas de interesse dos Estados.

Já o Conselho de Segurança está organizado para exercer permanentemente as suas funções e está constituído por 15 membros, dos quais cinco permanentes e 10 não permanentes. Os cinco permanentes e apenas eles detêm o poder de veto, o que subtrai da ONU o ideal de universalidade a que se propunha para transformá-la num instrumento de ação desses membros: Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China. Os 10 membros não permanentes, dentre os quais está o Brasil, são escolhidos entre os demais países integrantes, segundo o critério de representatividade continental, por sistema de rotatividade, com mandato de dois anos.

Duas críticas contundentes se fazem à ação do Conselho de Segurança e estão a exigir uma reforma estrutural. A primeira é a de agir segundo os interesses particulares das potências que manobram poder de veto, portanto na contra-mão da história, e a segunda é a de que o mundo de hoje não é mais o de cinco décadas atrás, existe uma nova estrutura de poder mundial, novas potências ascenderam ao patamar das outrora cinco grandes, e, portanto, há necessidade de ampliação e redefinição dos seus membros. Já existe um consenso de que o Japão e a Alemanha sejam incluídos nesse seletivo rol, porém, outros países emergentes, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, também desejam a sua inclusão como membros permanentes.

A ONU, com o passar dos anos, agregou instituições e entidades como a Organização

Mundial do Trabalho (OIT), a Organização de Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), tornando-se cada vez mais burocratizada e cada vez mais uma organização a serviço dos interesses das grandes potências.

Para agravar o quadro acima, a ONU enfrenta uma séria crise financeira, principalmente em razão da inadimplência de vários de seus membros, o que tem tornado sua capacidade de atuação bastante limitada.

Em consequência dos problemas citados, existem hoje na ONU cinco grupos de trabalho estudando a expansão do Conselho de Segurança, as medidas para limitação da burocracia, a reestruturação das finanças e a organização das agendas para a paz e o desenvolvimento, para que a ONU readquira o seu prestígio e deixe de ser apenas um depósito de "capacetes azuis" a serem remetidos para áreas conflituosas. O mundo globalizado não pode prescindir dessa organização para que as nações possam se entender, discutir seus antagonismos e buscar soluções para os seus problemas.

OEA

A Organização dos Estados Americanos (OEA) congrega 34 países da América e é uma espécie de repartição regional das Nações Unidas, representando para o continente o que a ONU é para o mundo. Muito embora a OEA seja independente em assuntos pertinentes ao continente americano, são bastante estreitas as relações entre as duas organizações.

São objetivos da OEA: a consolidação da paz e da segurança nas Américas; a solução pacífica de dissídios entre as repúblicas americanas; o estabelecimento de uma ação conjunta para a repulsa de agressão dirigida contra

qualquer república americana; e a promoção em conjunto do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países americanos.

São seus princípios básicos: as relações entre as repúblicas americanas pautam-se pelo direito internacional e pela boa fé; gozam essas repúblicas de paridade no seio da OEA, não podendo nenhum Estado americano intervir nos assuntos de outro; os dissídios devem ser solucionados pacificamente e os atos de agressão contra qualquer um deles serão interpretados como agressão contra todos. Este último princípio foi consagrado pelo Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (Tiar), mas, ao deixar de ser cumprido durante a Guerra das Malvinas, quando os Estados Unidos apoiam a Inglaterra em guerra contra a Argentina, pôs em risco a credibilidade da OEA, situação que perdura até hoje. Ironicamente, o Tiar voltou a ser invocado após os atentados terroristas aos Estados Unidos.

A Alca

Em dezembro de 1994, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de reunir, em Miami, 34 chefes de Estado e de Governo na chamada Cúpula das Américas. Na Declaração de Princípios, os líderes identificaram a integração econômica e o livre comércio como elementos essenciais para a prosperidade dos povos do continente americano, estabelecendo que deveria ter início imediatamente a construção da "Área de Livre Comércio das Américas", a Alca, na qual as barreiras ao comércio seriam progressivamente eliminadas. Estabeleceram, ainda, que as negociações nesse sentido deveriam estar concluídas até o ano de 2005.

A iniciativa norte-americana, que é hoje uma prioridade do Governo dos Estados Unidos, vem criar um poderoso bloco econômico sob a sua égide, capaz de enfrentar a União

Européia, antecipando-se mesmo a iniciativas semelhantes que pudessem partir daquele bloco, mercê das crescentes negociações bilaterais entre a UE e países ou blocos econômicos do continente americano.

A Alca, se concretizada, será a maior área de livre comércio do mundo, com um mercado de 800 milhões de habitantes e um PIB de quase US\$ 11 trilhões. A discussão em torno da Alca diz respeito às condições em que os Estados latino-americanos irão negociar, tendo em vista o gigantesco desequilíbrio de forças, particularmente no tocante à economia, ao conhecimento científico e ao abismo tecnológico que os separa dos Estados Unidos.

O Brasil adota uma posição cautelosa e deseja a implantação da Alca em ritmo lento e gradual para evitar um choque nas economias menores, priorizando uma expansão e fortalecimento do Mercosul, para que este, como bloco, dotado de personalidade jurídica própria, possa ingressar na Alca em melhores condições. O Brasil deseja negociações equilibradas, que atendam aos interesses nacionais. Espera, ainda, poder continuar como um *global-trader*, um mercado aberto para o mundo, negociando com a União Européia, Japão, China e outros. O governo continuará insistindo na necessidade de incluir nas discussões sobre a Alca questões chaves, como a elaboração de uma legislação *antidumping* comum aos países do hemisfério e a eliminação dos subsídios concedidos aos produtos agrícolas, considerados intocáveis pelos Estados Unidos.

As II e III Cúpulas das Américas, realizadas respectivamente em abril de 1999 em Santiago e em abril de 2001 em Quebec, deram significativos passos no processo de conformação da Alca. Havia um grande interesse norte-americano, em particular do governo Clinton, em antecipar o início da Alca, o que

foi firmemente rechaçado pelo Brasil, que conseguiu fazer valer sua posição em Quebec, de sorte que ficou estabelecido o início do funcionamento da Alca em janeiro de 2006.

Tratados regionais

Tratado da Bacia do Prata

As negociações que levaram ao Tratado da Bacia do Prata tiveram início em 1967, quando se realizou, em Buenos Aires, a 1^a Reunião de chanceleres dos países da região. O Tratado representou o primeiro esforço para transformar a “fronteira de separação” em “fronteira de cooperação”, criando condições para um desejável diálogo político entre seus signatários e possibilitando a esses, ao mesmo tempo, concertar programas concretos de cooperação com vistas à integração física da região.

O Tratado criou a moldura jurídico-diplomática que visa ordenar o relacionamento entre os países da região e em torno do qual foram geradas as condições que permitiram as negociações nas reuniões de chanceleres das questões mais relevantes do aproveitamento dos recursos hidrelétricos do Rio Paraná.

O Tratado da Bacia da Prata foi assinado por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, em 23 de abril de 1969, em Brasília, quando da 1^a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata. Entrou em vigor em 14 de agosto de 1970.

O Tratado estabeleceu, no seu artigo 1º, que “às partes convém conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física dos países do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável”. Para tal fim, deverão promover, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação

de entendimentos operativos e instrumentos jurídicos que estimem necessários.

Tratado de Cooperação Amazônica

Esse Tratado, firmado em Brasília em 3 de julho de 1978, é composto pelos oito países da Bacia Amazônica, a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Visa promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios do progresso decorrente entre as partes acordadas, com o objetivo de elevar o nível e a qualidade de vida dos seus povos. Tem, ainda, a finalidade de buscar a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, conscientes de que tanto o desenvolvimento socioeconômico quanto à preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado, e que a cooperação entre as partes servirá para facilitar o cumprimento destas atividades.

O Tratado de Cooperação Amazônica traduz a preocupação dos países amazônicos de conservação da Amazônia, no sentido de repudiar qualquer intervenção dos países de economia centrífuga.

O Tratado não teve o sucesso esperado em termos de defesa da Amazônia. A apresentação de poucos resultados de real alcance e profundidade ensejou, por parte do governo brasileiro, sabidamente o mais preocupado com a questão da importância política e estratégica da Amazônia, duas medidas, uma paralela e de caráter interno, que foi o Projeto Calha Norte, e outra, de caráter externo, que foi a proposta de uma emenda que viabilize a instalação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Essa modificação na estrutura institucional do Tratado dotará o mesmo de personalidade

jurídica e de uma Secretaria permanente, com sede em Brasília. Isso redundaria num maior dinamismo para o Tratado e resultará em benefício para todos os integrantes.

O enfoque estratégico, que caracteriza o tratado como instrumento diplomático de coordenação dos países membros, desponta como a garantia de ser um instrumento eficaz de projeção mundial de tão promissora região, livrando-a da perigosa e danosa cobiça internacional ou da singular fama de ser apenas um conjunto de problemas.

Organizações Não-Governamentais

Cada vez mais presentes no cenário internacional, cada vez mais atuantes, organizadas e motivadas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) são agentes de influência ponderável em todos os temas da agenda internacional. De cerca de 1.000, em 1958, elas passaram a 18.000, em 1990, e hoje já ultrapassam a casa dos 32.000 em todo o mundo.

O primeiro questionamento que se faz a seu respeito é o dos seus reais objetivos, nem sempre explicitados e de acordo com as finalidades declaradas. Muitas vezes são apenas organizações de fachada para defender interesses de grupos políticos ou econômicos, minorias marginalizadas, ou até mesmo de Estados, caracterizando, neste último caso, as ONGs “Governamentais”.

Outro ponto de questionamento diz respeito ao seu financiamento. Quem está por trás das ONGs, bancando toda a sua estrutura, mobilização, propaganda, etc.? Estudos a respeito, em nível mundial, indicam que 40% da receita das ONGs são provenientes de fontes governamentais, o que ratifica a caracterização paradoxal das ONGs Governamentais, aludida no parágrafo anterior. Pesquisa recente realizada em âmbito nacional revelou que 83% dos re-

cursos das ONGs que atuam no Brasil são oriundos de agências internacionais, 7% da venda de produtos e serviços e 3% são providos pelo governo brasileiro.

As ONGs mobilizam-se em defesa das chamadas “causas nobres”: direitos humanos, direitos das minorias, justiça social, defesa dos povos indígenas e defesa do meio ambiente.

Às chamadas “causas nobres” vêm-se juntando e propalando novas idéias ou temas de alcance mundial, algumas bastante ameaçadoras à soberania e à integridade territorial dos Estados, a saber: selo verde, com influência direta no patenteamento dos produtos e sua comercialização; antidumping social; doutrina da soberania limitada; interferência humanitária; dever de ingerência; direito de intervenção; internacionalização da Amazônia; novo papel para as Forças Armadas (dos países “periféricos”).

A combinação das “causas nobres” com essas novas idéias, reforçadas pelo *slogan* “em nome da comunidade internacional”, abertura para todos os pleitos e motivações das ONGs, traz à tona uma perigosa tendência de se impor o interventionismo como um modo normal e legítimo de atuação internacional, contrapondo-se a normas jurídicas consagradas pelo direito internacional, ao princípio de autodeterminação dos povos e das nações e ao sagrado exercício da soberania em toda a sua plenitude.

O PROCESSO

Os facilitadores

Chamaremos de “facilitadores” a todos aqueles aspectos que concorram favoravelmente para a integração da América do Sul como um todo ou que sirvam como uma etapa para se lograr aquele propósito.

O primeiro e mais importante de todos é, sem dúvida, a *vontade política*. Uma aspiração,

por mais que sejam os requisitos preenchidos, não se tornará possível sem o real desejo de seus governantes, estes, por sua vez, lídimos representantes das aspirações de seus povos. A vontade política, assim entendida, transcende a órbita do poder político para envolver todo o poder nacional.

A existência de tratados sub-regionais de abrangência, como o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica, são manifestações evidentes da vontade política dos países da região em buscarem de forma conjunta uma solução para os problemas que lhes são comuns.

As novas tendências mundiais, globalização e regionalização, serviram de impulso para o aprofundamento das relações entre os países, ensejando a formação de blocos econômicos que se fortaleceram pela descoberta de outras afinidades que firmaram a vontade política de integração. Foi assim com o Mercosul e com a Comunidade Andina de Nações, que reuniram países com a mesma identidade geográfica, histórica, econômica e cultural.

O exemplo mais claro e mais recente da manifestação da vontade política de integração regional se deu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro do ano 2000, quando se reuniram em Brasília os presidentes dos 12 países da América do Sul. Evento de caráter histórico e pioneiro na região, o encontro resultou da convicção de que a contigüidade geográfica e a comunidade de valores levam à necessidade de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos, em complementação a seu tratamento em outros foros regionais e internacionais, servindo ainda para reafirmar o espírito de entendimento e harmonia que marca a relação entre os países sul-americanos.

No âmbito de um esforço conjunto em favor da consolidação das liberdades democrá-

ticas da região, fundamentais para a superação de contenciosos e para o estabelecimento de novas parcerias, a reunião dos presidentes visou aproveitar a identidade dos projetos e metas de desenvolvimento para aprofundar a integração regional e fortalecer a posição da América do Sul frente aos desafios e dificuldades apresentados pelo processo da globalização.

Desde a saga da colonização e passando pelos processos de independência política no século XIX, a América do Sul tem uma *história comum e uma herança compartilhada de cultura e experiência humana*. O espaço sul-americano, caracterizado por grandes formações geográficas que atravessam e estabelecem continuidades entre vários países, como a Amazônia, os Andes e os Pampas, oferece extraordinária *base física* para os esforços de integração.

Os *interesses comuns*, como o fortalecimento da democracia, o avanço no desenvolvimento econômico e social, a integração econômica, a preparação para os desafios científicos e tecnológicos do século XXI e a garantia da segurança pública, somados aos *objetivos comuns* de fortalecimento nos organismos internacionais, superação dos problemas sociais e econômicos, busca de condições para enfrentar as barreiras protecionistas impostas pelos países desenvolvidos aos seus produtos e a inserção numa arquitetura financeira internacional estável e justa, traduzem grande motivação para o processo integrador.

Os *problemas comuns* também são motivos de aproximação, pois incentivam a busca de soluções conjuntas. A dificuldade de inserção unilateral dos países periféricos num mundo globalizado para atender aos interesses das grandes potências faz com que ditos países busquem seu fortalecimento por intermédio de ampliação de suas possibilidades, conformando blocos com identidade jurídica e capacida-

de de negociar em melhores condições. A necessidade comum de buscar saídas para os graves problemas sociais existentes, tais como as desigualdades entre as classes sociais; os altos índices de concentração de renda, a extrema pobreza da maioria das populações e o analfabetismo são uma dura realidade regional.

A cobiça internacional pela Amazônia, o combate aos crimes transnacionais, notadamente o narcotráfico, o terrorismo e o contrabando, a segurança hemisférica são *preocupações comuns* que tem levado a uma crescente integração estratégica dos países sul-americanos.

A *estabilidade política, a prevalência dos regimes democráticos e a superação definitiva de dispendios territoriais* também podem ser apontados como facilitadores da integração. A América do Sul redemocratizada, afastada dos principais focos de tensão mundial, com baixos índices de despesas militares, livre de armas nucleares, *sem conflitos étnicos ou religiosos*, e onde os poucos contenciosos entre Estados têm sido resolvidos pela via negociada, destaca-se hoje como o continente mais pacífico do mundo. Com esta convicção, os presidentes da América do Sul reafirmaram em Brasília sua adesão ao princípio da solução pacífica e negociada de controvérsias e acordaram criar uma Zona de Paz Sul-Americana.

A vocação da América do Sul é a de ser um espaço econômico integrado, em função da *complementaridade das economias*. Oitenta por cento das suas necessidades estão contidas no seu próprio território. Constituir-se num *mercado ampliado* pela eliminação de entraves de obstáculos ao comércio e pelo aprimoramento das conexões físicas em transportes e comunicações fortalecerá a inserção sul-americana nas diversas correntes de capital, mercadorias e tecnologia que desenham o panorama da economia política internacional contemporânea.

Nesse sentido, a convergência do Mercosul ampliado e a Comunidade Andina, com a aproximação da Guiana e do Suriname, que já começa a ocorrer, poderão se tornar a espinha dorsal da América do Sul como um espaço econômico ampliado.

Por fim, podem ainda ser citados como facilitadores: o *domínio dos dois grandes oceanos*, que abre as portas da América para o mundo; a facilidade de comunicação entre os países e seus povos pela *identidade de idiomas*, o português e o espanhol; e, por último, a prevalência da *religião católica* no continente, do cristianismo que não aponta dissidências radicais ou fundamentalismos.

Os óbices

Definiremos óbices como os obstáculos de toda ordem que venham a impedir ou dificultar o processo de integração sul-americana.

O primeiro a ser levantado é fruto da herança histórica do bolivarianismo, aquele sentimento a que denominamos genericamente de *hispanidad*, responsável por uma desconfiança secular em relação ao Brasil, o gigante sul-americano praticamente desconhecido para os seus vizinhos até o recente advento da globalização. Este sentimento gerou nos países de origem espanhola uma percepção distorcida de que o Brasil seria um país de vocação imperialista, com espírito expansionista, desejo de conquistas territoriais para chegar ao Pacífico e outros dogmas, fruto do dimensionamento atingido pelo Brasil com a expansão da linha de Tordesilhas e dos tratados que definiram as últimas linhas da nossa fronteira.

A mesma geografia que favorece a integração física pela interação dos espaços comuns apresenta obstáculos que dificultam uma maior aproximação entre o Brasil e alguns dos seus vizinhos, tais como a Cordilheira dos Andes e a

Amazônia, acidentes que contribuíram durante muito tempo para que o Brasil permanecesse debruçado sobre o Atlântico e seus vizinhos de oeste voltados para o Pacífico. Reflexo desta realidade é que ainda não existe uma ligação física efetiva entre esses países e o Brasil, mais de dois séculos após suas independências.

O sistema colonial espanhol e o processo de independência das nações latino-americanas deram origem a vários contenciosos territoriais, que por vezes levaram algumas nações ao recurso último da guerra, deixando cicatrizes na alma de seus povos. Assim sendo, permanecem até os dias de hoje algumas *áreas de fricção política* no continente sul-americano, referentes a diferendos territoriais, que convenientemente explorados por interesses políticos podem ainda levar a crises de instabilidade. Destacamos, entre estas, as questões fronteiriças entre a Venezuela e a Colômbia, entre a Venezuela e a Guiana (Essequibo), entre o Peru e o Equador (Cordilheira do Condor) e a “saída para o mar” reivindicada pela Bolívia junto ao Chile.

São crescentes os óbices decorrentes dos *interesses nacionais das potências hegemônicas*, as quais, na intenção de manter o *status quo*, procuram exercer pressões de toda ordem para inviabilizar projetos nacionais e sul-americanos que contrariem aqueles interesses. No campo econômico, tais pressões se refletem nas medidas protecionistas que as potências adotam para preservar seus mercados.

A ocorrência dos ilícitos transnacionais, particularmente o crime organizado e o narcotráfico, ensejou a adoção do “Plano Colômbia” e a consequente materialização da presença militar norte-americana naquele país, objetivo declarado desde a desativação do Comando Sul, no Panamá. A “regionalização” do Plano Colômbia criará a oportunidade para a expansão da presença dos Estados Unidos nos Andes

e até na Amazônia, comprometendo a integração regional. Nesse sentido, é oportuno registrar que se encontra em fase de amadurecimento nos Estados Unidos a “Iniciativa Regional Andina”, estratégia que prevê exatamente a possibilidade de ampliação da dimensão internacional do conflito interno colombiano.

Outro obstáculo à integração está consubstanciado nas próprias *crises políticas internas* que alguns países atravessam, mergulhados em campanhas político-partidárias para as eleições no próximo ano, denúncias de corrupção e desgaste do atual governo. A estes aspectos agregam-se o baixo nível de educação e de participação política de suas populações, o que concorre para uma baixa priorização dada ao assunto.

A *atração exercida pelos Estados Unidos* faz com que vários países busquem incrementar parcerias e negociações bilaterais com aquele país, criando uma certa relação de dependência e dificultando sua inserção no processo de integração sul-americana.

Outro aspecto a destacar é a presença, no território sul-americano, de uma colônia europeia, a Guiana Francesa, que funciona como um enclave extracontinental e pode servir de plataforma para a implementação de um laboratório de idéias nascidas na Europa e antagônicas aos interesses dos países da região. É oportuno lembrar que o autor da idéia de “internacionalização da Amazônia” foi o ex-Presidente da França, François Mitterrand.

Por fim, o processo em andamento para a implantação da Alca em 2005, objetivo primeiro da política externa norte-americana, deixa pouco tempo para a negociação da integração sul-americana em bases sólidas, como desejaram os presidentes na Reunião de Cúpula de Brasília. Este fato se agrava com o concurso da crise argentina, que é uma crise de

todo o Mercosul, pois retarda as articulações deste Mercado com a Comunidade Andina e demais parceiros sul-americanos.

As estratégias

Com o concurso dos aspectos facilitadores, os países sul-americanos devem implementar as estratégias para enfrentar os óbices e permitir a integração regional que resultará em seu fortalecimento. Algumas estratégias que se impõem são:

- O fortalecimento do Mercosul;
- O fortalecimento de parcerias isoladas, em curso entre nações sul-americanas;
- Aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina, Guiana e Suriname;
- A identificação e a realização dos eixos de desenvolvimento e projetos-chave de integração física;
- O incremento de relações com a União Européia, China, Japão e outros mercados de interesse;
- A transformação do Tratado de Cooperação Amazônica em Organização, o que lhe dará respaldo jurídico para o enfrentamento das questões amazônicas;
- A eleição do Brasil, potência ascendente sul-americana, como o gerenciador do processo.

O papel do Brasil

O Brasil, por sua dimensão territorial e pelo fato de compartilhar fronteira com nove vizinhos, é o único país capaz de atuar como elemento integrador das vertentes sul e norte do continente, e de agir como articulador do espaço sul-americano, trabalhando sem qualquer pretensão hegemônica, no sentido de promover a estabilidade e a cooperação regionais em todos os campos, inclusive o estratégico-militar. É o país de maior peso específico e de maior capacidade arregimentadora, com relações fluidas e crescentes com todos os demais, sem contenciosos de qualquer natureza.

O Brasil é uma democracia estável que reúne todas as condições de potência ascendente. Sua extensão territorial corresponde a cerca de 50% da região, bem como o seu Produto Interno Bruto. Possuidor de um mercado de 160 milhões de habitantes, é um expressivo parceiro comercial para qualquer dos centros mundiais de poder econômico. O seu papel hegemônico no contexto sul-americano é, pois, consentido. Como já ocorre naturalmente no âmbito do Mercosul.

A vontade política brasileira está explicitada no texto constitucional, que, no parágrafo único do Artigo 4º, assim manifesta: *“A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”*

O conceito de América Latina diluiu-se no Itamaraty para dar prioridade ao de América do Sul, hoje a área mais importante para a política exterior do Brasil. O Brasil promove um diálogo intenso com todos os países, visando ao estreitamento dos interesses comuns. No cenário sul-americano, o Brasil é o ator mais importante, cumprindo-lhe o papel de condutor do processo de integração.

CONCLUSÃO

Analizados o cenário internacional, a situação atual dos países sul-americanos e de seus blocos regionais em conformação, os aspectos facilitadores e os óbices à ampliação dessa integração, verifica-se que a visão de um amplo sistema regional sul-americano deve partir, fundamentalmente, do grau de liderança assumido pelo Brasil dentro do Mercosul e da sobrevivência e fortalecimento deste, para que ele se constitua no núcleo organizador de um sistema ampliado. A formação desse sistema se reveste,

ao mesmo tempo, da mais alta relevância para todos os países da região e de plena viabilidade.

No que se refere à *relevância*, as precedentes considerações relativas ao Mercosul e a sua decisiva importância para os países membros, não apenas econômica, mas particularmente política, se aplicam, igualmente, para os demais países do continente, tanto individualmente quanto em conjunto. Um sistema regional sul-americano seria um Mercosul em grande escala. Proporcionaria aos partícipes uma extraordinária ampliação dos seus mercados. Dar-lhes-ia uma oportunidade única de elevarem, dentro das condições favorecedoras desse mercado ampliado, a competitividade dos seus sistemas produtivos. E lhes asseguraria um poder internacional de negociação incomparavelmente superior ao que pudessem ter individualmente, abrindo-lhes condições para terem acesso, no quadro da estratificação internacional do poder, ao patamar dos países relativamente autônomos.

A *viabilidade* de formação desse sistema, sem embargo de inúmeros e complexos problemas a serem especificamente considerados, resulta do fato de que, na América do Sul, a identidade cultural básica dos países da região tem, como contrapartida, níveis equiparáveis de desenvolvimento de significativas facilidades físicas de intercomunicação. Pelo ocidente, os países dispõem, ademais de extensa rede rodoviária, da navegação pelo Pacífico. Pelo oriente, se articulam, rodoviariamente, tanto entre si como através do Brasil que, salvo no caso do Chile, tem fronteira comum com todos os demais.

A formação de um sistema regional sul-americano requer, como etapa inicial, um *amplio acordo de cooperação econômica e política* entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Como no caso do Mercosul, a viabilidade de um sistema regio-

nal sul-americano depende de uma deliberação política básica: a de recusar a absorção individual dos países da região pela Alca. Essa deliberação, por sua vez, requer uma objetiva análise do custo-benefício que decorreria da absorção dos países sul-americanos pela Alca, comparativamente ao regime de custo-benefício que lhes adviria da formação de um sistema sul-americano.

Uma integração sul-americana, dada à relativa equivalência de competitividade do sistema produtivo dos países da região, estimularia vigorosamente os intercâmbios intra-setoriais, tanto na indústria como na área de serviços, notadamente no tocante aos sistemas elétricos e às redes de transporte do continente.

No horizonte até 2005, a significação de um sistema regional sul-americano, caso o projeto se constituir, dependerá da medida em que não se deixe absorver pela Alca. Vencido esse importante desafio, a significação de tal sistema, em longo prazo, dependerá do tipo de ordem mundial que venha a se configurar, até meados do século XXI. A prevalecer a multipolaridade, abrir-se-á para tal sistema, por um lado, um espaço incomparavelmente maior para o desenvolvimento nacional de seus membros. Por outro, dependendo da medida em que os países participantes logrem um significativo desenvolvimento, um sistema regional sul-americano tenderá, necessariamente, no longo prazo, a ter acesso ao patamar superior.

Do exposto, podemos concluir que a integração sul-americana é, ao mesmo tempo, uma resposta aos desafios impostos pela globalização e uma estratégia para os enfrentamentos advindos com a implantação da Alca. Portanto, deve ser encarada como um urgente imperativo geopolítico, para que os países sul-americanos possam prover com plena soberania nacional e dignidade para os seus povos a sua inserção no mundo do século XXI. ☎

Referências bibliográficas

- CAMBESES Jr, Manuel. Aspectos da Conjuntura Internacional. LS 835/00-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "O Brasil e uma nova América do Sul". Artigo do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal *Valor Econômico*, São Paulo, 30 de agosto de 2000.
- CASTRO, Therezinha de. Organização das Nações Unidas. LS 824/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- CÔRTES, Marcos Henrique Coimbra. Fundamentos das relações internacionais e conceitos de atuação no campo externo. LS 837/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- JAGUARIBE, Hélio. A América do Sul no atual sistema internacional. Conferência pronunciada no Seminário sobre a América do Sul, Instituto Rio Branco. Brasília, 31 de julho de 2000.
- LAFER, Celso. A organização do espaço sul-americano: seu significado político e econômico. Conferência de abertura do Seminário sobre a América do Sul, Instituto Rio Branco, Brasília, 31 de julho de 2000.
- LAMPRÉIA, Luis Felipe. "O futuro do Mercosul". Artigo publicado no jornal *O Globo*, Opinião, Rio de Janeiro, 20 de junho de 2001.
- MEIRA MATTOES, Carlos de. Amazônia: pressões e desenvolvimento. LS 805/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado de Brasília. Departamento das Américas. Brasília, 31 de agosto de 2000.
- PULSO LATINO-AMERICANO. Suplemento mensal especial do jornal *O Globo*, editado pelo Grupo Diário das Américas. Rio de Janeiro, março a julho de 2001.
- SANTOS, Jorge Calvário dos. Globalização. LS 816/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- SIMÕES, Antonio José Ferreira. "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio". Artigo publicado na *Revista de Política Exterior*, Edição de agosto/setembro de 2000.
- VILLAGARCIA, Juan Autero: monografia. Influência da globalização sobre a integração sul-americana. ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001

Luis Felipe de Castilhos Goycochêa

O Espírito Militar
na Questão Acreana



Biblioteca do Exército Editora

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

O Espírito Militar na Questão Acreana

Luís Felipe de Castilhos Goycochêa

A obra faz renascer no público leitor o conhecimento de importante fato da formação territorial brasileira.

Analisa com detalhes suas causas, concluindo pelas consequências do fato e a anexação do Acre ao solo brasileiro.

A guerrilha colombiana, um problema de todos¹

*José Fernando de Maya Pedrosa**

A guerrilha colombiana tem implicações no Brasil como fator de desequilíbrio na Amazônia, cuja segurança nos preocupa. Os paramilitares, grupo irregular que a ela se contrapõe, têm complicado a situação, pois que também disputa soberania com o Estado colombiano.

A Colômbia é uma demonstração dos horrores que a ausência do Estado pode promover nos confrontos armados internos.

Na presente conjuntura, cresce a importância política da Colômbia como fator de contenção da nova onda de socialismo na América Latina. A Venezuela por outro lado ainda pode ser motivo de agravamento da guerrilha colombiana.

Na realidade, o Estado colombiano convive com uma “soberania cindida” nas áreas onde não está presente: alto nível de criminalidade, insegurança geral, enfraquecimento do aparato governamental, elevadas despesas públicas com a repressão, baixo moral nacional, desprestígio do Estado, divisionismo ideológico. Enfim, situação que existe porque o Estado o permitiu por omissão e porque o aparato administrativo legal já não pode atuar nas áreas dominadas.

A guerrilha colombiana é a opção pela violência como solução de problemas sociais, idéia

que moveu as esquerdas na América Latina na concepção revolucionária do período da Guerra Fria. Assinala-se aí a influência das revoluções cubana (1959) e nicaragüense (1979), mostrando que a luta armada para a conquista do poder era viável com o apoio estrangeiro próximo.

Dentro dos manuais de guerrilha, inclusive o de Guevara, o levante revolucionário devia ocorrer nos vazios territoriais e institucionais, onde houvesse conflitos agrários e de onde se pudesse marchar contra o centro político. Aí seria imposto por um “exército de libertação popular” e o socialismo modelo cubano. Esta foi a grande direção estratégica da guerrilha colombiana.

Apesar de todas as contradições, a Colômbia tem tradições democráticas. Além disto, o conflito não envolve aspiração de classe social alguma, embora a ideologia dos guerrilheiros seja fundamentada no marxismo-leninismo. Há forças a eles contrárias nos sindicatos e movimentos sociais expressivos. As populações das áreas ocupadas pela guerrilha a ela se subordinam pelo medo e coação, enquanto a esquerda universitária lhe oferece discreto apoio intelectual.

Convém assinalar que as Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – têm

¹ Colaboração do autor. Transcrição da Revista do Clube Militar.

* O autor é Coronel de Infantaria e de Estado-Maior, historiador e sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

origem no Partido Comunista Colombiano, o velho PCC, ainda na década de 1940.

A partir de 1958, o movimento guerrilheiro organizou-se em termos de domínio regional e de “frentes” sob comando unificado, seguindo uma tendência de libertar-se do PCC. Localizou-se nas regiões de fronteira com o Brasil, Venezuela, Peru e Equador com o objetivo de conseguir uma dimensão internacional, de receber os suprimentos de que necessitava e, ultimamente, de assegurar o tráfico de drogas para o exterior. A guerrilha sofreu notáveis reverses numa campanha militar desenvolvida pelo governo, mas ganhou experiência que foi copiada pelo ELN – Exército de Libertação Nacional, outro grupo revolucionário com semelhantes histórico e métodos. Houve períodos de trégua e de negociações com resultados medíocres. A guerrilha sofreu acentuada metamorfose com os recursos provindos do narcotráfico que permitiram seu crescimento em grande escala e a ampliação de suas áreas liberadas.

No período da Guerra Fria, a guerrilha estava inserida na confrontação ideológica mundial; hoje está no contexto da guerra contra o tráfico de drogas.

A decisão de se unir ao narcotráfico foi tomada pelas Farc, em 1982, sob o argumento de que a guerrilha necessitava de recursos para conseguir seus fins políticos e ideológicos. Na situação criada pela sua junção ao narcotráfico, elevaram-se também os índices de criminalidade pela ausência da autoridade ou de sua reconhecida ineficiência. Essa situação deu motivo aos entendimentos da Colômbia com os Estados Unidos para o combate ao narcotráfico.

Os estudiosos colombianos acham que as ligações das Farc com o tráfico não configuram propriamente uma “narcoguerrilha”. Mas há uma tendência de serem associados – guerrilha e narcotráfico – no mesmo “pacote”, especialmente depois que a guerrilha plantou coca, preparou e transportou cocaína até os narcotraficantes. A idéia da “narcoguerrilha” parece coerente com o espírito pragmático norte-americano. O fim da Guerra Fria vem subtraindo o valor político das guerrilhas que hoje ainda permanecem inspiradas nos tempos da expansão do socialismo marxista no continente.

A guerrilha vem praticando ultimamente atos terroristas fora de suas áreas liberadas. Acredita-se que isto é apenas uma forma de romper o impasse da estabilização do conflito. Contudo, as ligações entre a guerrilha e algumas organizações terroristas, sobretudo o IRA, são argumentos recentes para classificá-la como inimiga da civilização.

A guerra contra as drogas na Colômbia inclui a destruição das fontes produtoras da coca por desfolhantes gerando desemprego e prejuízos ao meio ambiente. É uma ação que termina por erodir a popularidade do governo e aumentar a da guerrilha.

O impasse atual deste conflito levará, cedo ou tarde, a um “ponto de inflexão”, ou seja, à expectativa de uma solução entre o governo, a guerrilha, porque ambos não têm condições de sobrepujar o oponente.

Este “ponto de inflexão” expressa a possibilidade de sucesso da política do atual Presidente reeleito Álvaro Oribe, induzindo a guerrilha e os paramilitares a negociarem um acordo de paz mediante pressão militar.

A internacionalização do conflito colombiano ocorreu depois da Revolução Cubana (1960), quando a guerrilha recebeu apoio explícito de Havana. Entretanto, depois da Guerra Fria, o conflito retornou ao seu modelo autônomo, com acentuada tendência para captação de recursos internos. A internacionalização ressurgiu quando os Estados Unidos

empreenderam ações policiais e até militares na execução do Plano Colômbia elaborado por autoridades colombianas e norte-americanas, em 1998. Objetivo, combater o narcotráfico e, posteriormente, o terrorismo. Não houve o reconhecimento inicial do governo norte-americano de que combateria diretamente os guerrilheiros, mas logo reconheceriam que não havia diferenças entre a guerrilha, narcotráfico e terrorismo, especialmente depois do 11 de setembro de 2001.

Observa-se que os recursos dos Estados Unidos naquele Plano (sempre crescentes) são prioritariamente para as Forças Armas e polícias. A tendência é apoiar as Forças Armadas colombianas em equipamento, assessoria militar e treinamento das unidades combatentes, com vistas ao enfrentamento direto da guerrilha.

O Plano Colômbia aprofundava o conceito de “terrorismo inimigo da humanidade”. Isto teve consequências para a Colômbia: diante o Estado reconhecia tacitamente a internacionalização do conflito. Confirmação de que um país internamente dividido e carente de soberania interna fica vulnerável ao estrangeiro e de alguma forma dependente de sua vontade. Além disso, o possível emprego de tropa norte-americana na Colômbia internacionalizaria mais ainda o conflito, podendo estendê-lo aos países vizinhos, entre eles o Brasil. Tudo isso numa das áreas estratégicas do continente: a Amazônia. Possivelmente os países latino-americanos não veriam com bons olhos esta forma de intervencionismo e não apoiariam uma força de intervenção militar internacional da ONU ou OEA na Colômbia, numa escalada de operações militares efetivas.

Outra tendência na Colômbia envolve os países vizinhos no sentido de levá-los a uma maior colaboração internacional no combate ao narcotráfico e ao terrorismo, o que pode acabar

forçando o Brasil a participar daquele conflito, mesmo que apenas em seu próprio território.

A propósito, no recente livro publicado pela BIBLIEX, *Uma Democracia Sitiada*, seu autor Eduardo Leongómez afirma que o Presidente venezuelano Hugo Chávez apóia a guerrilha colombiana, o que envolve alto nível de agravamento deste conflito.

O encontro do narcotráfico com o terrorismo e a guerrilha é assunto novo que interessa de perto a todos nós. A criminalidade passou a ter pontos de encontro com a segurança nacional, fato inédito na história. Não se garante que o Brasil não possa viver uma situação semelhante. É indispensável que os responsáveis diretos e indiretos pelos destinos do País tenham consciência de que não se podem permitir lapsos na presença e ação do Estado. Em nosso País, tal consciência é altamente desenvolvida nas Forças Armadas. Mas falta uma consciência geral mais apurada desse problema, sobretudo entre os intelectuais e políticos que, estranhamente, pouco se referem a ele ou que associam as insurgências apenas à demanda de justiça social.

Este pode ser um julgamento severo, mas penso que deixamos de lado a abordagem dos problemas concretos que envolvem questões de segurança. Exemplo: a junção da criminalidade com a ideologia, ou a radicalização dos movimentos sociais.

O interesse recente dos Estados Unidos na questão colombiana, da forma em que se transformou em Plano Colômbia, ampliou as projeções da questão colombiana no Brasil, por motivos óbvios de proximidade, relacionamento com a vizinhança e preocupação diante da presença de uma potência mundial na região amazônica, cujos desdobramentos ainda não se podem prever.

Há, no entanto, fundadas razões para se temer no Brasil semelhante ocorrência, vejam

a insegurança promovida pelo narcotráfico no Rio de Janeiro com todas as projeções na vida nacional, uma delas o desprestígio do Estado, os prejuízos à vida e à economia do povo, os lapsos do poder em áreas onde o crime organizado domina.

Apesar das amenidades do panorama brasileiro quando comparado ao da Colômbia, não estamos livres de alguns rebarbativos do narcotráfico. E um deles é a notável indução do governo dos Estados Unidos para que as instituições militares latino-americanas adotem doutrinas para o novo desafio do terrorismo global e do combate ao tráfico e uso de drogas. Mas, por outro lado, por mais que se considere o problema fora da competência militar, não se pode deixar de pensar numa forma de colaboração das Forças Armadas, pelo menos no que se refere ao terrorismo.

Considere-se que o terrorismo é lastreado por ideologias, tanto da extrema revolucionária como dos grupos mais conservadores, e isso interessa à segurança nacional.

A situação da Colômbia deve preocupar os que se interessam pela segurança e pelo relacionamento do Brasil, especialmente no que se refere à internacionalização de seu conflito. Apesar das esperanças de uma saída para o

impasse atual, a situação de autêntica calamidade que o povo colombiano vive desde 1946 sugere que o Estado lá fracassou em seu papel histórico e constitucional.

A junção da guerrilha com o narcotráfico e o terrorismo internacionalizou o conflito, o que afeta a segurança da nossa fronteira noroeste e exige atitude política e militar do governo brasileiro. Além disto, a situação da Colômbia lembra os riscos que representa a existência do narcotráfico no Brasil.

Finalmente, convém lembrar a certeza de nossas razões quando demos aqui combate à guerrilha e ao terrorismo entre 1968 e 1975 e garantimos nosso futuro democrático.

Para colocar um ponto final neste texto, eis o conceito de um colombiano ilustre, Eduardo Pizarro Leongómez:

– Nascida no clamor da Revolução Cubana e inspirada pelo exemplo de Che Guevara, a guerrilha foi para milhares de jovens uma aposta [revolucionária] de libertação do país das misérias do subdesenvolvimento; quatro décadas mais tarde, contudo, o balanço a ser feito é extremamente negativo: a luta armada, que foi um sonho para milhares de colombianos, converteu-se hoje num dos piores legados para nossa sociedade. ☺

Carlos Patrício Freitas Pereira



Amazônia Ocidental e Pantanal
Comunidade Sul-Americana

Editora da Faculdade de Direito

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Geopolítica e o Futuro do Brasil

Carlos Patrício Freitas Pereira

O ensaio considera a situação da Amazônia e do Pantanal ante a globalização, a necessidade de "integrar, ocupar, explorar e preservar" as regiões.

Perigo venezuelano¹

*Luiz Gonzaga Schroeder Lessa**

Voltou ao assunto "Venezuela" por julgar que, dia-a-dia, as implicações e consequências para o Brasil do que lá se passa ganha novo realce e dimensão e por sentir que, apesar dos insistentes alertas da imprensa, o governo federal e a sua diplomacia, em particular parecem indiferente às turbulências em curso.

Na semana passada, a Assembléia Nacional venezuelana aprovou as polêmicas 58 emendas constitucionais, a mais preocupante delas aquela que prorroga indefinidamente o mandato presidencial de Hugo Chávez, que declarou pretender ficar no poder até 2031. Jovem ainda, o tempo joga a seu favor e, ao final do período que prefixou, estará com 77 anos de idade e todos os atuais líderes mundiais e continentais já terão saído da cena política. É mais um daqueles exemplos que, periodicamente, atormentam a história mundial e que, valendo-se das fragilidades da democracia, buscam a sua destruição, impondo-lhe um poder ditatorial sob uma roupagem de amplas liberdades e aprovação popular. Pouco a pouco, mas, talvez, já um tanto tarde, igreja, imprensa, oposicionistas políticos e milhões de cidadãos esboçam uma reação ante a manifesta disposição de calar as suas vozes.

Assim, a chamada "República Bolivariana" se consolida e ameaça se espalhar pelo continente latino-americano, onde já encontra simpatizantes e parceiros submissos na Bolívia,

Equador e até mesmo na orgulhosa Argentina, que, em busca de uns trocados, se submete à política de Chávez.

Mas, o perigo venezuelano não se limita ao expansionismo da sua ideologia *démodé*, que intenta em implantar no continente o "socialismo do século XXI". Encontra respaldo em uma sólida base militar que, de forma significativa e pragmática, vai se construindo e consolidando a fim de apoiar as suas pretensões expansionistas, com o objetivo definido de, a médio prazo, transformar a Venezuela no maior poder militar da América Latina, ameaçando, desde já, alguns países com intervenção armada, como foi a recente declaração com relação à Bolívia, país com quem celebrou um controverso acordo militar, possibilitando a construção de numerosas bases nas suas fronteiras, vale dizer, inclusive com a nossa.

Parece que o Brasil ainda não se apercebeu do que está ocorrendo ao norte, quando, movido pela abundância dos petrodólares, Chávez promove pesados investimentos em armamentos sofisticados, gerando uma corrida armamentista e uma nova realidade político-militar na América do Sul.

O fantástico pacote militar venezuelano pode chegar a US\$ 60 bilhões até 2020, quando, no dizer de Chávez, a Venezuela será a mais poderosa potência militar latino-americana. Ao começar o seu programa militar, o barril de petróleo era cotado a US\$ 40,00, hoje, em torno dos US\$ 90,00, com possibilidades de atingir os US\$ 100,00 até o final do presente ano.

¹ Colaboração da Revista do Clube Militar.

* O autor é General-de-Exército.

Essa abundância de recursos financeiros, com perspectivas de assim prosseguir por um longo período, é um incentivo para a ampliação e o aprimoramento tecnológico do seu complexo militar, abrangendo de forma ampla e equilibrada as suas forças terrestres, navais e aéreas.

O plano de modernização em curso dará às Forças Armadas venezuelanas (ou forças armadas bolivarianas) um invejável poder dissuasório, já no ano de 2012, com investimentos estimados em US\$ 30,7 bilhões, conforme abaixo se constata:

- elevação do contingente militar de 83 mil para 500 mil homens;

- criação da Milícia Nacional Bolivariana, hoje, com aproximadamente 1 milhão de milicianos, podendo chegar a 2 milhões. Enquadrada pelo Comando Geral das Reservas e Mobilização Nacional, sua estrutura é paralela e não subordinada às Forças Armadas e destina-se a defender o Partido Socialista Unido da Venezuela (seriam as SS venezuelanas?). Na prática, funciona como um contrapeso político às Forças Armadas.

- aquisição de um lote de 3 submarinos russos que pode chegar a 10, classe Amur, de 1.750 toneladas, propulsão diesel elétrica, capazes de operar em qualquer tipo de mar (exceção dos glaciares), equipados com 4 mísseis leves de cruzeiro, 10 mísseis antiaéreos e 18 torpedos pesados de 533 milímetros;

- modernização e atualização tecnológica de dois submarinos de fabricação alemã;

- aquisição e/ou revitalização de 138 navios de diversos tipos;

- aquisição de um lote de 800 viaturas blindadas russas, BTR-90, 20 toneladas, sobre rodas, equipadas com canhões rápidos de 30 milímetros, velocidade de 110km/h. Essa compra pode alcançar 1.000 veículos, com as 200 unidades suplementares destinadas ao transporte de tropa;

- aquisição de 100 mil fuzis automáticos russos Kalashnikov, AR-103;

- aquisição de 24 supercaças Sukhoi-30, com investimento de US\$ 800 milhões, ponta-de-lança de um ambicioso programa que pode chegar até 150 supersônicos;

- aquisição de 53 helicópteros de ataque russos (modelos MI-17, MI-35 e MI-26);

- aquisição de 10 aviões de transporte CASA 295;

- aquisição de dois aviões de patrulha marítima CASA 235;

- aquisição de 600 mil bombas, comuns e inteligentes, guiadas a laser ou por GPS, compradas da Europa;

- negociação de 10 radares de defesa aérea com a Suíça e de 3 estações de radar tridimensional YPR, com a China, como parte de um programa de US\$ 150 milhões para a defesa aérea;

- mísseis antiaéreos e de longo alcance.

Será que todo esse aparato militar destina-se apenas a se opor a uma possível invasão norte-americana? Parece pouco provável.

A modernização e ampliação das Forças Armadas venezuelanas tem um importante subproduto político: o apoio incondicional dos seus integrantes à loucura bolivariana e o suporte para um longo período ditatorial.

Chávez, na sua luta messiânica de implantar na América Latina o socialismo do século XXI, não tem pejo de fazê-lo apenas no campo da doutrinação ideológica. Apóstolo de um credo retrógrado, que nem o grande Simón Bolívar foi capaz de concretizar, sonha unir os povos latino-americanos sob sua influência e poder, de forma pacífica ou cruenta, como recentemente ameaçou, unilateralmente, intervir militarmente na Bolívia para apoiar Evo Morales.

Seria o caso de se perguntar qual seria a atitude brasileira diante dessa loucura política, junto às nossas fronteiras.? Iríamos tolerar,

como disse o próprio Chávez, um novo Vietnã em área diplomática do nosso interesse imediato?

Arvorando-se portador de uma mensagem salvadora, messiânica, de redenção das populações miseráveis, metamorfoseia-se em polícia hemisférica apoiando os que lhe são fiéis e combatendo os que se lhe opõem. Começa a apresentar as garras de todo caudilho: a autoconfiança, a prepotência, a propriedade da verdade absoluta e a firme convicção de que os fins justificam os meios.

A Venezuela tem pendências históricas com a Colômbia e a Guiana e, tornando-se uma potência militarista e expansionista, pode ser tentada a resolvê-las pela força das armas.

A médio prazo está criado um clima de grande instabilidade e apreensão ao norte do continente sul-americano.

E o Brasil como se situa nesse desafiante contexto?

Diplomaticamente, temos demonstrado uma enorme inaptidão e fragilidade para exercer o poder que temos. Quase que caminhamos a reboque das idéias de Chávez. Todos os seus grandes projetos e iniciativas – Mercosul, gasoduto sul-americano, banco do sul –, mesmo contrariando interesses brasileiros, vêm encontrando guarida e boa vontade na nossa diplomacia, o que só faz crescer a força pessoal e política do caudilho no hemisfério, em detrimento da tradicional influência brasileira.

Militarmente, é ainda mais crítica a nossa situação e, talvez, isso possa explicar a submissão da diplomacia, que não tem a respaldá-la uma força militar dotada de real capacidade dissuasória.

A ameaça da Venezuela não se restringe apenas à parte norte do país, Roraima em particular. O núcleo vital, Brasília incluída, estará ao alcance dos seus aviões supersônicos, que terão a certeza do sucesso dos seus ata-

ques e incursões pela fragilidade da nossa defesa antiaérea e meios aéreos de interceptação.

Os modernos BTR-90, que mobiliarão as unidades de reconhecimento e mecanizadas venezuelanas, não encontrarão pela frente resistência de vulto, e a possível incursão ao longo da espinha dorsal da BR-174 será um verdadeiro passeio.

No mar, o núcleo vital do País, suas plataformas de petróleo e o intenso e fundamental comércio marítimo brasileiro ficarão seriamente ameaçados pelos modernos submarinos Amur, que terão pela frente uma tímida resposta da nossa Marinha.

E por que chegamos a esse quadro catastrófico e, infelizmente, muito longe de hipotético?

Porque há um quarto de século as Forças Armadas brasileiras vêm sendo menosprezadas e contempladas com baixíssimas prioridades, se é que alguma existe, pelas ações governamentais indiferentes às possíveis ameaças e incapazes de estabelecerem e executarem uma política de defesa consentânea com os objetivos de segurança do Brasil. A falta de visão estratégica dos nossos dirigentes é abaixo da crítica.

É vergonhoso, desestimulante e quase desanimador o quadro catastrófico revelado nos recentes depoimentos, no Congresso Nacional, pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em linguagem bem crua e real, as nossas Forças Armadas estão muito aquém, não têm condições de cumprir as suas missões constitucionais de garantia da soberania e integridade territorial brasileiras.

Revanchismos, pequenez política, oportunismos, roubalheiras, politicagens, ausência de uma postura de estadista do comandante-em-chefe têm concorrido para as baixíssimas prioridades dadas às Forças Armadas, impedindo-as de realizarem investimentos que promo-

vam a sua modernização e atualização tecnológica. O pouco que recebem é para a sua vida vegetativa. E se existe uma lição que todos temos que apreender é que forças armadas não se improvisam e relegá-las a plano secundário é correr o inaceitável risco da derrota. Como hoje se encontram, melhor seria chamá-las de forças desarmadas.

É forçoso que o brasileiro em geral e as elites dirigentes em particular tomem conhecimento do estado deplorável, vergonhoso e das enormes fragilidades em que se encontram as suas Forças Armadas e que, quando empregadas, o verdadeiro ônus do despreparo e do provável insucesso recaia no governo, na figura do

comandante-em-chefe, na qual o presidente da República está investido.

O quadro atual parece mais caótico do que aquele vivido nos primórdios da Guerra do Paraguai, quando tivemos que amargar a vergonhosa capitulação de Uruguaiana e promover a reorganização e o reequipamento da Marinha e do Exército quando o inimigo já pisava o solo pâtrio.

Mestra nos seus ensinamentos, a História registra o mal que figuras totalitárias e caudilhescas, como a do Sr. Hugo Chávez, fazem aos seus países e à humanidade.

Mais do que nunca, o Brasil não pode menosprezar o perigo venezuelano. ☀

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Uma Missão de Paz na África

Lélio G. R. da Silva

O autor fornece um verdadeiro roteiro da arte de comandar. No período de 13 de fevereiro de 1993 a 13 de fevereiro de 1994, quando comandou a Força Militar de Operação de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ), teve sob suas ordens efetivos de várias nacionalidades com a missão de levar a paz a uma nação devastada pela guerra civil. Descreve com precisão as intervenções que se fizeram necessárias nas diferentes áreas de atuação de seus comandados e conclui citando ensinamentos de emprego de tropa em situação de controle de conflitos e oferece elementos para posterior pesquisa sobre o assunto a militares e pesquisadores.

Índios já dominam 52% de Roraima¹

Nilder Costa*

28/fev/07 (AER) – Sem alarde, o Ministério da Justiça iniciou a demarcação de 4 milhões de hectares de terra para criar a reserva indígena Trombeta Mapuera, na divisa dos Estados de Roraima, Pará e Amazonas. Destinada a abrigar índios wai wai e karafawiana, a nova reserva eleva para 52% a área de Roraima sob controle indígena.

O mais preocupante sob o ângulo da segurança nacional é que a nova reserva indígena é contígua às dos índios Waimiri Atroari e Nhamundá Mapuera, formando, juntas, um bloco contínuo de 7,5 milhões de hectares em área de fronteira (fonte: Funai).

O alerta foi dado pelo *Jornal do Brasil*, em suas edições dos dias 25 e 26 passados e constitui uma continuação da série de reportagens sobre os riscos de internacionalização da Amazônia.

Segundo ainda o *JB*, a colocação de marcos na reserva está sendo feita por uma empresa contratada pela Funai e deverá ser concluída até fim de março, a tempo de o Presidente Lula poder comemorar efusivamente o Dia do Índio, em abril.

A reportagem faz uma abordagem interessante sobre o papel da Congregação da Consolata, uma missão católica italiana que se estabeleceu no Brasil depois da Segunda Guerra. “Seus padres seguiam a Teologia da Libertação – a Igreja já mudou para uma rota *light*,

mas o trabalho deles nos grotões ainda está vivo”, diz a matéria do *JB*, enfatizando que a Consolata conseguiu grande penetração entre as tribos do Norte nos anos 70. Atualmente, a missão italiana está em franca decadência e “sob pressão dos próprios índios que, já de passe da terra, estão se afastando dos religiosos que tanto os ajudaram”.

Outro trecho significativo da matéria:

Os mais antigos contam que foram [os caciques] Orlando e Jacyr que durante a “guerra de libertação” – a campanha pela criação da reserva – bolaram a estratégia cruel de cortar as patas dos bois dos fazendeiros brancos. Sem atacar gente, minaram a força deles.

Um coronel da PM de Roraima diz que, “com certeza”, os dois caciques “foram treinados em guerrilha”. As observações do militar vêm de um entrevero ocorrido há 25 anos lá perto das placas da rodovia: “Eu fui com 20 soldados para buscar umas vacas que os índios tinham roubado, quando apareceram 200 deles em formação militar, com mulheres e crianças na frente. Aquilo só pode ser coisa ensinada por guerrilheiros”. Resultado daquele confronto: nada da PM levar as vacas.

Outra lenda forte da região é que o instrutor da guerrilha teria sido um pacato padre italiano, Giorgio Dal Bem, o mítico padre Jorge. Ele foi ordenado sacerdote pela Congregação da Consolata em 1969. Sua única missão no reino dos homens foi desenhada em Roma: liderar os macuxis na reconquista de suas terras em Roraima.

Padre Jorge desembarcou diretamente nos grotões, aprendeu a língua, tornou-se eminência par-

¹ Transcrito de ALERTA EM REDE, por correio eletrônico.

* O autor é engenheiro e editor do portal Alerta em Rede.

da dos caciques e viveu entre eles 35 anos, até 2005. Quando a reserva foi criada pelo presidente Lula, missão cumprida, ele retornou para Roma. Foi embora como veio, quase uma sombra – deixou uma coleção de inimigos, apenas uma foto conhecida e vários processos na Justiça. Jorge está no conforto da Santa Sé, aos 60 anos, cumprindo outra missão da Igreja: escrever para a posteridade a história da luta dos povos indígenas.

Contudo, o *JB* deixa de mencionar um dos personagens mais importantes para a “guerra de libertação” dos índios em Roraima: D. Aldo Mongiano, ex-bispo de Roraima por vinte anos, cujo trabalho indigenista mereceu menção especial até no jornal *The New York Times*, que, em reportagem publicada em 21/7/96, relatou a sua atuação para a criação da reserva ianomâmi e na organização de outras tribos, como os macuxis, que costumava reunir em assembléias para distribuir gado, dando suporte às reivindicações territoriais dos indígenas. Como D. Casaldáliga – seu colega de labor indigenista no Brasil – D. Aldo fez uma espécie de “treinamento” na África (Moçambique) antes de vir para o Brasil.

A Calha Norte já é das ONGs Março 13, 2007 por Nilder Costa

Rio, 6/mar/07 – Passou quase despercebida a criação do Parque Amazônico da Guiana, na Guiana Francesa, com quase 3,3 milhões de hectares (dos quais 2 milhões de proteção integral, ou seja, ninguém entra). O mais notável é que ele é lindinho a outra mega-reserva criada recentemente pelo governo paraense, o Grão-Pará, com nada menos que 4,2 milhões de hectares, o que lhe confere o título incontestável de “maior unidade de proteção integral do mun-

do”. Quem descreve o assunto com alegria transbordante é Denise Hamú, secretária-geral da filial brasileira do WWF: “No total, são pouco mais de 11 milhões de hectares de terras contínuas amazônicas estritamente protegidas, sendo a maior zona contínua de floresta tropical de proteção integral no mundo”, disse ela, ao incluir outras reservas criadas pelo governo paraense.²

De fato, o complexo territorial inclui 14 unidades de proteção integral, 20 de uso “sustentável” e 15 reservas indígenas: “Essa imensa área contínua tem aproximadamente 48,6 milhões de hectares, a maioria (quase 45 milhões) deles no Brasil, mas parte na Guiana Francesa (pouco mais de 3,5 milhões) e no Suriname (quase 100 mil hectares). Além do Amazonas e do Pará, ela se estende também pelo Amazonas e Roraima”, descreve singelamente Hamú, como se quase meio milhão de quilômetros quadrados fosse algo corriqueiro.

Pelo mapa abaixo, é possível verificar que a calha norte no Pará, para o desenvolvimento socioeconômico, já era:

Para a consolidação das reservas criadas no final do ano passado pelo governo paraense, foi criada uma “força-tarefa” nominalmente coordenada pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), mas operacionalizada, na prática, pelas ONGs Conservation International e Imazon, juntamente com o Museu Paraense Emílio Goeldi. Dentre as tarefas, o desenvolvimento de um “plano de ação”, implementar uma infra-estrutura física de apoio, contratação de pessoal e desenvolver mecanismos de sustentabilidade financeira (onde as ONGs são ativíssimas).²

Adiante, Hamú revela que a “Rede WWF” trabalhou muito para que a França – a Guiana

² Criação de parque nacional na Guiana Francesa reforça também a proteção da Amazônia brasileira, WWF, 28/02/07.

³ Parceria para implementação das novas UCs no Pará, Conservation International, 2/03/07.

Francesa integra o território francês – criasse o imenso parque. Sergio Orru, secretário-geral do WWF França afirmou que “a concretização do projeto do Parque Amazônico da Guiana é uma satisfação para todos os membros da Rede WWF”, mas que já estão trabalhando para a próxima fase do plano, “a integração entre as áreas protegidas dos diferentes países envolvidos.”

Como se vê, enquanto o Programa Calha Norte, segundo o qual o governo brasileiro pre-

tende densificar a sua presença na região, principalmente com instalações militares, anda a passo de cágado, o outro programa, o do aparato ambientalista-indigenista internacional, avança com celeridade.

Em tal ritmo, pode ser que até mesmo as Forças Armadas brasileiras encontrem dificuldades para adentrar em áreas de “proteção integral” da região e quiçá, em algumas delas, somente após a anuência de representantes de ONGs. ☀

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Cecil Woodham-Smith

A CARGA DA BRIGADA LIGEIRA



Biblioteca do Exército Editora

A Carga da Brigada Ligeira

Cecil Woodham-Smith

Após consultar farta documentação primária, a autora aborda um dos episódios militares mais famosos e de extrema importância para os leitores brasileiros interessados em História Militar. A Carga da Brigada Ligeira, comandada por Lorde Cardigan, durante a batalha de Balaclava, na Guerra da Criméia em 1854, é episódio que, pela sua notoriedade, deve ser conhecido em profundidade por todos os militares de carreira e por estudiosos de história. Atendendo a este universo, a Biblioteca do Exército Editora entrega aos seus assinantes/leitores tão importante título.

Canudos: uma tragédia nacional¹

*José de Sá Martins**

“A guerra, irmãos, não é uma ciência certa nem uma arte definida, contudo, nela faz-se sentir o gênio de um povo ou o pensamento de um homem.”

Anatole France – *A revolta dos anjos*

“Ao vencedor, as batatas; ao vencido, morte ou compaixão.”

Machado de Assis – *Quincas Borba*

“Casou e tomaram-lhe a mulher. Achou então que tudo ia errado e tratou de endireitar o mundo.”

Graciliano Ramos sobre Antonio Conselheiro

“Canudos não era mais do que um antro de ignorância, que o medo e a covardia de alguns tornaram em um reduto quase inexpugnável.”

Alvim Martins Horcades – *Descrição de uma viagem a Canudos*

“Canudos não existe mais! Para nossa infelicidade, basta sua eterna memória que mais parece um pesadelo.”

Favila Nunes, correspondente da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, junto à expedição do General Artur Oscar, em matéria para o seu jornal datada de 8 de outubro de 1897 diretamente de Canudos

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até esgotamento completo.”

Euclides da Cunha – *Os Sertões*

No Museu da República (Palácio do Catete), num painel pintado numa parede apresentado sob o título “Memória da Casa”, lê-se: “1897 – Destruição do Arraial de Canudos, na Bahia, pelas forças governistas”. A explicação que se pode admitir para esse destaque

parece estar numa frase de um livreto que apresenta a programação para marcar o centenário do que ele classifica como o “confronto entre a tradição e a modernidade” que diz: “Foi do Palácio do Catete, sede da República de 1897 a 1960, que partiu a ordem para o envio das

¹ Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, historiador.

expedições militares de combate à revolta". Então, fica claro que a ordem para a ação militar partiu do Poder Civil; ao Poder Militar a ela coube dar cumprimento.

– Mas como tudo começou?

– E por que chegou ao ponto que chegou?

A proposta que vamos desenvolver objetiva alinhar alguns subsídios com vistas a responder a essas questões e formular novas investigações, tudo no sentido de buscar o melhor entendimento possível do por quê e o que significou, e significa ainda, aquele dramático episódio ocorrido nos últimos anos do século XIX no sertão da Bahia.

O estudo de eventos, como Canudos, possibilita um melhor conhecimento da nossa História, dizendo muito do nosso passado e, de certa maneira, ajuda a encontrar idéias para tentativas de resposta a interrogações, tais como, entre outras: Quem somos nós? Para onde poderemos ir? Nesse contexto, o trato objetivo do tema implica dar-lhe uma dimensão maior e mais ampla, impondo-se uma visão crítica com o reexame dos fatos à luz de novos questionamentos. Assim procedendo, não se está ignorando os fatos ocorridos nem o quadro em que se desenrolaram, nem simplesmente querendo encontrar soluções melhores e mais humanas depois do caso passado. É que, se a História, para tentar expressar a verdade de um acontecimento e propiciar ensinamentos válidos, tem que estar baseada em documentos ou depoimentos os mais confiáveis possível, também tem que ser dinâmica e não se limitar a meras enunciações cronológicas ou ao relato e compreensão de um só narrador ou a uma única versão resultante de um único entendimento dos fatos ocorridos ou imaginados, por melhor que ele seja. É importante a constante busca de novas descri-

ções e percepções do fato histórico, com o confronto e mesmo o choque de novas interpretações a que tudo der origem. Somente por esse caminho – entendemos – será possível tirar o melhor proveito da História, até porque outros entendimentos e soluções que possam então ser admitidos em qualquer época não mais poderão alterar o fato em si – nem ressuscitar os mortos –, mas servirão, pelo menos, e isso é importante, como subsídio para melhor consideração de outras situações (passadas, presentes ou até futuras), além de contribuir para uma maior aproximação da verdade histórica.

Este estudo tem a pretensão de provocar, naqueles que o conhecerem, um desejo de relembrar em maiores pormenores esse importante episódio do nosso passado e sobre ele fazerem reflexões, sem paixões, pois essas, entre outros aspectos, não corrigem erros, não revertem situações e, em última análise, nada constroem.

Em outubro de 1878, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco promoveu o Congresso Agrícola do Recife, congregando além de Pernambuco as províncias vizinhas que exportavam seus produtos pelo porto do Recife. Esse Congresso foi uma reação ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, realizado meses antes pelo Governo Imperial e para o qual somente foram convidadas as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para debater os problemas das chamadas Grandes Lavouras, assim entendidas as lavouras de café, cana-de-açúcar e algodão. Conquanto tivessem sido pedidos subsídios às províncias do Norte (na época o Nordeste era considerado na designação genérica de Norte), entendeu a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco que ocorria uma discriminação, e que o governo se voltava exclusivamente para a cafei-

cultura, em detrimento das culturas de cana-de-açúcar e algodão, que já não eram importantes produtos de interesse para a exportação como era então o café. Os agricultores nordestinos perceberam, com nitidez e acertadamente, e os fatos posteriores isso comprovaram, que ficariam à margem dos apoios que eram acenados pelo Congresso do Rio de Janeiro. Além das preocupações com a queda das exportações, com grande dificuldade de braços para a lavoura, com a falta de linhas de financiamento, com os problemas de transporte (e aí consideravam que o Governo Imperial só cuidava de assegurar a construção de ferrovias no Sudeste do País e nada fazia pelas difíceis estradas do Nordeste), e outras mais, estavam sofrendo efeitos de uma terrível seca que já vinha do ano anterior.

Estima-se que essa seca foi responsável pelo desaparecimento de 300 a 500 mil pessoas, das quais 150 mil, pelo menos, teriam morrido de fome. A população de Fortaleza, invadida por retirantes flagelados, teria crescido de 25 mil para 114 mil pessoas. Muitos teriam sido os retirantes que se encaminharam para o Norte e para o Sul do País, no movimento de migração interna que – em termos – até hoje ocorre, de certa maneira pelas mesmas razões. O impacto da seca piorava a cada ano em virtude do crescimento populacional da região, que ocorria a despeito da própria seca.

No Congresso Agrícola do Recife muito se falou sobre os temas mais diversos (inclusive, mesmo, sobre separação do Nordeste do resto do País), nem sempre objetiva nem realisticamente com vistas a uma agricultura forte, até porque muito não dependia só da vontade e da capacidade dos empresários agrícolas da região. Havia um clima de muita tensão, a crise econômico-financeira abalava seriamente

te a região que começava a sentir uma condição de pobreza para cuja solução não se vislumbrava saída. Era flagrante que o Nordeste nos últimos anos do Império nada tinha a dizer frente ao processo de acumulação capitalista que se concentrava aceleradamente no Sudeste. A verdade era que o governo central da época tinha carência de recursos de toda ordem para promover investimentos e assegurar financiamentos, pois, entre outras obrigações, tinha a de satisfazer compromissos externos assumidos em decorrência da guerra contra o Paraguai. De qualquer forma, também carecia ele de sensibilidade para determinados problemas sociais – como era o caso da escravidão negra e das questões referentes aos índios e a posse e uso da terra –, sobretudo os do interior e das províncias mais afastadas, para o que contribuía sobremodo, sem dúvida, o desconhecimento da realidade dessas regiões, que, por qualquer motivo, não procurava ou não tinha condições de superar.

Assim – e por isso a referência ao Congresso Agrícola do Recife – era calamitosa a situação das províncias do Nordeste, incluindo, obviamente, a da Bahia que não participava de nenhum dos dois congressos, e estava agravado um contexto no qual se desenvolveriam mais aceleradamente os já existentes apelos e expectativas por vida menos sofrida, com base em práticas de fundo religioso. E os piores efeitos dessa conjuntura eram sentidos no interior das províncias, nos seus sertões, onde mais danosas eram as consequências das secas, levando as suas populações a estados de desespero e, por via de consequência, de apego com a maior fé e ardor a quaisquer promessas e acenos de dias melhores. Para ocorrência e fortalecimento desse devotamento a uma esperança, contribuía fortemente o baixíssimo nível

cultural e a tendência ao misticismo e a superstição do homem dos sertões, esta como resultante da sua permanente vida de sofrimento, aquela, sobretudo, pela falta de ação do Poder Público em lhe prover os meios e as condições necessárias a uma melhoria dos seus conhecimentos. E para uma gente com fome, com sede, sem trabalho, sem direitos, objeto da exploração dos que tinham algum prestígio e poder (apesar de tudo esses existiam), nenhum outro caminho restava que o do misticismo ou o do banditismo, de qualquer forma vinculando-se e tornando-se dependente de alguém que saciasse suas necessidades básicas, inclusive, e talvez até mesmo, aquelas de natureza espiritual – que certamente não saberia explicitar – capazes de garantirem uma força extra nas situações mais difíceis sempre possíveis de se apresentarem inopinadamente.

Nesse quadro, é possível enfatizar, fácil era o aparecimento dos homens providenciais, daqueles que oferecessem alguma segurança mesmo que ilusória e acenassesem com dias melhores.

Octávio Tarquínio de Souza nos lembra que “não há outra história que a história do homem”, e a história de Canudos isso bem comprova, pois ela é fundamentalmente a história de um homem e daqueles outros homens que o seguiram.

Em 1874, *O Rabudo*, semanário editado na cidade de Estância, registra a presença, no interior das províncias da Bahia e Sergipe, de um líder carismático chamado Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha; também conhecido como Antonio dos Mares. No norte da Bahia, nesse ano ele fundou um povoado que deu lugar ao Arraial do Bom Jesus.

Em 1876, esse mesmo “misterioso personagem” teria entrado em choque com o vigário

da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Barracão, o que determinara uma solicitação da Igreja de intervenção policial. Nesse ano ele já incomodava a alguns padres e “coronéis” do interior e fazendeiros, por afastar deles muitos sertanejos (contribuintes de caixas de esmolas das igrejas, mão-de-obra barata e submissa, eleitores de “cabresto”). E por isso foi preso em Itapicuru, humilhado e torturado sob a acusação, que em pouco tempo foi provada infundada, de ter matado sua mãe e sua esposa no Ceará, para onde foi enviado. Paradoxalmente, esse fato acabou servindo para aumentar o seu poder de fascinar e aglutinar os sertanejos, revelando ser ele possuidor de indiscutível capacidade de liderança, e, por isso, passou a ser visto por alguns políticos como capaz de influir num pleito eleitoral. De alguns, então, passou a ter discreto e acobertado apoio, enquanto outros passaram a combatê-lo receiosos de que pudesse ajudar seus adversários políticos. Um resumo desses fatos de 1876 ocorridos com Antonio Conselheiro apareceu um ano depois na *Folhinha Laemmert*, no Rio de Janeiro. Foi a primeira notícia que a Capital do Império teve sobre Antonio Mendes Maciel. O incidente já tinha sido notícia no *Diário da Bahia* (27/06 e 07/07/1876), no *Correio da Bahia* (08/07/1876), no *Jornal da Bahia* (08/07/1876) e no *Diário de Notícias*, de Salvador (06 e 07/07/1876).

Em 1882, é registrada oficialmente a presença, na povoação de Monte Santo (próxima de uma região chamada de Canudos, onde existia uma fazenda de criação de gado agora abandonada, banhada por um rio intermitente, o Vaza Barris), de um já celebre Conselheiro, pessoa que fazia pregações, ensinava rezas e ladinha, e que rezava o terço com a massa do povo que acorria para ouvi-lo e que demonstrava que

obedeceria cegamente a aceno que ele desse, e que por ele resistiria a qualquer outro apelo e até mesmo a qualquer ordem legal. Esse indivíduo também se dedicava à construção ou reparação de igrejas, capelas, cemitérios e açudes e, por isso, era mesmo procurado por alguns párocos, autoridades e fazendeiros interessados nos seus serviços, que apenas custavam o que dizia respeito ao material necessário e a sua alimentação e a dos seus ajudantes.

Esse registro – é interessante lembrar – foi feito pelo Tenente-Coronel Duarte Vieira de Aguiar, que esteve naquela localidade em missão de inspeção de todos os destacamentos policiais da Bahia e que, posteriormente, escreveu um livro sob o título *Descrições Práticas da Província da Bahia* e fez constar, na página 79, referindo-se à sua passagem por Monte Santo: “Quando por aí passamos achava-se na povoação um célebre Conselheiro, sujeito baixo, moreno acabulado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em uma desmobilizada casa, onde se apinhavam as bestas e afluíam os presentes com os quais se alimentava. Esse sujeito é mais um fanático do que um anacoreta e a sua ocupação consiste em pregar uma incompleta moral, ensinar rezas, fazer prédicas banais, rezar terços e ladinhas com o povo, servindo-se para isso das igrejas, onde, diante do viajante civilizado, se dá um irrisório espetáculo, especialmente quando recita um latinório que nem ele nem os ouvintes entendem. O povo costuma afluir em massa aos atos religiosos do Conselheiro, a cujo aceno cegamente obedece e resistirá ainda mesmo a qualquer ordem legal, por cuja razão os vigários o deixam impunemente passar por Santo, tanto mais que ele nada ganha e ao contrário promove batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas e tudo

mais em que consistem os rendimentos da igreja. Nessa ocasião havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Mucambo e estava construindo uma excelente igreja no Cambé, onde, a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz.”

É bom observar que esse registro foi feito 15 anos antes do conflito em Canudos, em plena época do regime monárquico, quando a existência e o poder de que dispunha Antonio Vicente Mendes Maciel eram assinalados oficialmente, o que certamente não poderia ser novidade, observando-se que o Ten Cel Duarte revelou uma certa presunção e sentimento de superioridade em relação aos habitantes do interior, classificando-se como “viajante civilizado”, o que pode ter comprometido a sua informação.

O grupo de seguidores do Conselheiro foi progressivamente aumentando, acompanhando-o para onde ele ia, na expectativa de que se alimentaria e não dependeria da vontade de um dos poderosos senhores de terras dos sertões, e mais, receberia atenção, teria aconselhamentos para os seus problemas, assistência e, ouvindo as suas pregações e com ele entoando rezas e ladinhas, estaria mais próximo de Deus, o que para o sertanejo até hoje é muito importante. A expectativa para eles era, portanto, de obtenção de segurança – material e espiritual – e é nesse contexto que entendemos a luta desesperada até a morte que veio mais tarde a ocorrer.

Efetivamente, desde 1870 esse Conselheiro, que era natural de Quixeramobim, no Ceará, onde nasceu em 1828, circulava pelos sertões do Nordeste oferecendo ao povo suas pregações e conselhos e fazendo suas construções.

Os sertões do Nordeste foi o palco por onde se movimentaram muitos pregadores e beatos andarilhos, levando aos sertanejos ensinamentos

e conselhos com base no que diziam ser a palavra de Deus. Têm sido relatadas as presenças de alguns outros também chamados de "Conselheiros", como aquele de nome Francisco, e de muitos beatos, como o celebre Padre Ibiapina (um ex-juiz que se tornou padre e cuja ação em muito teria influenciado Antonio Vicente Mendes Maciel) e o até hoje famoso Padre Cícero Romão Batista, que se fixou na região de Juazeiro do Norte no Ceará, entre muitos outros. Antonio Conselheiro, como ficou consagrado Antonio Vicente Mendes Maciel, não foi, portanto, o único, ou um caso excepcional de vida dedicada a pregações religiosas. Mais do que um simples fanático, pois, afinal, nem todo homem de grande apego à Fé é necessariamente um fanático (o termo fanático muitas vezes é mais apropriado para aqueles que o seguem), ele foi, pelo menos em grande parte da sua vida de pregador, um dos muitos beatos que, com suas palavras, tentaram minorar a aflição dos aflitos sertanejos, vítimas indefesas da natureza e dos homens.

Na verdade, eles foram em parte resultado da omissão do Poder Público em se fazer presente e em ir ao encontro das necessidades das populações da área, da mesma forma que supriam lacuna existente por acentuada ausência do Poder Espiritual representado pela Igreja. O sertanejo, carente de adequada vida material, além do mais sofria o fato de que em muitos locais não tinha como praticar a sua Fé como ele a entendia, vez que havia falta de igrejas ou de padres; em muitos lugares em que estes existiam, não ofereciam eles a ação e nem a palavra esperada, e muitas vezes nem um exemplo de comportamento de obediência aos ditames da religião e da própria Igreja. Em muitos lugares, eles eram na verdade os melhores exemplos de pecadores e de corrupção,

ou apenas estavam associados aos poderosos chefes locais a quem serviam e procuravam forçar o sertanejo a também servir.

Certo de que o governo tinha suas dificuldades para estar presente em todos os lugares, da mesma forma que a Igreja também tinha falta de padres (e muitos dos que tinha eram estrangeiros sem facilidade de comunicação com o homem dos sertões) e de recursos para acompanhar o que se passava nas diversas paróquias, da mesma forma que as comunidades nem sempre tinham condições de sustentar a presença de um representante da Igreja, como era prática em muitos lugares, mas a população sertaneja existia, ela era uma realidade e tinha justas demandas, pelas quais teria que lutar pois estava em jogo sua própria sobrevivência. E os beatos conselheiros representavam uma alternativa, e Antonio Conselheiro dentre eles foi para muitos a melhor opção, enquanto que, na mesma época, outros se inclinavam para a linha do Padre Cícero Romão Batista, nascido no Crato em 1844, de quem se apontavam milagres, mais até do que os atribuídos a Antonio Vicente Mendes Maciel, que, por sinal, nunca os admitiu, da mesma forma que nunca se apresentou como um substituto dos padres.

Nos anos de 1888 e 1889, enquanto o Brasil passava por profundas transformações nas suas estruturas política, econômica e social, a seca voltou a castigar cruelmente o Nordeste. É possível que o homem dos sertões, ignorante, sofredor, supersticioso, tendente ao misticismo, tenha associado uma coisa a outra, sobretudo quando nenhum benefício ele sentiu das mudanças de que talvez tenha ouvido falar, e que certamente não compreendeu bem, e sim tomou conhecimento, sem dúvida com perplexidade, de um conjunto de medidas que se chocaram com as idéias que estavam solida-

mente entranhadas na sua cultura, levando-o possivelmente a um estado de confusão mental e resultando numa sensação de angustia e medo do porvir, até porque entendeu, ou foi sugestionado de que as suas condições de vida começaram a piorar.

A Abolição da Escravatura, sem ser seguida de adequadas medidas complementares, sobretudo econômicas e sociais, a despeito das intenções da Princesa Izabel e do próprio Imperador D. Pedro II com relação a um programa de distribuição de terras, ao que se acredita por influência dos proprietários rurais que se inclinaram pelo apoio às idéias republicanas, afetou toda a economia do País e acabou por agravar sobremodo a já combalida economia nordestina. E aumentou o desemprego e a desesperança, para o que também pode ter contribuído o apelo a imigrantes europeus para as lavouras de café do Sul do País.

A República, um fato quase que inesperado para o momento, não obstante a existência de grande número de adeptos, de ativa pregação republicana e de um grande mal-estar na área econômico-financeira pelas condições em que foi feita a Abolição, promoveu verdadeiro turbilhão na vida nacional com o seu conjunto de medidas iniciais, que foram da separação da Igreja do Estado à condução da vida financeira do País, passando pela descentralização administrativa e pelo censo, pelo casamento civil, pela secularização dos cemitérios e pela maior atuação do Fisco, agora nas mãos dos estados e municípios, cobrando impostos muitas vezes exorbitantes por qualquer coisa, além de outras que romperam com tradições que se revelaram por demais arraigadas para os homens do interior que, na verdade, não tinham por que entender e aceitar facilmente o afã modernista e os ditames da filosofia positivista

dos novos detentores do Poder. E, ademais, fortaleceu os grandes proprietários de terras e as autoridades do interior que, de um modo geral, tornaram-se mais prepotentes e intransigentes, agora que se sentiram com mais condições de interferir na vida de suas regiões. E o rude, humilde e sofredor sertanejo correu em busca de proteção. E muitos a encontraram em Antonio Conselheiro.

A bibliografia sobre Canudos tem hoje muitos títulos; autores, historiadores nacionais e estrangeiros, pesquisadores universitários e outros estudiosos da História muito examinaram e continuam examinando o assunto, sobretudo compulsando arquivos, documentos e publicações da época e os estudos e trabalhos mais recentes sobre o tema, desenvolvendo suas idéias e interpretações. E há, além do mais, a literatura de cordel, as produções quase sempre anônimas dos cantadores dos sertões. Em cada obra, estão presente a visão e o entendimento do seu autor, via de regra deixando claro uma linha filosófica de raciocínio e análise associada ou não a um componente de conteúdo ideológico. Tudo isso é bom, pois do entrechoque de idéias e de compreensões distintas pode o pesquisador e historiador sem preconceitos chegarem a uma colocação em que sintam estar o mais próximo possível da verdade. Sim, apenas o mais próximo possível, pois no caso específico de Canudos há um vazio de difícil preenchimento, qual seja o fato de que pouco se conseguiu, até hoje pelo menos, de documentos e depoimentos de Antonio Conselheiro e dos que o seguiam. Afinal, o arraial foi incendiado e dinamitado e, por motivos que ainda não se conseguiu entender com clareza, parece que não houve preocupação de uma prévia e cuidadosa, e mais bem orientada, busca de documentos de qualquer natureza (ape-

nas dois manuscritos, sendo que um com as prédicas do Conselheiro recolhido por um médico da última expedição militar, que o usou como bem entendeu devia fazê-lo; outros escritos apareceram, como um escritura de compra e venda de terreno em localidade distante, uma propaganda eleitoral e mais alguns cadernos com anotações nem sempre inteligíveis, mas ou se mostraram pouco confiáveis ou logo se revelaram falsos ou muito pouco acrescentaram), nem na investigação oportuna, baseada no depoimento dos sobreviventes, para se tentar desvendar os propósitos do Conselheiro e a razão da obstinação e desapego à vida revelado por seus seguidores. Depoimentos conhecidos de canudenses, da época, foram obtidos muitos anos depois do evento, por iniciativa de particulares, jornalistas e escritores. Mas, em alguns casos, observou-se que os interrogados falavam pouco, pois ainda havia um certo temor de represália. Essa falta de interesse por documentos e depoimentos, de prisioneiros ou mesmo de outras pessoas da área envolvidas direta ou indiretamente na guerra, se afigura muito curiosa, pois foi perdida a oportunidade de comprovação, por exemplo, daquela reação monarquista tão explorada pelo governo e pelos republicanos para justificar as operações contra Canudos. E fica muito mais estranho quando se lembra que o próprio ministro da Guerra, homem do governo que determinara as operações, estava na área e, pela sua eficiente ação, tinha organizado o esquema logístico que foi tão fundamental para o êxito da força do governo. – Por que não se cogitou de tudo bem documentar, para mais justificar a decisão do emprego do próprio Exército Nacional contra os chamados fanáticos de Antonio Conselheiro? É questão que ainda precisa de resposta. – Por que deixar soterrar de-

baixo de escombros eventuais documentos existentes, armas e outras provas que até poderiam confirmar a tal conspiração monarquista e a existência de um apoio externo sobre o qual em alguns momentos tanto se especulou? – E o que se tem a respeito? Os documentos oficiais disponíveis são mais sobre questões administrativas, uns sobre as operações militares, como partes de combate, relatórios, mensagens e ofícios sobre as operações e até sobre divergências entre autoridade civil e militar, e comunicações de missões diplomáticas sobre repercuções no exterior, e outros mais, nenhum, porém, contendo informações e análises convincentes sobre o que se falava, até mesmo oficialmente, de se tratar de reação para a derrubada da República. Até uma investigação, mandada fazer para apurar as causas do fracasso da expedição do Cel Moreira Cezar, parece que sumiu, pois nela não se fala, o que pode levar a crer que a determinação não teve consequência ou revelou algo que não convinha se saber. O mais são artigos na imprensa da época – alguns de correspondentes de jornais que estiveram na área (em pelo menos um caso um correspondente – Manoel Benício – foi afastado da área porque seus comunicados não teriam agradado o Comandante da 4ª Expedição, pois negava a apregoada reação monarquista e criticava a condução das operações militares) – discursos nas casas do Congresso Nacional, todos eles mais ou menos apaixonados ou pelo menos de imparcialidade não assegurada, defendendo esta ou aquela posição. Nada de sólido, oficial e absolutamente convincente, de segura validade para basear o relato histórico do porquê da guerra contra Canudos, é conhecido. E isso tem facilitado as interpretações ideológicas do evento, independente de outras distorções sem maiores pro-

fundidades, que dá para se perceber em algumas obras. De qualquer forma, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, continua sendo a obra básica de referência, e geralmente citada pelo menos pela maioria dos estudiosos do evento Canudos, quando menos não seja para contradizê-la, apontado falhas de informação e de interpretação. Euclides da Cunha, um ex-militar que acompanhou a última expedição militar durante um curto período de tempo como correspondente de um jornal de São Paulo, considerou a guerra contra Canudos como um crime e escreveu *Os Sertões* para denunciá-lo à Nação, como bem esclareceu, classificando sua obra como "O Livro Vingador", embora tenha apresentado Belo Monte como "um antro de bandidos que chegaram a predominar e a ditar as regras", e sobre o Conselheiro tenha dito que não passava de um "documento vivo de atavismo", e mais, "o historiador só pode avaliar a atitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado ele se perde na turba dos neuróticos vulgares...", e, adiante, sentencia: "O infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício."

A propósito de eventos que nos últimos anos quase sempre ocorrem, que pretendem comemorar a destruição do Arraial de Canudos – por que não evocar a criação para melhor discutir o que a determinou, o que pode ser mais importante que a destruição? –, é válido ter em mente que "as comemorações são ocasiões especialmente ricas para a reflexão histórica" no dizer do historiador Manuel Luiz Salgado Guimarães. "É um momento oportuno – continua ele – para olharmos o passado como forma de criticamente podermos construir o

futuro que desejarmos." "Assim como o passado não está morto, assim também o futuro está aberto ao desejo construtivo dos homens." "Comemorar, é assim não o ato de solidificar uma memória, mas antes o ato de problematizar uma memória, inscrevendo-a no movimento da História dos homens, objeto por excelência da reflexão do historiador", conclui o autor citado.

A República foi ao interior e chegou aos sertões. Tratava-se de estabelecer a nova ordem das coisas, que compreendia diversos aspectos, como a busca de recursos por intermédio da cobrança de impostos e da imposição das disposições das novas Leis que eram editadas, da realização do Censo, que se refletiria, entre outras coisas, na definição do contingente eleitoral e das disponibilidades em homens para eventuais recrutamentos para o Exército e muito mais, tudo numa disposição de modernização e de revisão da própria Sociedade Brasileira dentro de uma nova filosofia e de novos enfoques administrativos e de política econômico-financeira. E algumas novas lideranças surgiram e isso talvez tenha se refletido sobre o pensamento e o modo de ser de Antonio Vicente Mendes Maciel. De repente, ele pode ter se sentido ameaçado pelo que a República procurava implantar; na sua liderança, por exemplo, na sua pregação que, possivelmente, no seu entendimento, estava sendo contestada, e no ter ao seu lado tantos seguidores dispostos a ouvi-lo e de algum modo aplaudí-lo e mais, auxiliá-lo nas tarefas a que se propunha. Esses seguidores passaram a ser de interesse dos chefes políticos da região e do Exército e poderiam ser dele afastados. E assim, Antonio Vicente Mendes Maciel passou a ver na República um verdadeiro inimigo mortal. Somente por essa linha de raciocínio parece possível se entender por que o Conselheiro passou a ser tão adversário do novo regime.

Sim, mas, de certo modo deve-se reconhecer, ele tinha uma vinculação filosófica com a monarquia por força da aceitação pacífica do chamado direito divino dos monarcas, que respeitava por entender que eram autoridades legitimamente constituídas por Deus, não obstante o Império ter suas responsabilidades na situação em que viviam os sertanejos e que ele lutava para minorar, e terem sido autoridades do regime monárquico que o prenderam, humilharam e torturaram. Mas, nesse caso da sua prisão, eram autoridades que, pelo pensamento básico, ele reconhecia como legítimas e competentes para prendê-lo e por isso não tinha reagido.

Na verdade, o projeto político de Antônio Conselheiro era na época retrógrado, pois já era visível a tendência no mundo da Igreja em se posicionar contra as monarquias e procurar se afastar da tutela do Estado.

E, para dar coerência a sua pregação religiosa, classifica a República como o Anti-Cristo (figura a que já se referia desde anos anteriores nas suas pregações, ao concitar os que o ouviam a se aproximarem de Deus) e passa a expressar, sem dúvida mais para fustigar o regime, até por que nada faz de objetivo nesse sentido, desejo da volta de um imperador. E pode ter explorado a tal chegada do Anti-Cristo para o responsabilizar pela seca, pela ação do Fisco e por outras ações entendidas como contra o sertanejo.

Mais tarde, para não ficar só no discurso e ser mais concreto na repulsa que mostra à República, em 1893 passa a incitar o povo a não pagar impostos e parte para a ação direta, rasga e queima editais oficiais afixados na localidade de Natuba (para alguns esse fato foi em Bom Conselho; mas ao que se tem de mais confiável no momento é que o incidente

também aconteceu em outras localidades além de Natuba).

De qualquer forma, vale enfatizar, Antônio Vicente Mendes Maciel nunca revelou uma predisposição de lutar pela restauração da monarquia. Isso teria sido bem percebido pela 4ª Expedição, a do General Arthur Oscar. Tudo que ao contrário se propalara era criação sem fundamento de desinformados ou de interesses não confessáveis. Por que não aceitava a República fez uma прédica falando mal dela e ensinou seus seguidores a, em qualquer situação, também a repudiarem. O que resulta de toda essa constatação, devidamente comprovada, é que não há por que, a rigor, considerar a chamada Guerra de Canudos como um evento ligado à consolidação do regime republicano em nosso País, como alguns chegam a fazer. E, podemos perguntar, independente de qualquer outra consideração: Por que ele não podia ser monarquista, se o regime republicano se dizia democrático? Por que não reconhecer o seu direito de ser monarquista e respeitá-lo? É o que se pergunta. Mas é que existiam razões outras para combatê-lo, entendemos, e o resultado acabou sendo uma luta entre republicanos e supostos monarquistas, mas não uma luta em que estivesse em jogo a manutenção da República ou a restauração da monarquia.

Antonio Vicente Mendes Maciel entra então na linha da “desobediência civil”, que não se enquadra necessariamente num ato de rebelião nem mesmo de subversão da ordem, mas que passa a ser explorada como um estado de revolta.

Mas, em 1887, a Igreja já o acusara de pregar doutrinas subversivas e desobediência às autoridades constituídas, o que entendia era uma constante ameaça à ordem e à tranquilidade pública, isso quando tentou conseguir a

sua internação em um asilo para alienados no Rio de Janeiro; mas nessa ocasião o Estado não o percebia como potencialmente perigoso e a tentativa não logrou êxito.

Esse fato antecede à República, e a acusação é da Igreja Católica que, pela sua mais alta hierarquia, sempre foi hostil a Antonio Conselheiro (o que não acontecia com alguns párocos que, já registramos, exploravam seus serviços e sua capacidade de atrair pessoas que de alguma maneira contribuíam financeiramente para a Igreja pela realização de casamentos, batizados, etc.), como foi de outros conselheiros, beatos e pregadores, é bom considerar. O fato real era que Antonio Conselheiro, sob certos aspectos, era na verdade uma ameaça à hegemonia eclesiástica institucional, conquant o fosse um sustentáculo para essa mesma Igreja Católica, mal preparada, mal equipada e rarefeita nos sertões.

O governo estadual decide então punir a sua desobediência em Natuba e em outras localidades e manda prendê-lo. Ocorre então o incidente de Masseté, ainda em 1893, quando uma força policial entra em choque com os seguidores do Conselheiro que não deixam ele ser preso. Conquanto tenha havido mortes, o incidente caracterizou apenas uma desordem, um fato a rigor simplesmente da ação policial. Outra força é mandada cumprir o mandado de prisão, mas ela teme nova reação dos partidários de Antonio Conselheiro que nessa altura, segundo se dizia, já compreendia cerca de mil pessoas, e deixa de cumprir a ordem recebida, e não vai ao seu encontro; em seguida essa ordem é cancelada. E tudo fica por isso mesmo...

Para Antonio Conselheiro, a partir do incidente de Masseté, fica claro que não mais terá sossego e vai em busca de um refúgio. E este

estava numa região que bem conhecia – a fazenda de Canudos –, abandonada, de difícil acesso, mas por onde passavam diversos caminhos do sertão, aparentemente esquecida dos Poderes Públicos, e onde oferecia terras suscetíveis de serem trabalhadas e campos para criação. Para ele não convinha mais andar pelas estradas e de localidade em localidade. Agora o tinham compelido a procurar oferecer aos seus seguidores aquele Paraíso de que tanto lhes tinha falado. “E para os seus seguidores aquela ida para Canudos continha em si promessa de paz, de libertação árdua, porém feliz das crescentes incertezas e tormentos da miséria sertaneja.”

Antonio Vicente Mendes Maciel cria mais uma localidade, em Canudos, a qual denominou de Belo Monte, e onde estabeleceu uma sociedade de participação coletiva, sob certos aspectos comparável àquelas povoações dos Sete Povos das Missões ou mesmo ao Quilombo de Palmares. (É bom lembrar que a primeira foi destruída pela ação conjunta dos exércitos espanhol e português na implantação do Tratado de Madri, e Palmares resistiu por 65 anos).

A criação de Belo Monte não configura uma “luta pela terra” como se entende hoje, mas foi, na verdade, uma nítida luta pela sobrevivência em que a questão da terra era um dos seus ingredientes, sem dúvida para o que muito contribuiu a situação de concentração fundiária do Nordeste – agravada pela pouca disponibilidade de água – e por esta razão para lá vão até pequenos proprietários rurais, que se desfazem dos seus tratos de terra, e também pequenos negociantes de muitas localidades. E nesta luta é que vai ocorrer a luta obstinada pela manutenção da posse da terra de Canudos, luta essa entendida pelos canudenses como verdadeira luta em defesa da Pátria – e esse

entendimento é mais um elemento para a compreensão da resistência obstinada.

A criação e as condições de vida de Belo Monte logo repercutem pelos sertões, e para Canudos seguem multidões, principalmente de sertanejos, e até de pessoas outras de localidades diversas, principalmente dos sertões, muitos até se desfazendo de bens materiais – e nessas multidões muitos foragidos da Lei, entre esses alguns que lá vão acabando importante papel na luta que irá ocorrer – todos desejosos de também participarem e, obviamente, de se beneficiarem do que ali se diz acontecer e, mais do que tudo, sem dúvida, se protegerem de um mundo que entendiam lhes era hostil.

E Belo Monte cresce e aos poucos vai incomodando e, sobretudo, se tornando um “mau exemplo”. As fazendas e muitas localidades do sertão vão se esvaziando com o êxodo para Canudos. Os fazendeiros, os “coronéis”, os políticos e muitos negociantes das cidades e povoações dos sertões passam a temer e a fazer campanha acirrada contra Belo Monte e Antonio Conselheiro que, por outro lado, passam a ter simpatizantes, em muitos lugares, até em cidades grandes.

Tudo repercute e é amplamente explorado de acordo com os interesses políticos, sobretudo nas capitais.

Naturalmente, as fontes de notícias estavam situadas no interior como o que constou no número 38, de 20 de maio de 1894, no jornal *A Pátria*, de São Felix de Paraguassu, na primeira página, sob o título “Ainda o Conselheiro”. O artigo é longo (a Redação se refere a uma carta recebida de um negociante filho de Monte Santo) e dele constam os seguintes trechos: “Pessoa vinda de Canudos, hoje Império do Belo Monte, garantiu a este nosso

amigo que têm chegado grupos de assassinos e malfeiteiros do Mundo Novo, a fim de fazerem parte do exército garantidor das instituições imperiais.” “As coisas não vão boas e nós não escaparemos em caso de ataque. Já o Conselheiro, afora a canalha fanatizada e assassina, tem um batalhão de duzentos e tantos homens, os quais fazem exercício de fogo todos os dias e vigiam os arredores.” “Não sabemos qual será a intenção desse homem tão ignorante e criminoso armando batalhões e aliciando gente para a luta”. “É forçoso reconhecer, seja como for, que o governo pagará bem caro essa sua inação e que todo o sertão ficará sob o mais desolador e pungente definhamento. O Dr. Rodrigues Lima (então Governador do Estado da Bahia), filho dos belos sertões, deve compadecer-se dos seus irmãos do centro e pedir informações sobre os desmandos de Canudos. O combate “imortal” de Masseté, que, para experiência de desgraçada derrota e cobardia, devemos recordar, foi o único de todos esses desvairos. Se, naquele tempo, os 80 praças de linha que vieram até Serrinha marcham logo sobre o homem, certamente o teriam esmagado, porque o seu grupo era de 85 homens, mal armados e mal municiados.” “Hoje a coisa é 10 vezes pior, porque além de estar ele protegido pela posição estratégica de Canudos, cercado de morros e caatingas incultas e difíceis, tem elementos fortes, gente superior e trincheiras perigosas.” “O Marechal Floriano Peixoto, sábio na sua administração, enérgico e ativo nas suas medidas, deve empenhar-se para ser o salvador nessa tormentosa questão que tanto prejuízo há de causar a Bahia.”

Euclides da Cunha, em 1897, ao chegar a Salvador, tomou conhecimento desse artigo e registrou no seu livro *Diário de uma expedição*

dição: “Há três anos que da pena inexperta de um sertanejo inteligente surgia a primeira página desta campanha crudelíssima.”

Hoje é possível entender que a carta, que deu lugar ao artigo, de certo modo representou uma manobra para alarmar as autoridades e levá-las a uma atitude contra Canudos e Antonio Conselheiro. Mas, na verdade, em nada resultou naquela oportunidade. De qualquer forma ela leva à consideração de que teria exagerado a situação, pois só depois das primeiras expedições militares é que os conselheiristas passaram a dispor de melhor armamento e de disponibilidade de munição, o que de certo modo reconhece quando admite que pouco tempo antes (mais ou menos um ano) os conselheiristas estavam “mal armados e mal municiados”.

Os republicanos estão assustados com reações com que parece não contavam, como a que provocou a Revolução Federalista e a Revolta na Armada. Seria uma calamidade para eles a ocorrência de uma nova rebelião contra a República. E aí tomam força os partidários do estado de exceção e se defende a volta da “mão forte” de Floriano ou pelo menos de alguém como ele. O governo civil enfrenta crise de credibilidade e sente que precisa tomar medidas enérgicas e de repercussão para se afirmar e sobreviver.

E para sobreviver todos vão acabar lutando, uns contra os outros; os canudenses e os republicanos.

Em 1895, dois anos depois da instalação dos primeiros habitantes de Belo Monte, o governo da Bahia entende-se com o arcebispo metropolitano para a ida de uma missão religiosa a Canudos, com a finalidade de fazer o Conselheiro com os seus seguidores voltarem ao seio da Igreja e passarem a obedecer as

leis e as autoridades constituídas. Para executar essa tarefa foi designado o Padre Frei João Evangelista de Monte Marciano, jovem missionário capuchinho italiano, com apenas cerca de dois anos no Brasil e pouca vivência nos sertões do Nordeste. Em companhia de outro capuchinho também italiano, ele passou sete dias (de 13 a 21 de maio de 1895) em Belo Monte alojado na casa que ali possuía o vigário da vizinha localidade de Cumbé, o que demonstrou que ele não foi impedido de penetrar em Canudos, onde ocorria a presença, quinzenalmente, rezando missa e praticando outros atos religiosos, de um padre católico.

A missão de Frei Marciano foi um fracasso, mesmo tendo tido oportunidade de conversar com Antonio Conselheiro, de falar aos moradores de Belo Monte reunidos em uma praça e de rezar missas.

Frei Marciano sugeriu a desocupação da nova localidade e a volta dos seus moradores para seus lugares de origem, além de se desfazerem das suas armas – essa a missão que levava – que, na verdade, nessa ocasião não passavam de clavinotes e espingardas de caça e alguma arma branca, como facões, companheiros inseparáveis de qualquer sertanejo em qualquer lugar dos sertões (certamente até nos dias de hoje), além de abordar temas políticos e fazer pregação pelo reconhecimento da República. Sentindo-se repelido pelas suas propostas, o frei italiano passou a insultar o Antonio Conselheiro e os habitantes de Belo Monte e acabou sendo compelido a regressar a Salvador, onde, logicamente, para se justificar, apresentou relatório alarmante afirmando a presença em Canudos de muitos bandidos (o que não deixava de ser verdadeiro e alguns deles, já registrados, tiveram papel importante na guerra que iria acontecer), acrescentando

estar a população local muito bem armada e com espírito agressivo.

Depois da missão do Frei Evangelista, não se tem mais nenhuma notícia de qualquer outra tentativa no sentido de atrair Belo Monte para uma integração, mesmo em termos, com o Estado.

Também não se tem informações se alguém teria considerado que Antonio Vicente Mendes Maciel e muitos dos canudenses mais velhos não eram imortais, e assim, com o correr dos tempos, a própria Belo Monte deveria acabar por buscar melhor relacionamento com o Estado por intermédio de novas lideranças. Afinal, apesar de tudo, e até de ter escolas, dia chegaria em que os mais jovens iriam querer conhecer outras paragens, até como condição de sobrevivência.

Mas, certamente, deveria haver preocupações – sem dúvida válidas – da existência do que se poderia entender como um Estado dentro do Estado, e mais, do já referido “mau exemplo”.

Em 1893, Antonio Conselheiro rasgara e queimara os Editais em Natuba e em outras localidades, logo a seguir ocorreu o incidente de Masseté e, na sequência dos acontecimentos que o envolveram nesse ano, cria a povoação de Belo Monte. Em 1895, no mês de maio, recebe a missão do Frei Marciano e não aceita a sua proposta.

Belo Monte continua a crescer, a receber mais levas de sertanejos, e também vai consolidando um tipo de sociedade e de economia comunitária. E vai se ligando às localidades vizinhas por relações de várias naturezas, como as comerciais e até algumas de caráter policial materializadas na entrega de determinados tipos de criminosos às autoridades policiais dessas cidades, sem embargo de que, numa pri-

meira fase, os conselheiristas intimidaram seus vizinhos com agressões e roubos, sobretudo de gado. Na verdade, os seguidores de Antonio Vicente Mendes Maciel foram, progressivamente, se tornando pessoas mais confiantes nelas mesmas e em muitas ocasiões agindo de modo arrogante e agressivamente para com outras pessoas. Por isso foram justamente temidos em alguns locais pelos quais passaram.

Uma questão que deixamos em aberto por considerá-la irrelevante para a nossa proposta diz respeito à discussão do sentido da pregação de Antonio Conselheiro, se messiânico, milenarista ou sebastianista. Na verdade, nenhum elemento de convicção a respeito desse tema que possa ser de importância maior para a referida proposta. O mesmo com relação a qualquer colocação escatológica, que não percebemos com nitidez nas suas preâmbulos. Sobre essas questões existem, sim, muitas especulações e diversas formulações que na essência apenas querem explicar ou justificar seu procedimento com consideração ou não da conjuntura. O que todos são concordantes é que ele pregava determinadas linhas de conduta e acenava com melhores dias, não necessariamente na Terra, pela prática da Fé – nem sempre com clareza –, sem deixar de frisar que “é necessário que se sofra para obter a verdadeira felicidade, que é a glória de Deus”, e também dizia que “a felicidade do homem consiste em conformar-se com a vontade de Deus”. (Esta passagem do discurso de Antonio Conselheiro inviabiliza qualquer consideração de que ele tenha feito pregação socializante ou revolucionária.) E essas palavras eram bem aceitas pelos moradores das zonas rurais pois em geral “acreditavam que os infortúnios decorriam do erro de não se aceitar o destino predeterminado para cada um; o sofrimento decorrente das se-

cas e doenças era visto como uma resposta divina, e, sendo assim, a subjugação política também deveria ser aceita normalmente, sem maiores protestos. Os sertanejos esperavam punições quando não cumpriam suas obrigações para com os santos e para com Deus após a realização de uma promessa. Mas isso não quer dizer que encaravam a vida com completa resignação”.

Assim, temos mais um elemento para entender a resistência feroz durante a guerra que se travou, já que essa idéia foi bem enfatizada pelo Conselheiro no seu sermão contra a República. Também não julgamos que ele tenha sido um fanático na acepção plena do termo; ele era um homem carismático, líder natural, possuído de Fé verdadeira, isso sim, sem embargo de alguns desvios de compreensão da verdadeira religião que professava – a Católica. Fanáticos, esses sim, eram muitos dos seus seguidores, fanáticos por Antonio Conselheiro e pelo que ele recomendava, como resultado do muito que dele recebiam, em especial a segurança que sentiam.

Agora, é bom ter em vista que nem todos os canudenses eram fanáticos ou mesmo defensores intransigentes de Belo Monte por Belo Monte; naquele meio existiam também os que ali estavam mais por interesse comercial e que acabaram envolvidos no conflito, e alguns que, temerosos da repressão, como os bandidos que ali se acotaram, lutaram desesperadamente pela própria sobrevivência, sem nenhuma consideração por qualquer aspecto religioso, e compeliram muitos a também lutarem, pois isso lhes favorecia.

Uma consideração que poderíamos desenvolver, e que tem algum interesse para a nossa proposta, diz respeito ao por que Antonio Vicente Mendes Maciel se tornou um andari-

lho, um pregador e mais tarde de certo modo agrediu as instituições? Há quem entenda que a sua felicidade fora cortada com as suas falências comerciais, antes pela sua madrasta, depois pela fuga da esposa e pela permanente lembrança das lutas entre a sua família e os Araújos. Tudo são especulações. Mais uma coisa parece certa, ele foi influenciado pelas condições miseráveis da vida dos sertões e, refugiado na religião, para onde o levaram suas desventuras e mais, sem aspirações pessoais, entendeu que devesse se dedicar aos “mal-aventurados”. A partir daí ele chegou à atitude de contestação, como já explicitamos.

Em 1896, Belo Monte já apresentava uma população estimada em mais de 20.000 pessoas, admitindo-se assim que, populacionalmente, era a segunda cidade do Estado e ia se consolidando, estreitando alguma ligação com as localidades vizinhas.

E aí acontece o confronto de Uauá, em 21 de novembro de 1896, por obra do inexplicável não cumprimento de um trato comercial, de receios, ao que se sabe e se entende, não justificados (a não ser por malquerença anterior – quando do incidente de Bom Conselho), do Juiz de Direito de Juazeiro, Dr. Arlindo Batista Leoni, e da interpretação que por qualquer razão (teria sido influência do Juiz) o Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira parece ter dado à missão recebida do seu comandante, considerando presumivelmente missão deduzida a ter prioridade o ataque a Canudos, quando sua missão principal e explícita teria sido a defesa de Juazeiro – contra um imaginando ataque dos seguidores de Antonio Conselheiro indo buscar a madeira para a construção da igreja nova em Belo Monte, que tinham comprado e pago mas não lhes fora entregue como estava acertado –, tudo ao que se pode

interpretar por não ter bem pesado os “fatores da decisão” – missão, inimigo, terreno e meios. E o quadro se completa porque os seguidores de Antonio Conselheiro, informados da ida do destacamento Pires Ferreira, vêm ao seu encontro. E o choque se dá. (Deveria ter sido policial a tropa enviada para Juazeiro, mas ocorria perturbação da ordem em algumas localidades do interior do Estado da Bahia, inclusive por força de medidas republicanas, pelo que o Governo do Estado, invocando essa situação, alegou não dispor de meios e pediu apoio ao Exército e foi atendido.)

A partir desse momento, a questão prioritária para os republicanos, em particular para os políticos das capitais e para muitos beneficiários do novo regime e outros mais, notadamente adversários de Antonio Conselheiro e do seu arraial, passa a ser a destruição de Canudos – “Delenda Canudos”! Tudo ampliado pelo sensacionalismo tão a gosto de boa parte da imprensa. Pouquíssimas vozes apelam para o bom senso, para a busca de soluções pela via política do entendimento. De qual-

quer forma, a pressão dos interessados no confronto não deixou se formar um clima para serem ouvidas.

“Destruir Canudos!” Era só o que ouvia, era só o que pedia boa parte da opinião pública.

E, na seqüência, os brios do Exército passam a ser excitados, com a pregação da necessidade da Instituição “lavar” a sua honra.

Aí acontece a terrível tragédia de irmãos lutando ferozmente contra irmãos numa guerra sem quartel, guerra essa que foi e poderá ser sempre o eixo principal da análise do fenômeno mais amplo denominado Canudos.

Referindo-se a esse conflito, assim se expressa o grande historiador Pedro Calmon: “A guerra de Canudos nada tinha de comum com a política, muito menos com a corrente monarquista. Foi um conflito de fundo religioso, produzido pela barbárie sertaneja e localizado num longínquo rincão da Bahia, que só assumiu proporções gigantescas pela incompreensão do fenômeno e brutalidade dos meios repressivos, por parte do governo empenhado em satisfazer a opinião das capitais.”



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Ganhando a Guerra

John B. Alexander

Especialmente preocupado com a guerra contra o terror, o livro relata os novos equipamentos bélicos que poderão desempenhar papel determinante nos conflitos armados do futuro.

Revolução de Trinta: a ação tenantista garantiu a vitória¹

*Davis Ribeiro de Sena**

A MORTE DO LÍDER

O assassinato de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado da Paraíba e candidato a vice-presidente da República pela Aliança Liberal, ocorrido na cidade do Recife (26/07/1930), foi o estopim da revolução nacional liderada por Getúlio Dornelles Vargas (17h30min de 03/10/1930), que depois o presidente Washington Luís Pereira de Sousa. Havia cheiro de pólvora no ar, após a derrota eleitoral de 1º de março desse ano para Júlio Prestes de Albuquerque. O movimento armado deflagrado tinha sofrido a defecção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, governador mineiro, substituído por Olegário Dias Maciel (07/09/1930). No Rio Grande do Sul, o 7º Regimento de Cavalaria (7º RC) (Santana do Livramento), 8º Regimento de Infantaria (Passo Fundo) e quartel-general da 3ª Região Militar (3ª RM) foram atacados a viva força por civis e policiais militares, sendo aprisionado o General-de-Divisão Gil Antônio Dias de Almeida, em pleno exercício do comando. Em Belo Horizonte (MG), o aquartelamento do 12º Regimento de Infantaria foi cercado e caiu no dia 08 seguinte.

Na cidade da Paraíba do Norte (hoje João Pessoa), o General-de-Brigada Alberto Lavenère Wanderley, comandante da 7ª RM (todo o Nor-

deste, do Maranhão à Bahia), foi morto com um tiro no estômago pelo Primeiro-Tenente Agildo da Gama Barata Ribeiro, na caserna do 22º Batalhão de Caçadores (22º BC). Houve luta renhida na evolução dos acontecimentos, cau-



Gen Bda Alberto Lavenère Wanderley
Comandante da 7ª RM (21 Mar 1929 a 03 Out 1930)

sando dezenas de baixas de ambos os lados, além de tiroteios travados em outros corpos de tropa, que resistiram ao assédio, particularmente nos três estados sulinos, porém a maioria aderiu espontaneamente aos revoltosos. O General-de-Divisão Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu foi nomeado comandante das forças em operações no Norte da República, mas não desembarcou do vapor *Comandante Capela*, ancorado em Salvador (BA), onde instalou seu posto de comando, deixando livres

¹ Colaboração do autor.

* O autor é Coronel d Cavalaria e historiador.

as ações do ex-capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, que chefiou com êxito a revolução em todo Norte e Nordeste brasileiro.

Entretanto, a prevista batalha campal, que seria decisiva, entre forças do governo e revolucionárias (25/10), às margens do ribeirão Itararé (divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo), não ocorreu, em face da capitulação legalista, no dia anterior (24/10/1930). Nessa data, junta militar composta pelos generais-de-divisão Augusto Tasso Fragoso – decano dos oficiais do Exército – e João de Deus Mena Barreto e o contra-almirante José Isaías de Noronha deu um golpe-de-estado, organizou o 1º Grupo de Regiões Militares (General Mena Barreto no comando e Coronel Bertoldo Klinger na chefia do estado-maior), derrubou o presidente constituído, prendeu o vice-presidente Fernando de Melo Viana e o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos, nomeou novo Ministério e, precedendo à revolução em marcha, assumiu o poder.

Despachadas diretrizes aos presidentes (hoje governadores) dos estados, Getúlio Vargas foi considerado simplesmente como um deles. O Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do estado-maior revolucionário, não admitiu a situação imposta e refutando que o presidente da República era o candidato “esbulhado” nas últimas eleições, ordenou o deslocamento da tropa vitoriosa para o Distrito Federal, com o apoio do general honorário Olegário Maciel, afirmado este que a revolução não terminara com a queda de Washington Luís. Houve baderna na capital do país, empastelamento de jornais, saques na área comercial e distúrbios generalizados. Em 29 de outubro, o ex-sargento Vargas foi aclamado presidente na capital paulista e no dia seguinte, seguiu para a cidade do Rio de Janeiro, sendo ovacionado pela população. Uniformizado, sem

assumir qualquer posto militar, no dia 03 de novembro de 1930, tomou posse solene no mais alto cargo da nação, no palácio do Catete, não como presidente eleito, mas como líder da revolução triunfante. Mas esta é outra história ...

* * *

Em recente obra minuciosa e veraz, o saudoso historiador militar Alcyr Lintz Geraldo aborda com propriedade a “Revolução de 1930 na Paraíba”, apontando nomes, fatos e datas. É livro de leitura obrigatória para os estudiosos, pois escapa à mesmice de repetições genéricas, que constitui a maioria das publicações que tratam do assunto. Fundamentado no citado trabalho, o autor apresenta breves anotações sobre o tema, acrescidas de pesquisas e interpretações próprias, enfatizando os fastos desencadeados no Estado da Paraíba, que liderou aquela revolução no Norte / Nordeste, ao lado dos outros dois estados rebelados (Rio Grande do Sul e Minas Gerais), mais poderosos econômica e politicamente, mas não na disposição para a luta.

Mesmo em estudo modesto como este, citar a Revolta de Princesa – pequena localidade do sertão paraibano – ocorrida naquele estado entre 24/02 e 19/08 de 1930, fruto do choque de interesses que colocou em campos opositos e intransigentes o governador João Pessoa, que havia assumido as funções em 22/10/1928, e o “coronel” sertanejo José Pereira Lima, o mais abastado comerciante do sertão paraibano, principal fornecedor de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados para o vale do Rio Piancó (era também representante da multinacional Esso de Petróleo), que se viu prejudicado pela política tributária estabelecida pelo novo governante.

A citada microrregião do semi-árido nordestino fora palco da violência social e política

que assolava a sociedade brasileira desde a libertação dos escravos: há alguns anos passados, o destacamento João Alberto da malsinada Coluna Miguel Costa – Prestes, que percorria o território nacional, vinda do sul do país, entrou no vilarejo de Piancó (09/02/1926), momento em que foi recebido a bala pelo padre Aristides Ferreira da Cruz, que resistiu na casa paroquial com alguns policiais e jagunços, matando um ex-sargento e ferindo outros atacantes. Ao sentir que não poderia reagir por mais tempo, entregou-se, acenando uma bandeira branca, porém foi perversamente estripado juntamente com mais 12 homens, cujos corpos foram lançados numa vala de esgoto ao ar livre. Consta que Osvaldo Cordeiro de Farias, um dos chefetes do movimento rebelde, estava presente, o que não impediu sua eleição a governador do Estado de Pernambuco (1954), já general-de-exército comandante da Zona Militar Norte, sediada na capital pernambucana, renunciando antes de concluir o mandato.

A REBELIÃO MILITAR

João Pessoa – sobrinho do ex-presidente da República Lindolfo da Silva Epitácio Pessoa, o grande cacique político do Nordeste, que o indicou – morava no Distrito Federal, onde exercia o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar e estava totalmente afastado dos problemas regionais. Idealista e enérgico, ao chegar, moralizou a Força Pública estadual e investiu frontalmente contra o coronelismo, que predominava na sociedade rural desde os tempos coloniais, protegendo o banditismo e o cangaço. Os “coronéis” influiam decisivamente na estrutura judiciária, por intermédio da composição dos júris populares e dos depoimentos das testemunhas convocadas para os julgamentos de contenciosos, ao tempo que controlavam

as delegacias policiais e acoitavam impunemente os foragidos da lei, em suas propriedades.

Imediatamente, o incansável governador entrou em rota de colisão com o presidente Washington Luís, tornada explícita no dia do “Nego” (29 de julho de 1929), eis que dotado de reconhecida capacidade de trabalho, administrador eficaz que era, vitalizou o porto de Cabedelo e melhorou rodovias, procurando abastecer seu estado pelo terminal marítimo local, contrariando os atacadistas do Recife e o ramo mais em evidência da família, os Pessoa de Queiroz, que lá residiam. Perseverante e altivo, tomava decisões importantes com presteza, desconsiderando as consequências decorrentes.

O governo da União era hostil à administração estadual, assim o 22º Batalhão de Caçadores (22º BC), com parada na capital paraibana, considerado legalista, mas sabidamente de tendência revolucionária – lá serviam os tenentes Jurandir de Bizarria Mamede, Juraci de Montenegro Magalhães, Paulo Cordeiro de Melo e Agildo da Gama Barata Ribeiro, todos comprometidos com o movimento revoltoso – estava cercado estratégicamente, à distância, por companhias destacadas dos 24º (São Luís), 25º (Teresina) 28º (Aracaju) e 29º BC (Natal), teoricamente leais ao governo central, bem como pelo aviso da Marinha *Muniz Freire*, ancorado em Sanhauá. Teoricamente, repita-se, pois a quase totalidade dos oficiais subalternos do Exército estava contaminada pelo vírus da rebeldia, estimulada por virulenta campanha da imprensa da capital do estado, que aliciava amplos setores da sociedade civil – à frente Antenor Navarro, José Américo de Almeida, Rui Carneiro e dezenas de outros líderes – todos voluntariamente sob a orientação do ex-capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, futuro general da ativa e candidato derrotado à Presidência da República (1955), que saíra da clandestinidade

e assumira a liderança das ações marciais, por consenso revolucionário.

Irmão e herdeiro político do ex-capitão revoltoso, morto de arma na mão nas ruas da cidade de São Paulo (19/07/1924) Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, de quem era 17 anos mais moço, católico fervoroso, Juarez foi o principal chefe da Revolução de Trinta em todo o Norte-Nordeste, todavia logo divergiu da ditadura getulista (1937-45) e passou à oposição, beneficiado pela anistia geral concedida pelo seu êmulo que propiciou a todos os cidadãos brasileiros o retorno às atividades normais independentemente do lado em que estiveram no passado. Muitos militantes ficaram famosos, outros fizeram carreiras marcantes nos campos civil e/ou militar, a saber: Nelson de Melo, ele próprio, Eduardo Gomes – candidato duas vezes à presidência da República, Manoel Mendes de Moraes, Djalma Soares Dutra, Osvaldo Cordeiro de Farias – que governou dois estados da Federação (interventor no Rio Grande do Sul e governador eleito de Pernambuco), João Alberto Lins de Barros – interventor em São Paulo, Afonso de Albuquerque Lima, Ari Parreiras, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata – interventor no Pará, Aristides Corrêa Leal, Juraci Montenegro Magalhães – interventor e governador eleito da Bahia, Ari Salgado Freire, Felinto Strubling Müller – senador e candidato a governador de Mato Grosso, Newton Estilac Leal – ministro da Guerra, Ernâni do Amaral Peixoto – interventor e governador eleito do Rio de Janeiro, Mário Portela Fagundes, Hercolino Cascardo – interventor no Rio Grande do Norte, Edmundo de Macedo Soares – governador eleito do Rio de Janeiro, Protógenes Pereira Guimarães – ministro da Marinha, João Punaro Bley – interventor no Espírito Santo, Augusto Maynard Gomes, interventor e governador eleito de Ser-

gipe, Antônio de Siqueira Campos, Euclides Figueiredo, Ernesto Geisel – presidente do Brasil e último “tenente” e outros de realce semelhante. Como surgiu essa forte corrente política e militar que abalou as instituições republicanas?

Realizadas as manobras gerais de 1905, no campo de instrução de Santa Cruz (cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal) e identificadas as razões das duras baixas sofridas na campanha de Canudos (1896-77), que constataram a reduzida operacionalidade da Força Terrestre, tornara-se urgente sua modernização, particularmente atualizando o nível profissional dos quadros e superando a exaustão da Guerra da Tríplice Aliança (1864-70). Assim, o Ministro da Guerra Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca decidiu enviar jovens oficiais à Europa para auferirem novos conhecimentos profissionais resultantes das guerras da Criméia, franco-prussiana e dos “bôers”, além de conhecerem as novidades técnicas e de emprego decorrentes da Revolução Industrial em andamento no mundo e que ainda não tinham chegado por aqui.

Com a vinda da Missão Francesa (1919), por decisão do ministro da Guerra civil Pandiá Calógeras (Raul Soares, também civil, na Marinha) foram construídos aquartelamentos e vilas militares, criadas escolas de aperfeiçoamento e de extensão, a instrução da tropa foi atualizada e os oficiais subalternos (“jovens turcos”) adquiriram nova mentalidade, absorvendo com ardor o lema “rumo à tropa”, divulgado pela revista militar *A Defesa Nacional* (1916), fundada por eles. Não tardou e criaram a Missão Indígena – capitães e tenentes instrutores da Escola Militar de Realengo, em contraposição à “missão estrangeira”, proclamando a implantação das idéias modernas por brasileiros. Estava semeado o fato gerador do “tenentismo”, movimento social que logo se alastrou

entre a maioria dos tenentes, muitos capitães e grande parte da oposição partidária sucessivamente aos presidentes Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e chegou ao poder em 31 de março de 1964. Julgava a jovem oficialidade que esta era a única maneira de salvar o Brasil da politicagem e da corrupção dos civis e o meio patriótico de conduzir o Exército, que procurava escapar da quase estagnação do final do século XIX, ingressando resolutamente em nova fase de progresso, impulsionando a nação brasileira.

Pois bem. Após a morte de João Pessoa e visando a controlar a preocupante situação, o General Lavenière transferiu o comando da 7ª RM para o aquartelamento do 22º BC, certo de que aquela unidade continuava legalista, ao passo que, sob as ordens do capitão João Facó, Princesa foi ocupada sem resistência por frações de tropas do 19º BC (Salvador) e do 20º BC (Maceió) e por uma seção de metralhadoras do 21º BC (Recife).

A sublevação detonou às 2h da madrugada de 04 de outubro de 1930, enquanto nos demais estados insurretos fora deflagrada às 17h30min do dia anterior. Juarez Távora explicou em livro de memórias que solicitara a Osvaldo Aranha, lugar-tenente de Getúlio Vargas, o adiamento do início da revolta por algumas horas, em virtude da companhia comandada por Juraci Magalhães entrar em prontidão no dia 04, obedecendo à escala de rodízio do serviço de prontidão imposto pelo comandante do 22º BC, entre as subunidades subordinadas, o que facilitaria o desencadeamento das operações. Obviamente, esse extemporâneo pedido, feito à 25ª hora, não foi atendido pelos dirigentes nacionais e valeu ao futuro postulante ao cargo de presidente do Brasil a desconfiança dos correligionários do sul do

país, que jamais absorveriam o fato de que o movimento insurrecional no Nordeste estourou algumas horas depois da sua eclosão em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Daí para frente, Távora e a maioria de seus comandados nordestinos estiveram em campos divergentes de seus companheiros que assumiram o poder, até o fim de suas vidas.

Na verdade, o ataque de surpresa ao quartel-general governista foi desfechado por Agildo Barata – ao mando de 18 civis fardados, recebidos de Antenor Navarro – que prendeu os oficiais desprevenidos e matou o general. Posteriormente, esse oficial revoltoso aderiu à ideologia comunista e negou, sem convicção, ter sido o agente do tiro fatal – sem indicar o autor do disparo – mas a análise isenta dos fatos e das personalidades envolvidas, e o relato de algumas testemunhas presentes ao episódio sangrento conduzem à conclusão de que foi o exaltado tenente quem feriu mortalmente o general comandante da 7ª RM. Depois de intervenção cirúrgica em condições adversas, a vítima faleceu no dia seguinte e foi promovida *post mortem* a general-de-divisão, no dia 15 do mesmo mês.

Findou a refrega nas dependências do 22º BC duas horas depois de iniciada e apresentou o saldo sinistro da morte de quatro oficiais legalistas e do cabo telefonista-de-dia, além de uns poucos feridos civis e militares. José Américo assumiu o governo estadual, ainda em 04 de outubro e Paulo Cordeiro, ao lado de Agildo Barata, dirigiu-se para a cidade do Recife, enquanto eram encerrados os combates no interior do Estado da Paraíba e enviadas colunas de marcha a Natal e a Fortaleza, para dar conta do êxito da revolução.

Participaram das ações, com maior ou menor intensidade, oito batalhões de infantaria do Exército, sediados nas capitais nordestinas, de São Luís a Salvador, além de elementos das

milícias estaduais e de civis voluntários. Seu principal chefe militar foi o coronel, depois general Góes Monteiro, que posteriormente assumiu o comando da 2^a RM (SP). O Coronel Eurico Gaspar Dutra comandante do 4^º RCD (Três Corações, MG), não aderiu de imediato à revolução, sendo transferido para o comando do 11º RC (Ponta Porã, MS). Na evolução dos acontecimentos, já general, foi nomeado comandante da 1^a RM (DF, RJ, MG e ES) e conduziu as operações militares contra a Intentona Comunista de 1935, na capital federal.

O General Alberto Lavenère era pai do futuro Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley, que, como primeiro-tenente, integrou o 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), nos céus da Itália e cumpriu 11 (onze) missões de combate, sendo ferido em ação. Pensador militar, foi ministro da Aeronáutica (20/04/1964 a 14/12/1964) e é o patrono do Correio Aéreo Nacional.

A revolução vitoriosa de 1930 abriu caminho para o ingresso do Brasil no século XX, com 30 anos de defasagem histórica. ☺



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Coleção General Benício

Uma Orientação Especial

Walter Russell Mead

Imperdível retrospecto da tradição da política externa dos Estados Unidos, que, sob o olhar do autor, até o fim da Guerra Fria, estaria fundamentada em quatro escolas básicas, cada qual identificada com um líder político.

A Revolução de 1930 em Minas Gerais: emprego do avião¹

*Alcyr Lintz Geraldo**

O envolvimento de Minas Gerais na revolução

A presença de Minas Gerais entre os estados participantes do movimento revolucionário, que sacudiu o Brasil em outubro de 1930, teve como causa fundamental as eleições que se realizaram em 1º de março daquele ano para a Presidência da República, a fim de cumprir o quatriênio de 1930-34.

Vigorava, no país, desde o governo de Campos Sales a chamada “política do café com leite”, pela qual revezavam-se na chefia do poder executivo federal cidadãos oriundos dos estados de São Paulo ou de Minas Gerais, ao arrepio de inúmeras outras unidades federadas, tais como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Isso acontecia porque os dois estados primeiramente citados eram os que tinham maior expressão econômica e maior contingente eleitoral, respectivamente. Não havia partidos nacionais. Cada estado tinha o seu Partido Republicano. Assim, esse grêmio, relativo ao estado que deveria ocupar a Presidência, indicava o candidato que se tornava o “oficial”, vindo a ser o ungido do presidente da República que coordenava o pleito.

Para a eleição de 1930, cabia ao Estado de Minas Gerais indicar o candidato para o quatriênio seguinte. Governava o estado mediter-

râneo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, descendente da família do Patriarca da Independência; político fino e hábil, dono de majestoso currículo, ornamentado pelos melhores títulos para aspirar o primeiro mandato do país.

No entanto, o Presidente da República em exercício, Washington Luís, lhe devotava figura de antipatia e, em termos de política financeira, caminhavam em sentidos diferentes. Violando o costume do “café com leite,” Washington inclina-se pela candidatura do Presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes. Andrada, ultrajado, compõe-se com os políticos do Rio Grande do Sul e da Paraíba e lançam uma candidatura discordante, representada pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para enfrentar a oficial.

O processo eleitoral, à época, era eivado de muitos vícios. A fraude imperava na realização e na apuração dos pleitos, e, assim, o movimento formado pelos três estados dissidentes, a Aliança Liberal, não logrou êxito nas eleições que bafejaram a candidatura apoiada pelo presidente da República.

Muitos aliancistas, principalmente a ala jovem do Partido Republicano Riograndense e o Partido Libertador, também do Rio Grande do Sul, não aceitaram a vitória do candidato do governo federal por meio de eleições nas quais a fraude predominou em todos os

¹ Transcrito do portal RESERVAER, por correio eletrônico.

* O autor é Tenente-Coronel Reformado da Aeronáutica e Sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

sentidos. E dispunham-se a recorrer ao “prélio terrível das armas,” como disse um deles, João Neves da Fontoura, para expurgar definitivamente do Brasil aquelas práticas eleitorais totalmente descabidas. Uniram-se a proeminentes figuras da política mineira que convenceram o Presidente Antônio Carlos a assumir o compromisso de que o Estado de Minas Gerais participaria do movimento. Essa promessa foi mantida pelo seu sucessor, Olegário Maciel, a quem ele passou a Presidência de Minas Gerais, em 7 de setembro de 1930.

Eis aí, em brevíssima síntese, o porquê de o Estado de Minas Gerais ter sido um dos participantes da insurreição de 1930.

Aeronaves participam da sublevação

Como assevera o saudoso Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nélson Freire Lavenère Wanderley, em seu livro *História da Força Aérea Brasileira*, Segunda edição, feita pelo Ministério da Aeronáutica em 1975, página 103, foi de pequenas proporções o papel da aviação no movimento de 1930. Como tais palavras se referem a todo o território nacional, não há como não se aplicarem ao estado montesino.

A pesquisa histórica sobre o tema permite concluir que, praticamente, o avião se fez presente em Minas Gerais na revolução de 1930, tanto entre governistas como entre revolucionários. Suas atividades pouco alcançaram além de ações psicológicas de ambos os lados, podendo-se afirmar que algum anunculado emprego do avião não se concretizou. Tal ocorreu com o *show* aéreo anunciado pela chamada Concentração Conservadora, para ser concretizado no Congresso do Café que ela pretendia realizar na cidade de Muriaé e que não foi levado a cabo.

Essa agremiação, que reunia os seguidores da candidatura Júlio Prestes, como tal anti-

revolucionários, tendo como numes tutelares Manoel Thomaz Carvalho Britto e Fernando de Melo Viana, no dia da eleição, 1º de março de 1930, pretendeu realizar vôos distribuindo falaciosas notícias perturbadoras e boletins favoráveis ao candidato do governo federal. Em algumas cidades, conseguiu. Em outras, tal não possível por causa das condições atmosféricas. É o que resulta cristalino dos telegramas daquela data, transcritos por Aurino Moraes, em *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*, edição fac-similar da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1990, páginas 239 e 240, a saber:

“Recomendado – General Comandante Quarta Região Militar – Juiz de Fora – respondendo vosso telegramma informo-vos campo pouso Pedro Leopoldo magníficas condições. Tempo muito firme. Mandarei amanhã novas informações tempo Pedro Leopoldo. Saudações atenciosas. – José Monteiro Machado,” Director da Fazenda Modelo.

Urgente – em 26-2- Raul Carvalho Britto – Rua Anita Garibaldi, 37 – Copacabana – procure Dante avisando já estar prompto e acabado campo de aviação em Pedro Leopoldo. Poderá vir desde já. Abraços. – Carvalho Britto.

General Mariante – Directoria Aviação – Rua Barão de Mesquita – Rio – tive notícias agora, intermédio Dr. Britto esquadrilha havia saído São João. Felizmente desarranjo um motor não pôde aqui chegar, voltando São João. Seria bom aviso ter eu ciência vinda mesma, afim informar condições tempo, que aqui têm sido péssimas. Saudações – Tenente Floriano, visto: C.Britto.

Urgentíssimo – 1º março – General Azevedo Costa – Juiz de Fora – solicitamos fineza informar si avião da concentração partiu do Rio ás 9 horas aterrissou ahi. Tempo aqui ins-

tavel, tendencias melhorar. Cordeaes Saudações. – Carvalho Britto.

Urgente – Tenente Floriano – Fazenda Modelo – Pedro Leopoldo.

Communico presença Juiz Fora avião Carvalho Britto que tenciona voar aqui seguindo Campo Pedro Leopoldo. Tempo aqui incerto tendencia melhorar. Avisarei passagem apparelho – saudações. – José Monteiro Machado, director Fazenda Modelo. (pedir resposta e entregar Sr. Mineiro).

Commandante 11º Regimento – São João Del Rey (Minas).

Tempo aqui pessimo impossivel aterrissagem aviões – Tenente Floriano. Visto: C. Britto.

(Observação: observou-se a ortografia da época nas transcrições acima)

O militar que assina alguns dos telegramas retro falados é o Tenente Floriano Peixoto da Fontoura Nunes, natural do Rio Grande do Sul, formado pela Escola Militar do Realejo na arma de Cavalaria. Posteriormente, foi transferido para arma de Aviação ao concluir o curso da Escola de Aviação Militar. De sua vida profissional, infere-se ter sido cultor da legalidade, eis que combateu os revoltosos de 1924 como componente do Destacamento Norte de cujo comandante foi ajudante de ordens, bem como do comandante da 5ª Região Militar. Ocupou importantes cargos em organizações pertencentes às duas armas a que pertenceu. Como aviador militar, foi um dos pioneiros do Correio Aéreo Militar. Faleceu em acidente aéreo em 19 de dezembro de 1934 e seu corpo foi sepultado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Como se viu, ainda em 1930, Floriano tinha posição legalista.

O emprego de aviões em Minas Gerais, no dia do pleito, é referido por Epitácio Pessoa em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio*, em maio de 1930, transcrita por

Aurino Moraes, in *op. cit.* página 278. No dia 3 de setembro, chegou um avião a Barbacena pilotado pelo Capitão Chevalier. Precedia caravana de rebeldes que vinha àquela cidade e a Belo Horizonte, sob a chefia de Pedro Ernesto, líder revolucionário no Rio de Janeiro, eis que se cogitava o eclodir da revolução para o dia 5 daquele mês.

Em 8 de setembro, Pedro Ernesto, líder revolucionário no Rio de Janeiro, telegrafta de Belo Horizonte a Virgílio de Melo Franco, que se encontrava em Porto Alegre, informando-o da existência de 10 aviadores na antiga capital federal, no aguardo de ordens dos chefes do movimento para bombardear o palácio no Rio e, em seguida, seguir para a capital montanhosa. Não esqueçamos que Djalma Pinheiro Machado havia sido encarregado de adquirir aviões, caso a revolução viesse mesmo a acontecer.

No dia em que a revolução eclodiu, o Comandante do 12º Regimento de Infantaria, Coronel José Joaquim de Andrade, desempenhava o comando interino da 8ª Brigada da mesma arma, ambos com parada em Belo Horizonte, em virtude das férias do General Díogenes Tourinho, Comandante daquela grande unidade. Esse elevado chefe militar optara pelo descanso após a calmaria que se seguiu à posse de Olegário Maciel na Presidência do estado montanhês. A prisão do Coronel Andrade foi efetuada por elementos da polícia civil mineira, gente totalmente despreparada para as atividades que exerciam e desprovida de qualquer categoria para prender o oficial do Exército de maior grau hierárquico que servia na cidade à época e que desempenhava cargo atribuído a oficial-general. Foi executada da maneira mais violenta, humilhante e desrespeitosa à pessoa do coronel e à sua família. Na Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, para onde foi ele conduzido, Cristiano Machado, titular daquela

repartição, e os sediciosos Mário Brant e Odilon Braga ameaçaram-no com o bombardeio do quartel do 12º R.I. pela aviação rebelde, caso aquela unidade não se rendesse.

O que está acima exposto leva a crer que tal “aviação rebelde” provavelmente fosse constituída pelos aviadores a que se referira Pedro Ernesto. Por outro lado, o Tenente-Brigadeiro Nélson Freire Levenère Wanderley, *in loc. cit.* informa que quatro aeronaves militares decolaram do campo dos Afonsos para Belo Horizonte a fim de se reunirem aos revoltosos mineiros. Foram elas e os respectivos tripulantes:

Potez 25 T O EA 11 – Tenentes Casimiro Montenegro Filho e Antônio Lemos Cunha.

Morane 130 K 218 – Tenentes Clóvis Travassos e Agilberto Vieira de Azevedo.

Morane 130 K 224 – Sargento ajudante Carlos Brunswick França e 3º Sargento Dinarco Reis.

Morane 130 K 217 – Sargentos Tíndaro Pereira Dias e Otávio Francisco dos Santos.

O atual Marechal Casimiro Montenegro Filho, em entrevista à Revista Aeronáutica, confirma as informações ditadas pelo Brigadeiro Wanderley. Afirma haver se entusiasmado com a idéia revolucionária, tornando-se elemento de ligação entre a antiga Escola de Aviação Militar e os sediciosos que haviam sido expurgados da Marinha e do Exército. Partiu para Minas Gerais, onde se reuniu aos amotinados montesinos. Voava sobre os quartéis lançando panfletos concitando seus componentes a não combater.

Corroborando as notícias supra, o *Jornal Revolucionário*, órgão oficial da 4ª Região Militar Revolucionária, editado em Barbacena no período compreendido entre 4 e 29 de outubro, cujo redator era o futuro Deputado Federal José Bonifácio Lafayett de Andrada, em sua

edição do dia 9, torna público o pouso, em Belo Horizonte, da aeronave tripulada pelos tenentes Travassos e Agilberto.

O mesmo jornal, em edição do dia seguinte, informa que a aeronave supra voara sobre São João del Rei no dia anterior. Procedera a ações de reconhecimento e de caráter psicológico, eis que lançou sobre a cidade inúmeros boletins concitando o 11º Regimento de Infantaria a se render. Atirou, ainda, sobre o quartel algumas pequenas granadas.

A edição do dia 16 de outubro do *Jornal Revolucionário* fala de um avião que passara sobre Barbacena no rumo de Juiz de Fora e, pouco depois, regressara e seguira para Belo Horizonte, em missão de reconhecimento. Seria o avião pilotado pelo Tenente Casimiro? Ele declarou também na entrevista supra referida que ia e voltava ao Campo dos Afonsos com a maior liberdade. Ou seria um dos outros três aviões a que se refere o Tenente-Brigadeiro Wanderley? Dizia, ainda, o jornal acima referido que Barbacena seria a base para vários aviões que estavam sendo esperados com a finalidade de bombardear os quartéis de São João del Rei e Juiz de Fora, porque o combate decisivo deveria travar-se dentro de três dias.

Ainda é no jornal supra nomeado, em edição sob número seis, do mesmo dia 16 de outubro, que o Padre José Ferreira Gomes relata que, às 17h do dia anterior, uma aeronave, não identificada como rebelde ou como governista, sobrevoara São João del Rei em arriscadas acrobacias.

Ena edição de 23 de outubro, veicula que um avião revoltoso sobrevoou Barbacena pilotado pelo sargento Tíndaro. Procedia de São João del Rei, para onde regressou.

O mesmo órgão atesta ação psicológica aérea sobre Juiz de Fora representada pelo lan-

camento de jornais e boletins informando a população local sobre o desenrolar da revolução. Relata que a aeronave em apreço lançou uma bomba sobre um avião governista que estava pousado naquela localidade, destruindo-o.

Ocorre, ainda mais, que o Capitão José Justiniano Freire, *in A odisséia do 12º Regimento*, editado pela Oficina de Encadernação e Pautação, Rio de Janeiro, 1935, p. 162, refere-se a um avião do Exército que, na tarde de 7 de outubro, voara, à grande altura, sobre o quartel do 12º Regimento de Infantaria. Lançava boletins que, endereçados ao Regimento, sobre ele não caíram e, sim, nas linhas da Força Pública. Eles continham mensagem do Tenente-Coronel Aristarcho Pessoa, irmão de João Pessoa e um dos comandantes da revolução em Minas Gerais, concitando o quartel à rendição sob pena de bombardeio aéreo.

No fim daquela tarde, outro avião sobrevoou o quartel e, provavelmente, tenha lido a mensagem que lhe fora dirigida mediante a escrita, com tinta branca, no terreno da caserna da palavra Socorro, e depois substituída pelo vocábulo Notícias. Tem-se como certo que tais palavras foram divisadas pelo piloto desse avião, pois elas figuraram em boletins esparsos pela capital mineira, pelo que se admite que tal aparelho deveria pertencer à aviação rebelde. Pousou ele no Prado Mineiro e foi recolhido a um hangar, improvisado em um telheiro.

Quanto à aviação governista, o Tenente-Coronel (PMMG) Paulo René de Andrade nos dá conta de um avião que, no dia 5 de outubro, voara lentamente, em altura relativamente baixa, "sobre os quartéis, o Palácio da Liberdade e o 12º Regimento de Infantaria". Como não tomasse nenhuma atitude hostil, admite-se que desempenhava missão de reconhecimento. A notícia é confirmada por Auri-

no Moraes, *in op. cit.*, página 424, dizendo que se tratava de um avião governista efetuando, realmente, tal tipo de missão, para levantar planta topográfica de Belo Horizonte e assegurar-se da situação na capital mineira, a qual era desconhecida do próprio governo federal.

Relativamente às ações de combate (se é que podemos assim considerá-las), de que nos dão notícia as fontes bibliográficas acima citadas, uma delas ocorreu quando da chegada do então Tenente Casimiro Montenegro Filho a Belo Horizonte. Diz ele, na entrevista retro referida, que, quando chegou à capital mineira, foi perseguido por dois aviões que lá se encontravam e que lançaram uma bomba sobre sua aeronave. Nem ele nem Lemos Cunha foram atingidos. O artefato, todavia, alcançou dois soldados que passavam. Casimiro ordenou a outros soldados que atirassem no radial do avião atacante que, assim, teve que descer a alguns quilômetros de distância. Seu tripulante, Tenente João Gomes Ribeiro, filho do General João Gomes, foi preso.

O Tenente-Coronel Paulo René, *in loc.cit.*, assevera que, no dia 6 de outubro, surgiram dois aviões em Belo Horizonte. Um deles lançou três bombas sobre a tropa da Força Pública que atacava o quartel do 12º Regimento de Infantaria, não produzindo efeito algum. Diz mais que a aeronave foi alcançada por tiros disparados do terraço do prédio da Secretaria do Interior. Em consequência, a aeronave teria feito um pouso forçado em Suaçuí, de onde seus tripulantes teriam sido encaminhados à prisão na capital montanhosa.

O outro avião pousou no Barreiro e seus ocupantes incorporaram-se às fileiras revolucionárias.

Lado outro, o capitão Josué Justiniano Freire, *in op. cit.*, p. 158, confirma o fato supra

narrado. Diz que um avião comunicou-se com o Regimento por sinais. Após metralhar posições da Força Pública, efetivamente, jogou três bombas, duas atrás do Abrigo de Menores e uma à retaguarda da Escola Maternal. O piloto era o Tenente-Aviador José Ângelo Gomes Ribeiro, preso após ter feito um pouso forçado no campo de aviação do estado, causado por avaria no motor.

Aurino Moraes, *in op. cit.*, páginas 428 e 429, igualmente, relata esses fatos, confirmando-os.

Cotejando todas as informações supra arroladas, sou forçado a concluir que esse avião foi o mesmo que atacou a aeronave pilotada pelo Tenente Casimiro, quando da chegada deste a Belo Horizonte. As avarias lhe foram produzidas ou pelos tiros disparados do terraço da Secretaria do Interior ou pelos desfechados no campo onde atacou o avião pilotado pelo Tenente Casimiro. A meu aviso, essa segunda hipótese parece ser mais aceitável. Seria mais fácil acertá-lo atacando um avião no solo, quando deveria estar voando a baixa altura. Considero ainda que Casimiro ordenou que a agressão fosse feita por meio de tiros no radiador, o que é de se admitir que seja parte mais

vulnerável, melhor conhecida por um aviador. Não descarto, todavia, a possibilidade de ter o avião sobrevoado o prédio da Secretaria de Segurança também à baixa altura, o que o tornaria alvo mais fácil aos tiros vindos do terraço. Não se pode estabelecer a causa eficiente do pouso forçado: se o ataque do terraço ou se o do campo de aviação.

Conclusão

De tudo o que está exposto retro, inequivocamente, conclui-se ter sido muito discreto o emprego da aviação no movimento revolucionário de 1930, no Estado de Minas Gerais.

Basicamente, não passou de ações psicológicas, algumas, concretas, outras, anunciadas, mas não ocorridas. Houve missões de reconhecimento desempenhadas não só pela aviação legalista, como também pela rebelde, o ataque às tropas da Força Pública, que sitiavam o quartel do 12º Regimento de Infantaria, e a agressão a um avião revolucionário, repelido por ordem de seu comandante, em consequência do que, provavelmente, tenha sido ele avariado e preso seu tripulante. ☐

GEORGE ORWELL

1984

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

1984

George Orwell

Ao forjar uma situação antiutópica, a narrativa alerta para os extremos a que pode conduzir qualquer proposta totalitária.

Teorias geopolíticas e cenários prospectivos¹

*Roberto Machado de Oliveira Mafra**

No livro *Geopolítica – Introdução ao Estudo*, publicado pela Editora Sicurezza, apresentei as Teorias Geopolíticas surgidas no período de 1890 a 1991, referentes ao final do século XIX, ao século XX e, também, ao século XXI.

Foram construídos cenários prospectivos – exploratórios ou desejados – a partir dessas teorias, uma vez que as mesmas apresentavam, na concepção de seus criadores, verdadeiras projeções relativas a espaços de tempo futuros.

Para melhor compreensão do assunto, foi recordado o entendimento de Teoria e de Cenário, em seus conceitos mais simples, a saber:

- Teoria: “Conhecimento especulativo, meramente racional; conjunto de princípios fundamentais de uma arte ou ciência; opiniões sistematizadas; suposição, hipótese”.

Entendimento filosófico: “Conjunto de conhecimentos não ingênuos, que apresentam graus diversos de sistematização e de credibilidade, e que se propõe a explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio de fenômenos ou de acontecimentos que se oferecem à atividade prática.” (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira).

Pode ser observado que as Teorias Geopolíticas se enquadram nesses dois conjuntos de idéias.

- Cenário: “Conjunto formado pela descrição da situação futura de um sistema e da cadeia de acontecimentos que permite que se passe da situação presente à situação futura. Configura um conjunto coerente e plausível de acontecimentos, seriados e simultâneos (fatos portadores de futuro e eventos futuros), aos quais estão associados atores – pessoas, grupos e instituições.”

Foram apresentadas as teorias e os cenários prospectivos, exploratórios ou desejados, que se seguem:

1 – Teoria do Poder Marítimo (1890), do Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), da qual as idéias básicas possibilitaram a construção do seguinte cenário prospectivo desejado: os Estados Unidos da América com um forte Poder Marítimo organizado (marinha de guerra, marinha mercante, bases navais, portos e estaleiros), presente em todos os mares e oceanos do mundo, com pontos de apoio em todos os continentes para o comércio e bases para a sua Armada, podendo, seguramente, “explorar as riquezas do mundo”.

O Almirante Mahan faleceu em 1914, não assistindo, portanto, à concretização desse cenário pela sua Nação, o que se daria a partir do final da 2^a Guerra Mundial – 1945.

2 – Teoria do Poder Terrestre (1904), do professor e geógrafo inglês Sir Halford John Mackinder (1861-1946), que propiciou a construção do seguinte cenário prospectivo explora-

¹ Colaboração do autor.

* O autor é Coronel de Cavalaria e de Estado-Maior.

tório: o mundo governado por quem dominasse a “Ilha do Mundo” (Eurásia”, mais a África, como seu apêndice) que, por sua vez, seria governada por quem dominasse o “Heartland” (“Coração da Terra” ou “Área Pivô”), este entendido como a região compreendida pela Europa Oriental e a União Soviética européia.

A História mostra as tentativas da Alemanha nazista (Hitler) e da União Soviética comunista (Stalin) de conquista desse “Heartland”, buscando materializar o cenário. A primeira falhou, com a destruição do “Reich de mil anos”, em 1945, e a segunda, apesar de quase ter alcançado seu desiderato, não conseguiu concretizar o cenário em face da aplicação, pelo mundo ocidental, da “Geoestratégia de Contenção” (1947), de George Frost Kennan, com base na “Teoria das Fímbrias”, que serão adiante apresentadas.

3 - Teoria das Pan-Regiões (1930), do general, geógrafo e professor alemão Karl Ernst Nikolas Haushofer (1869-1946), que possibilitou a construção do seguinte cenário prospectivo exploratório: o mundo dividido em quatro grandes regiões (“Pan-Regiões”), autárquicas e interagentes, a saber: a “Pan-América” (continente americano), liderada pelos Estados Unidos da América (EUA); a “Euráfrica” (Europa Ocidental e África), sob a liderança da Alemanha, com auxílio dos demais anglo-saxões; a “Pan-Rússia” (URSS, Índia e vizinhos), encabeçada pela URSS e a “Pan-Ásia” (Esfera de Co-prosperidade da Ásia Oriental Maior), sob a direção do Japão”. Este cenário foi buscado por Hitler, quando firma o pacto Germano-Soviético para o ataque à Polônia, mas teve sua concretização impedida pela persistente resistência da Grã-Bretanha (1940) e pelo ataque japonês a Pearl Harbor (1941).

4 - Teoria do Desafio e Resposta (1934), do sociólogo, filósofo, diplomata e historiador inglês Arnold Joseph Toynbee (1889-1975), que

possibilitou a construção do seguinte cenário prospectivo exploratório:

- Liderança mundial exercida pelos Estados que aceitaram e venceram os desafios antepostos ao seu processo de afirmação, sob a forma de dificuldades geográficas, obstáculos ou inferiorizações, afirmando-se e desenvolvendo-se.

Na conjuntura atual, este cenário prospectivo está materializado pela liderança mundial exercida pela única “mega-potência” – Estados Unidos da América do Norte – e pelas grandes potências – restante do G 7, ou seja, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá e Japão.

5 – Teoria do Poder Aéreo, apresentada por quatro autores, no período de 1920 a 1943, a saber: General Giulio Douhet (1869-1930), do Exército da Itália; General Hugh Trenchard (1873-1956), do Exército da Grã-Bretanha; General William “Billy” Mitchell (1879-1936), do Exército dos EUA e, finalmente, Engenheiro Aeronáutico e Major de Engenharia do Corpo Aéreo do Exército dos EUA, ex-piloto da Marinha Imperial da Rússia, Alexander Nicolaievich Procofieff de Seversky (1894-1974).

O trabalho desses quatro teóricos do Poder Aéreo possibilitou a construção do outro cenário prospectivo desejado, válido até este início do século XXI, a saber:

- Todos os Estados dispõem de uma Força Aérea independente, com missões, planejamentos e comandos próprios, mantida permanentemente equipada e adestrada para pronto emprego na defesa de seu espaço aéreo.

- Estão definidas “zonas de domínio aéreo”, nacionais e de possíveis adversários, bem como “zonas de decisão”, para emprego da Força Aérea, em busca da obtenção e da manutenção da supremacia aérea.

- Missões da Força Aérea prioritariamente de bombardeio estratégico, nas zonas definidas. É interessante observar que este cenário

prospectivo é válido até mesmo para o século XXI, que agora se inicia, particularmente no que se refere ao Poder Aéreo da maior potência da atual conjuntura mundial – os Estados Unidos da América – e das demais grandes potências.

6 – Teoria da Fímbrias (1942), do professor holandês, naturalizado norte-americano, Nicholas John Spykman (1893-1943), da qual foi construído o cenário prospectivo desejado abaixo:

- O mundo dominado por quem dominasse a Eurásia, o que seria feito através do controle do "Rimland" (bordas ou fímbrias da Eurásia).

Esse cenário foi concretizado com a aplicação da já citada "Geoestratégia de Contenção" (1947), de George Frost Kennan, tendo o "Rimland" sido controlado através da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), ocupando as fímbrias oeste da Eurásia; da CENTO (Organização do Tratado do Centro – OTCEN), encarregada da parte centro-sul das fímbrias eurasianas, e da SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático – OTASE), responsável pelas fímbrias leste da Eurásia.

O cenário foi materializado durante, praticamente, todo o período da "Guerra Fria", até a derrocada da União Soviética e de seu sonho de dominar a Eurásia, através do "Coração do Mundo" ("Heartland"), já em seu poder.

7 – Teoria do Poder Perceptível (1973), do coronel e professor norte-americano Ray S. Clyne (1919/1996), da qual foi construído o cenário prospectivo exploratório que se segue:

- A liderança mundial é exercida pelos Estados possuidores de maior Poder Perceptível, entendido como a capacidade de fazer a guerra e de impor a sua vontade.

O Poder Perceptível seria calculado através de uma fórmula matemática criada pelo autor, a saber:

$PP = (C + E + M) \times (S + W)$, na qual C é a "massa crítica" da Nação, E a sua "capacidade

econômica" e M a sua "capacidade militar", todos valores objetivos do poder; S seu "objetivo estratégico" e W sua "vontade de executar a estratégia militar", valores estes subjetivos e de difícil avaliação, portanto facilmente manejáveis para a obtenção do resultado desejado.

Esse cenário, como pode ser verificado, foi materializado após a 2ª Guerra Mundial, com a liderança dos EUA e da URSS, respectivamente no bloco ocidental e oriental de nações, e prossegue materializado no início do século XXI, com a liderança dos EUA e do G 7. Segundo o autor da teoria, em cálculo realizado em 1978, os países de maior Poder Perceptível, no século XXI, serão a China e o Brasil...

Após a dissolução da União Soviética, com o consequente fim da Guerra Fria e da bipolaridade mundial, surgem então as seguintes teorias geopolíticas e cenários prospectivos (exploratórios ou desejados), de autores diversos, todas nomeadas ("batizadas") pelo autor do livro em questão:

1 – Teoria dos Blocos (Casas ou Zonas Monetárias), de 1991, do conselheiro francês Jacques Perruchon de Brochard, nascido em 1942, que serviu de base para a construção do cenário prospectivo exploratório abaixo:

- O mundo dividido, pelos responsáveis pelo novo ordenamento mundial, em quatro Blocos (Casas ou Zonas Monetárias), cada um liderado por um ou mais, dos sete "grandes" (G 7), englobando países dos hemisférios norte e sul, preferencialmente.

Os Blocos seriam: "Federação das Américas" (Casa do Dólar), representada pelo continente americano, sob a liderança dos EUA; "Confederação Euroafricana" (Casa do Euro), abrangendo a Europa Ocidental e a África, sob a direção dos quatro membros do G 7 localizados na Europa – Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália; "União das Repúblicas Soberanas" (Casa

do Rublo), englobando os integrantes da nova CEI (Rússia), o Irã, a Turquia, o Iraque, a Arábia Saudita etc., sob a liderança da Rússia, e “Liga Asiática” (Casa do Iene), composta pelos países do extremo oriente – Japão, “Tigres Asiáticos”, Austrália etc., esperando-se, futuramente, a China – com o Japão na liderança.

Este cenário, muito semelhante àquele das Pan-Regiões de Haushofer, ao qual, além do enfoque geográfico e político foi acrescido, também, o econômico, mostrou-se de difícil materialização, em face, particularmente, da derrocada da União Soviética, inclusive com suas consequências econômicas.

2 – Teoria do Limes (1991), do cientista político, médico e escritor francês Jean-Christophe Rufin, nascido em 1952, base do cenário prospectivo exploratório a seguir apresentado, construído para ser materializado após o fim da Guerra Fria, ocorrido em dezembro de 1991:

- O mundo não mais está organizado em blocos, mas sim dividido por uma linha imaginária (“Limes”, ou seja, o limite móvel utilizado pelo Império Romano), separando os países ricos do norte (Império) dos pobres do sul (Novos Bárbaros).

- Os Estados ricos do norte não mais necessitam ajudar os pobres do sul, preocupando-se, agora, com seus próprios problemas e com seu desenvolvimento.

- O “Limes” tem como objetivo, inclusive, evitar uma nova “invasão de bárbaros” (também chamada, pelo autor, de “imigração da miséria”).

- Existem “zonas cinzentas”, particularmente no hemisfério sul, caracterizadas pela ausência da autoridade estatal e pelo desenvolvimento de economias marginais, criminosas ou mafiosas, tais como as das drogas e do contrabando de armas.

- Problemas externos criados pelos “bárbaros” são solucionados pelo “império”, inclu-

sive com emprego da força e internos resolvidos pelos interessados, sob supervisão do “império”, se for de seu interesse.

Analisando-se esse cenário, com os fatos portadores de futuro e os eventos futuros já conhecidos, chega-se à conclusão de que o mesmo está sendo concretizado, já neste início do século XXI, existindo fortes intenções de sua materialização, pelos “ricos do norte” – G7 e outros.

3 – Teoria da Incerteza, ou da Turbulência (1992), do professor universitário, advogado, editorialista e geopolítico francês Pierre Lellouche, nascido em 1951. Sua teoria possibilitou a construção do seguinte cenário prospectivo exploratório que, para o Brasil, seria um cenário prospectivo desejado:

- Após a derrocada da URSS e o fim do conflito Leste-Oeste, o mundo não está organizado na esperada “nova ordem mundial”, mas sim vivendo uma desordem mundial, com duração provável de três décadas (até 2022, aproximadamente), após as quais estará reorganizado.

O autor baseou-se em fatos portadores de futuro que redundariam em eventos futuros, tais como distúrbios raciais e religiosos nos EUA, sérios conflitos raciais, étnicos e econômicos na África, movimentos de independência nos Bálticos e na Rússia, graves problemas populacionais na China e outros, que foram se concretizando, materializando um cenário de turbulências e de incertezas. A América Latina não é considerada, pelo autor, como “zona de instabilidade”, particularmente por estar relativamente protegida das grandes turbulências, como as que ameaçam a África, o mundo islâmico, os Bálticos, o Cáucaso e a China. No caso do Brasil, acredita que, nessas três décadas, poderá sair da estagnação, sozinho (mais difícil), com um grupo de países (Mercosul?) ou com toda a América Latina (cenário da “Teo-

ria do Quaterno" ?). Trata-se, sem dúvida, de um "cenário prospectivo desejado", para o Brasil e seus irmãos latino-americanos.

4 – Teoria da Tríade (1968-73), do Clube de Roma (Itália, 1968) e da Comissão Trilateral (EUA, 1973), da qual resultou a construção do cenário prospectivo desejado a seguir apresentado, cuja concretização está sendo buscada, seguramente, neste início de século, pelos integrantes do G 7 e demais interessados no controle mundial:

- Após o fim da bipolaridade e do conflito Leste-Oeste, o mundo está organizado em três blocos, todos diretamente sob a área de influência dos EUA, a saber: o Bloco Americano (continente americano), sob a liderança dos EUA; o Bloco Europeu (Europa Ocidental, inclusive a Rússia e a Turquia, bem como o Norte da África), liderado pela Alemanha e o Bloco Asiático (Japão, "Tigres Asiáticos", Austrália, Indonésia, Nova Guiné etc.), liderado pelo Japão.

Nesse cenário foi também definido o novo mapa econômico mundial, com o NAFTA (EUA, Canadá e México – 1992), e o CAFTA-DR (EUA, América Central e República Dominicana – 2005), no Bloco Americano; o EEE (Espaço Econômico Europeu), de 1991, no Bloco Europeu e a AEA (Associação Econômica da Ásia), com base na ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), no Bloco Asiático. Estava, assim, materializada a "Tríade Econômica."

5 – Teoria do Choque de Civilizações (1993-96), do professor e cientista político norte-americano Samuel Phillips Huntington, que proporcionou a construção do cenário prospectivo exploratório abaixo:

- Após o fim da Guerra Fria, os conflitos mundiais não são mais entre reis, entre Estados ou entre ideologias, mas sim entre civilizações.

Tendo definido nove civilizações no mundo, apresenta nesse cenário o inevitável emba-

te entre a civilização Islâmica e a Ocidental, sendo que desta última, com argumentos praticamente racistas ("... sofreu e ainda sofre muito a influência de negros e de índios..."), retirou a América Latina, criando a civilização latino-americana". Este fato provocou protesto na Espanha, através de artigo do atual Coronel do Exército Espanhol, Marin Bello Crespo, bem como indignada manifestação do escritor mexicano Carlos Fuentes, que classificou como racista, pela segregação dos latino-americanos da "civilização ocidental", à qual sempre pertenceram.

6 – Teoria do Quaterno (1996), do Coronel e geopolítico brasileiro Roberto Machado de Oliveira Mafra, nascido em 1931, que possibilitou a construção do cenário prospectivo desejado a seguir apresentado:

- Terminada a Guerra Fria e o conflito Leste-Oeste, o mundo se apresenta no final do primeiro quartel do século XXI (2025) com quatro grandes blocos interagentes: o Norte-americano, o Sul-americano (evoluindo para Latino-americano), o Europeu e o Asiático.

- O bloco Norte-americano, composto pelos três países integrantes do NAFTA (EUA, Canadá e México), atraindo, também, os da América Central (CAFTA-DR) e do Caribe; o Sul-americano, formado com os países da América do Sul, em torno do Mercosul, aos quais seriam acrescentados os da América Central e do Caribe (CARICOM); o Europeu, com os países da Europa Ocidental e Oriental, a Rússia e a Turquia, bem como países do Norte da África, e o Asiático, representado pelo Japão, "Tigres Asiáticos", Austrália, Indonésia, Nova Guiné e demais da área, sendo muito esperado, embora bastante difícil, o ingresso da China que, possivelmente, buscaria a liderança do bloco.

Este, naturalmente, é o cenário prospectivo desejado para o Brasil e demais países sul e cen-

tro americanos, bem como caribenhos, pois é o único que antevê um futuro radioso para todos.

O citado livro *Geopolítica – Introdução ao Estudo* foi valorizado com um prefácio de autoria do insigne geopolítico brasileiro General Carlos de Meira Mattos, em que muito apreciou as novas teorias levantadas e nomeadas pelo autor, chegando mesmo a expor algumas dessas idéias no artigo “Novas Teorias do Poder Mundial”, publicado no *Monitor Mercantil* de 4 de março de 2005, artigo esse republicado na revista *A Defesa Nacional*, Ano XCI – Nº 801, do primeiro quadrimestre de 2005 (pág. 3-4).

Em seu prefácio do já citado livro *Geopolítica – Introdução ao Estudo*, aquela autoridade mundial em geopolítica assim se refere ao assunto:

“... o autor nos premia com a apresentação e o estudo de novas teorias do poder... Nessa parte, referente às novas teorias geopolíticas, o Coronel Mafra nos traz informações inéditas entre os estudiosos brasileiros, de novos autores que, nessa época de transição

da política internacional, tentam interpretar e teorizar a evolução resultante no nível do poder das superpotências. Entre essas novas teorias da geopolítica, o autor deste livro alinha os franceses Jacques Brochard, Jean Christophe Rufin e Pierre Lellouche e a doutrina do Clube de Roma, fortalecida com o apoio das teses norte-americanas de David Rockfeller e Brzezinsky.”

Dessa forma, pode ser afirmado que as novas teorias geopolíticas, após as referências do ilustre geopolítico brasileiro General Carlos de Meira Mattos, seja no prefácio do livro, seja no artigo publicado no *Monitor Mercantil* e na revista *A Defesa Nacional*, devem ser alvo de estudos e meditações mais profundas dos geopolíticos brasileiros, particularmente no que se refere à Teoria do Quaterno, do próprio autor que, embora não citada nos comentários acima, propicia a construção de um cenário prospectivo desejado bastante favorável para o nosso Brasil e seus vizinhos, relativo ao primeiro quartel deste novo século. ☀

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Das Virtudes Militares

Pedro Schirmer

Apresenta, de forma didática, as virtudes que devem emoldurar o espírito do soldado. Completa a exposição com fatos e citações históricas.

A nova geopolítica e a Defesa Militar da Europa¹

*Delano Teixeira Menezes**

Introdução

O referendo sobre uma Constituição para a União Européia não deixou de ser uma tentativa de dar ao Velho Continente personalidade jurídica que possibilitasse recolocá-lo no cenário mundial, com outro peso específico. Essa nova identidade, diferente daquela que deu visibilidade à União Aduaneira e Comercial, manifesta o desejo de inserir a Europa no jogo de poder mundial, com uma capacidade de decisão política que a entidade econômica não teria a capacidade de lhe dar. Entretanto, a existência de um documento de tal magnitude implica tratar temas sensíveis a muitos países que ainda não foram suficientemente debatidos, tais como: defesa militar, soberania, identidade nacional e muitos outros adjacentes a estes.

A compreensão do reordenamento do Poder Mundial será tão mais nítida quanto se possa interpretar a interação dos valores, da política, da Geografia e da História da Europa, que são integrantes e inseparáveis de uma geopolítica global. No momento em que há a pretensão de se formar um Estado supranacional no continente europeu, torna-se indispensável uma reflexão sobre a multiplicidade de interesses dos Estados constituintes da União que se entrelaçam e se tornam portadores de ten-

sões. Os Estados europeus fundamentam e legitimam a aplicação do seu poder sobre o espaço geográfico que ocupam nas tradições, nas conquistas do passado, nas etnias que constituem seus habitantes e nas peculiaridades que caracterizam cada nação. Essas nações, movidas por interesses específicos, por séculos, deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica da cada uma. Como salienta Norbert Elias, porém, a "civilização" não é, nem o é a racionalização, um produto da "ratio" humana ou resultado calculado em longo prazo. A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem".²

É exatamente essa ordem pela qual passou o processo civilizador europeu, ao longo de muitos séculos, e que ainda se está criando, que será solidificada ou impactada pela Constituição pretendida.

O conjunto da civilização européia esteve submetido a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo e que resultaram em transformações significativas das respectivas estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. Enquanto vivia disputas internas de poder, o continente, como um todo, conseguiu influenciar

¹ Colaboração do autor.

² O autor é Brigadeiro-do-Ar R1 com Pós-Graduação em Política, Estratégia e Geopolítica e membro da Sociedade Brasileira de Estudo de Defesas.

² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 2, p. 193.

fortemente as demais regiões do Planeta. Em 1800, os europeus controlavam 35% das terras do globo; em 1878, cerca de 67%; e, em 1914, 84%.³ Essa projeção do poder da civilização européia, ao atuar em diversas áreas geográficas do globo terrestre, desenhou uma geopolítica global, que somente começou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial, com a saída de cena do Império Britânico.

A devastação do continente causada pela guerra teve efeitos deletérios mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia.

O Plano Marshall (1947-52) e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompôr a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações perdidas nesse processo e as consequentes desagregações sociais produziram efeitos que se fizeram sentir até bem pouco tempo.

A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder mundial, que passaram a utilizar o território europeu como arena para disputas ideológicas, numa espécie de campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização: os Estados Unidos, o único vencedor de fato do mundo ocidental na guerra, e a União Soviética. Criou-se até um muro físico, e não meramente político, para que os estilos de vida não se misturassem.

Dividiram-se famílias, amigos, costumes, com perturbações marcantes na malha social de numerosas comunidades.

A confrontação desses dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa, influenciando as políticas públicas, os costumes, economias e as próprias relações sociais nos países onde essas tropas

estacionaram. Ainda hoje os Estados Unidos da América do Norte mantêm mais de 100 mil homens e mulheres fardados na Europa.⁴

Os sentimentos nacionais e os temores antigos, porém, não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram com outras questões de ordem geopolíticas que estavam reprimidas. Todas essas questões entrarão na conta das relações de confiança mútua a serem praticadas pelas nações européias, antes que se chegue a um sistema de defesa coletiva real.

Outros itens também aguardam respostas específicas: como conceber um sistema de defesa militar sem considerar alianças extracontinentais de cada país-membro da União? Como identificar potenciais ameaças, que possibilitem estruturar um sistema de defesa comum e integrado? Estarão, os países do Leste Europeu, dispostos a aceitar alianças militares e sujeição política, no momento em que estão sendo atraídos pelas vantagens econômicas?

Essas incertezas, que afloram de uma nova realidade, constituem as tintas que estão sendo usadas para pintar o novo quadro da realidade européia e que deveriam ser resolvidas, mesmo que parcialmente, antes que uma Constituição seja adotada.

Assim sendo, torna-se necessário que a análise deste quadro seja precedida de uma reflexão histórica dos estudos teóricos da Geopolítica, que depois da Primeira Guerra Mundial estavam centralizados no *Institut für Geopolitik* de Munique, sob a direção do Professor Karl Haushofer.

Nessa época, os teóricos alemães retomaram as idéias imperialistas de Ratzel e de Mackinder, utilizando a metodologia do sueco Rudolf Kjellén, e formularam concepções so-

³ KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, p. 149.

⁴ The Military Balance –2003-2004.

bre a vida dos Estados. Os debates em torno das teorias continham um viés evolucionista muito em voga nos meios científicos da época.

Aquelas teorias passaram a ser consideradas, impropriamente, como os fundamentos da Geopolítica. Atribuíam, assim, uma racionalidade e uma consciência evolucionista aos Estados nacionais que contrastavam com a idéia do processo civilizador de Norbert Elias. De fato, alguns conceitos foram intencionalmente apropriados pelo Estado alemão e serviram tanto para estigmatizar o termo Geopolítica quanto para gravar no imaginário dos países europeus, vítimas das agressões germânicas, a idéia de uma renitente vocação expansionista da Alemanha.

A reflexão aqui proposta também nos levará a conhecer as várias concepções de poder mundial que se formularam, para que possamos compreender o grau de influência que aquelas teorias tiveram no novo “desenho” da Europa do pós-guerra.

Em seguida, *vis-à-vis* à reflexão geopolítica anterior, tentaremos interpretar o “jogo de poder” operado por três países que definem nitidamente as forças em ação na Europa: a Inglaterra, a França e a Alemanha.

O sistema atual de defesa militar da Europa Ocidental, em expansão para o leste, será visto como uma entidade anacrônica, cristalizada na pretendida Constituição, que representa a antinomia de uma vontade de independência política e uma dependência militar consubstanciada na manutenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A imigração, o fundamentalismo religioso, o crescimento populacional e as desigualdades regionais atribuem à defesa militar da Europa outras circunscrições que fogem das concepções clássi-

cas da guerra. Tangem diversos setores das nações da União, colocando em risco a segurança sem uma especificidade militar, exigindo, assim, conceitos diferentes de defesa.

Ao analisarmos as implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia, é imprescindível que se procure compreender também o comportamento da Geopolítica norte-americana, para que o jogo de poder mundial que se está desenrolando fique mais claro.

Reflexão geopolítica

O termo Geopolítica foi formulado pela primeira vez, em 1916, pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellén em sua obra *O Estado como Forma de Vida*⁵. Kjellén define a Geopolítica como a “*ciência da vinculação geográfica aos acontecimentos políticos e tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado*”, visando a resultados imediatos ou remotos. O cartesianismo que sugere ao tratar duas categorias distintas, uma a Geografia, com definições precisas e claras, e a outra a Política, afeita a relativizações, elabora um eito de determinismo que permite que a Geopolítica preste serviços às causas que podem levar à guerra. A racionalidade evolucionista que os teóricos creditavam à Geopolítica parece contrariar o fluxo mais ou menos caótico, atribuído por Elias ao processo civilizador, o que originou polêmicas acaloradas entre os intelectuais. O próprio Elias, entretanto, atribui uma certa estabilidade ao processo no longo prazo, quando diz que “...nem por isso sem um tipo específico de ordem”.

Como a Geopolítica pretende buscar coerência em longos processos históricos, é nes-

⁵ Em CASTRO, Therezinha. *Geopolítica – Princípios, Meios e Fins*, p.28.

sa “ordem” referida por Elias que ela busca a sua racionalidade, pois, quando a Geopolítica observa o passado, procura não tanto os conhecimentos que podem ser resgatados, mas a ação que eles governam e, assim, com medidas políticas, tenta traçar os caminhos do futuro. Nessa pretensão é que residem as questões controversas da Geopolítica, pois a tentativa de determinar o futuro mediante ações políticas contraria interesses de outros Estados, ensejando contenciosos que podem levar à guerra. O determinismo que lhe é atribuído reside no fato de considerar que todo país é refém da sua Geografia física, o que o obriga a ir buscar fora dos limites de suas fronteiras os recursos de que não dispõe. Quanto mais dependente ele se torna desses recursos, mais ele se esforçará para obtê-los.

Mesmo assim, a Geopolítica pode servir para traçar as metas de um governo com propósitos não imperialistas ou expansionistas, fundamentando suas diretrizes de desenvolvimento na integração, no aproveitamento sistemático do espaço geográfico e das vantagens comparativas da posição do Estado em relação aos outros.

Estas têm sido, de fato, as diretrizes de trabalho dos países da Europa na formação da UE, ainda que o termo Geopolítica não seja, freqüentemente, mencionado. A estigmatização dessa “ciência” começou exatamente quando ela foi apropriada pelo Estado alemão para atender aos seus objetivos expansionistas.

O auge dos estudos desse ramo da Geografia, desde quando se falou em Geopolítica como ciência, com um nítido propósito de seus primeiros formuladores (que eram quase todos geógrafos) de alçarem esse ramo do conhecimento (a interseção da Geografia com a História e a Política) a um *status próprio*, ocorreu no Instituto de Geopolítica de Munique entre as duas Grandes Guerras. De lá saiu a teoria do

espaço vital (“*lebensraum*”), considerada na época um dos conceitos geopolíticos básicos, extraído da obra *Geografia dos Estados, do Tráfico e da Guerra* de 1903, de Friedrich Ratzel, criador da Geografia Política. Esta teoria preconizava que o Estado, como um ser vivo, não poderia ter o espaço geográfico como limitador de seu crescimento. Mais tarde, ela viria a dominar o pensamento de Hitler, passando a dirigir os planos do Estado-Maior alemão para domínio do mundo. Talvez por isso a Geopolítica tenha assumido um conceito errôneo de determinismo, como já vimos, levando alguns especialistas a entenderem esse novo ramo da Geografia Política como algo nefasto à paz mundial.

A vinculação inextricável entre Geografia e Política, entretanto, conduziu a formulações de teorias estabelecendo que os espaços físicos da terra, do mar e do ar eram determinantes ao Poder Mundial. E, em se tratando desses três elementos, não seria difícil compreender que eles têm significados distintos para russos, norte-americanos, franceses, ingleses e portugueses, por exemplo. Sabemos que não existem nações cujas condições sejam idênticas: a Geografia Física influencia de maneiras diferentes o acesso a recursos naturais fora de cada território nacional, o relevo e o clima atuam de formas diversas sobre as condições de vida de seus habitantes e sobre os sistemas de defesa e condicionam histórias e culturas, influindo nas razões da existência de nações com estágios de desenvolvimento humano defasados.

Em razão dessas diferenças, existirão tantas diretrizes geopolíticas quantos sistemas estatais subsistam em confronto. A compatibilização desses sistemas em único sistema europeu consubstanciado em uma Constituição não será algo fácil de ser assimilado por todos os países da União Européia. De fato, o conti-

nente europeu ocupa uma posição geográfica especial, como parte importante do Poder Mundial, Sir Halford J.⁶ *Para maior compreensão do tema, é importante conhecer o debate realizado entre diversos intelectuais da atualidade reunidos por Lawrence E. Harrison e Samuel Huntington no livro A Cultura Importa – Os Valores que definem o Progresso Humano – Rio de Janeiro: Record, 2002.*

Mackinder (1861-1946)⁷ já havia destacado, na década de 1930, que 75% das terras do globo terrestre constituíam a Europa, Ásia e África e que aí viviam 90% da população mundial. Deduziu, com certa propriedade, que, no conjunto dessas três massas continentais, a parte que ficava acima do Equador (que ele chamou de "Ilha Mundial") poderia agir em todas as direções do globo terrestre e, por isso, conseguiu estender sua civilização para a periferia – América de um lado e Oceania do outro. Na "Ilha Mundial", Mackinder destacou que a parte centro-oriental da Europa foi o ponto de partida das conquistas dos chamados bárbaros para oeste e a dos cossacos para leste. Nesse núcleo de expansão, Mackinder localizou o que chamou o "Coração da Terra" (*Heartland*), por ser uma área isolada dos oceanos, onde os próprios rios interiores contribuíam para esse isolamento.

Esta região seria a que foi ocupada pela antiga União Soviética, tendo a Rússia como núcleo. O acesso pelo norte é bloqueado pelas geleiras do Ártico e, ao sul, por salinas e bacias fechadas. Essa singular característica geográfica constitui uma região protegida contra as ações do Poder Marítimo. Daí o Poder Militar da antiga União Soviética, hoje da Rússia, es-

tar sustentado por enorme força de submarinos que se move debaixo do gelo e por poderosas divisões de blindados que se deslocam com muita rapidez pelas estepes.

Essa vantagem, no entanto, tinha um aspecto negativo: o da exclusão da mobilidade marítima, o que retarda a sua expansão. Esse aspecto negativo é contrabalançado pela existência da área contígua ao "Heartland", que Mackinder chamou de "Crescente Interno Marginal", onde estão todos aqueles países que faziam parte da União Soviética, circundando a Rússia, e que constituem uma autêntica retaguarda geoestratégica para a defesa em profundidade do "Heartland". Estes países eram considerados os *buffers* da Rússia dentro do antigo Pacto de Varsóvia.

Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, Haushoffer (1869-1946)⁸ tinha essa percepção, pois ele via na Rússia bolchevista o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo entre a Alemanha e os povos asiáticos, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder marítimo britânico. Já o grande temor de Mackinder, do lado inglês, sempre foi o de que uma eventual aliança entre as duas potências continentais européias – a Alemanha e a Rússia – poderia representar perigo para o futuro do Império Britânico. Para ele, uma coalizão do Estado-pivô do "Heartland", a Rússia, com a potência centro-europeia, a Alemanha, implicaria alteração radical do poder em toda Eurásia.

Hoje, a Rússia está isolada militarmente pelo fato de os países que eram "amortecedores" da sua defesa no Pacto de Varsóvia terem se bandeado para a Organização do Tratado

⁶ Em DEFARGES, Philippe Moreau. *Introduction à la Geopolitique*, p. 46.

⁷ Ibidem, p. 87

⁸ Ibidem, p. 88.

do Atlântico Norte. Os países desse setor adquiriram, entretanto, nova dinâmica num mundo mais devassado e globalizado, sob o ponto de vista geoestratégico. A contenda leste-oeste, entre União Soviética e Estados Unidos, era bem mais dinâmica do que a que o mundo viveu entre as duas Grandes Guerras e hoje está se desviando para um posicionamento norte-sul.

Conseqüentemente, a periferia passou a ser constituída pelas terras marginais da Antártica. Já o Ártico, no Hemisfério Norte, que era o hemisfério geopoliticamente decisório, teve importância destacada quando o Canadá propôs a partilha das ilhas árticas, alegando que elas constituíam importantes trampolins na defesa dos países defrontantes (no caso, Canadá e União Soviética). Em face desse precedente no sistema do Direito Internacional, é oportuno lembrar que o mesmo princípio dos setores defrontantes, ou defrontação, venha a ser posto em prática na partilha do continente austral.

De acordo com a Teoria dos Setores Polares de Mackinder, a importância da Antártica ficou patente na época da confrontação Estados Unidos/União Soviética, pois o Poder Terrestre comandado por Moscou tentou o envolvimento marítimo pelo sul, fazendo-se presente em Cuba e Cabo Verde, como pontos de apoio para um possível controle das rotas do Atlântico Norte; em Angola, Moçambique e a base antártica de Novozarevskaya, numa tentativa de controlar a passagem do Oceano Atlântico para o Índico; e das bases de Bellingshausen, Arctowski e Druznaya no continente antártico para controlar o estreito de Drake, no sul da América do Sul. Essa tática se justificava, pois esse Poder encontrava-se bloqueado em pontos neurálgicos das ligações inter-oceânicas, autê-

ticas "portas marítimas" que, no tabuleiro de poder mundial, eram defendidas pelo grupo de nações que formava o bloco ocidental.

No período que se passou entre as duas Grandes Guerras, quando as teorias de Mackinder dominavam os debates intelectuais e influenciavam os estadistas na Europa, ocorria nos Estados Unidos um grande debate, no qual diversas correntes de pensamento se confrontaram sobre aspectos fundamentais da grande estratégia a ser adotada pelo governo norte-americano no campo da política internacional. Uma defendia a preservação da paz mediante um sistema de segurança coletiva, controlado por um condomínio de poder (Liga das Nações). Era chamada de idealista. A outra era a corrente realista, que se caracterizava por um intervencionismo apoiado numa política de poder norteada pelos critérios estritos da segurança e dos interesses nacionais norte-americanos.

Esse grande debate modelou o perfil intelectual de Nicholas Spykman (1893-1943),⁹ professor da Universidade de Yale, que expôs suas idéias em duas obras, definindo-se adepto incontestado do realismo em relações internacionais e do intervencionismo na política externa norte-americana. Ele usou o termo "Rimland" para substituir a noção de "Inner Crescent" ou o Crescente Interno Marginal de Mackinder. O conceito estratégico do "Rimland" assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do "Heartland" na concepção geopolítica de Mackinder. Assim como o "Heartland" é a noção axial da teoria do poder terrestre, o "Rimland" é a idéia nuclear em torno da qual convergem e se articulam todos os demais componentes geopolíticos e estratégicos da teoria de Spykman.

O geógrafo norte-americano descrevia e analisava da seguinte maneira as grandes linhas dessa idéia estratégica: "O Rimland da massa ter-

⁹ BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard*, p. 31.

restre eurasiana deve ser visto como uma região intermediária entre o Heartland e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortecedora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vista para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar.

No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do Heartland e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão; é na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança.

É perceptível que as idéias de Spykman saíram vencedoras no debate com os idealistas do final da Primeira Guerra, como vimos anteriormente. É possível notar a influência das suas idéias na doutrina norte-americana até hoje, pois o Iraque, assim como todo o Oriente Médio, está dentro do “Rimland”: começa no Mar Báltico, passa pela Europa Central, a Ucrânia e a Bielo-Rússia, os Balcãs, Turquia, Ásia Central e o Paquistão, o Afeganistão, o Irã, o Iraque e a Palestina, enfim, toda essa área que hoje já é fortemente influenciada pelos Estados Unidos.

Do término da Segunda Guerra Mundial até o início da Guerra Fria, o mundo passou por um período de acomodação ao novo tipo de poder, necessária para substituir o declinante Império Britânico, e que terminou na bipolaridade definida pelo confronto leste-oeste. Cada lado foi liderado pelos dois mais poderosos países vitoriosos e ex-aliados na guerra contra o nazifascismo: os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nesse período, surgiu um intelectual renomado e cientista político de projeção internacional, Zbigniew Brzezinski, que ocupou o cargo de Assessor do Presidente para assuntos de Segurança Nacional, no governo democra-

ta de Jimmy Carter (1977-81). Em 1981, com o fim do Governo Carter e a volta ao poder dos republicanos, ele retorna à cátedra como professor da Universidade de Colúmbia, associando-se ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, mas continuou como um “espectador engajado”. Nessa posição, ele produziu um livro publicado com o título de *The Grand Chessboard*, em que faz uma análise da realidade do leste asiático e das relações com a China e o Japão, revisitando o conflito norte-americano-soviético, abordado anteriormente em outro livro de sua autoria, *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S. – Soviet Contest* (1983).

Faz um balanço global da confrontação leste-oeste, sugere linhas de ação para a política de segurança nacional norte-americana, esboça cenários e aponta os possíveis desdobramentos da rivalidade entre as duas superpotências. O seu enfoque não privilegia o antagonismo ideológico nem a competição econômica entre ambos. O foco principal da reflexão é a luta travada entre as superpotências pelo controle da Eurásia, como precondição para a conquista da supremacia mundial. “*Naquele contexto, o modo como a América manages a Eurásia é crítico. O poder que dominar a Eurásia controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Um mero olhar no mapa também sugere que controlar a Eurásia pode automaticamente significar a subordinação da África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos para o continente central do mundo. Aproximadamente 75 por cento das pessoas do mundo vivem na Eurásia, e a maioria da riqueza física do mundo está ali também, em seus empreendimentos e debaixo de sua terra. A Eurásia possui algo em torno de três quartos dos recursos de energia conhecidos do mundo*”.¹⁰

O colapso do bloco comunista veio confirmar, em grande parte, os prognósticos feitos

¹⁰ Ibidem, pág. 35.

por Brzezinski no livro *The Grand Chessboard*, que contribuíram para o inesperado e pacífico desfecho da confrontação estadunidense-soviética. Ele chega a assumir um tom profético e alarmista em alguns trechos, quando escreveu que “nunca antes uma democracia popular alcançou a supremacia internacional. Mas a simples posse do poder não é um objetivo que comanda a paixão popular, exceto nas condições de uma súbita ameaça ou desafio ao senso popular de bem-estar doméstico. Os danos causados à economia (isto é, gastos com defesa) e o sacrifício humano (mesmo entre os soldados profissionais) requerem um esforço incompatível com os instintos democráticos. A democracia é avessa a uma mobilização imperial”.¹¹

É importante salientar, no entanto, que em sua maioria as idéias contidas no livro de Brzezinski não são propriamente novas nem inteiramente originais. A visão geopolítica e estratégica de Brzezinski é, em grande parte, oriunda de duas matrizes preexistentes que foram desenvolvidas por Mackinder e Spykman.

Nesse contexto, o comportamento da geopolítica norte-americana atual deve ser observado para que se tenha melhor compreensão das implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia e, assim, deixar mais claro o jogo de poder mundial que está em andamento.

Atualmente, a política externa dos Estados Unidos procura consolidar a hegemonia mundial alcançada e continua atuando no sentido de conquistar, ou manter, posições geopolíticas que lhes permitam prolongar o máximo possível a permanência na elevação que alcançaram. A militar, pelo menos até agora, não encontra um oponente à altura, mas

a econômica deverá ser compartilhada com outros atores, que crescem sem utilizar o aparato bélico.

O conhecimento das linhas de pensamento de alguns teóricos e formuladores geopolíticos modernos e a passada de olhos nas teorias formuladas pelos alemães, ingleses e norte-americanos do pós-Primeira Guerra Mundial nos dão instrumentos para interpretar a realidade atual do jogo de poder no mundo. Algumas dessas teorias se concretizaram e estabeleceram rumos conhecidos nas relações internacionais, enquanto outras não passaram de teorias e se frustraram diante de realidades mais fortes. O imponderado e perturbador da Geopolítica são os prognósticos que os seus teóricos tentam fazer. Quando eles são guindados ao poder e procuram implementá-los, influenciando a Política para alcançar os desígnios traçados, torna a Geopolítica assustadora pelo sentido imperialista que imprimem à condução das políticas externas. Quando eles se mantêm, no entanto, à margem do poder e acertam nos prognósticos, possivelmente eles poderão não estar vivos para ver seus resultados, pois os estudos geopolíticos são tanto mais precisos quanto maiores forem os períodos de tempo e espaços geográficos estudados e envolvem enorme multidisciplinaridade de conhecimentos.

Outro aspecto que abala a racionalidade da Geopolítica é a imponderabilidade do comportamento humano e da ação social que atua no percurso entre o exercício de interpretação do passado e do presente e os objetivos determinados para o futuro. No ato de identificar a ação que governa o conhecimento que vem do passado, como já vimos, incide um espectro tão grande de variáveis de toda ordem

¹¹ Tratado semelhante ao da Otan que englobava os países do leste europeu que estavam na órbita da União Soviética e formavam o cinturão de defesa da Rússia. Foi fundado em 14 de maio de 1955 em resposta à entrada da Alemanha Ocidental na Otan.

que fragiliza os argumentos que a Geopolítica usa para sustentar a visão do futuro. Desta forma, a Geopolítica pode ser colocada mais como um instrumento acessório de reflexão do que a *dóxa* que governa a ação política dos Estados.

Desse modo, a maneira como os países mais influentes da Europa souberem usar esse instrumento de reflexão para equilibrar as forças políticas e econômicas e manejarem a hegemonia militar dos Estados Unidos determinará a forma da permanência da Europa no jogo de poder do mundo moderno.

A segurança continental na Constituição européia

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração européia num estado transnacional iniciado na década de 1950. Os debates políticos e econômicos do continente andavam em rotas convergentes, tudo levava a crer que os países signatários do Tratado de Maastricht (1991) haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas da modernidade e que estavam tomando posições mais realistas quanto à necessidade de uma configuração política que fosse mais além da econômica, tarefa essa que pode se tornar indispensável com a entrada de novos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda (euro) foi aceita (com exceção da Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da Comunidade Européia acalentarem um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moeda nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e a homogeneização da macroeconomia continental.

Isso reforçou a idéia de que seria possível ter uma moeda européia sem um Estado euro-

peu e introduziu ações positivas em toda a economia do continente. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Portanto, desde que a maior parte da Europa aceitou o euro com relativa facilidade, pareceu aos políticos que isso deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens auferidas pelo euro à dinâmica da integração econômica provocaram a aceleração do processo político, e alguns aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Vê-se, também, que não foi adequadamente avaliado o fato de que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países – particularmente os mais novos na associação – e pela própria Grã-Bretanha. Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Européia, até ao referendo na França, em 2005, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a idéia nasceu em tempos relativamente prósperos, e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as populações urbanas, que começavam a sentir um certo descontrole com a perda de postos de trabalho, e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da Economia no espaço europeu, revelando-se aí o grande dilema do sistema político: alguns caminhos, bem aceitos quando a Economia está saudável, tornam-se intoleráveis quando ela não vai bem.

Ironicamente, o texto da Constituição tem um viés nitidamente liberal. A palavra “ban-

co”, por exemplo, aparece 176 vezes, “concorrência”, 174 vezes, e, “mercado”, 78 vezes, enquanto “programa social”, somente três vezes. A expressão “serviço público” aparece somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III – 238). O projeto prefere usar a expressão “serviços econômicos de interesse geral”, que podem ser públicos ou privados (Art. II – 96) e, coroando o exagero liberal, os Estados ficam com o encargo de evitar que o mercado seja afetado em caso de guerra! (Art. III – 131).

Não parece, todavia, que a questão central seja somente econômica.

Na França, o maior obstáculo para uma Constituição européia é de natureza política e social – o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Esse sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da História da França, mas, especialmente neste caso, ele foi ativado quando as ambições políticas da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na Economia. Este é duplamente o caso, quando a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos, e os votos de aprovação no referendo significariam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do Estado (*dirigisme, étatisme*) e demonstra dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado.

A outra possibilidade do insucesso da nova Constituição na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum. São 224 páginas entrelaçadas de idas e vindas, numa teia burocrática extenuante que distancia os cidadãos europeus de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo pode chegar a mais ou menos 500 páginas se contarmos todos os pro-

tocolos que são anexos e que só estão disponíveis no site www.constituzioneuropeenne.fr. A União Européia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos. O sistema coletivo de defesa é outra questão que está enredada no texto, de tal forma que o cidadão comum também não entende. De um modo geral, os trechos relativos à defesa não são muito específicos e dizem que a capacidade operacional militar se apóia nos meios militares e civis dos países-membros, sem esclarecer que meios são esses. No Artigo I – 41, há o compromisso de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço à segurança internacional dentro de um quadro semelhante ao das Nações Unidas. Ele estabelece que as forças militares só seriam constituídas depois de deliberação unânime do Conselho europeu e seriam formadas pelos países que quisessem delas participar, mas não se refere a uma força multinacional permanente para prover, em tempo real, a defesa coletiva, nem a qualquer sistema de coordenação de informações e de operações militares comuns de defesa, embora defina que cada país seja responsável pela própria defesa, como, de resto, já o é. Estabelece, todavia, que os demais integrantes da União deverão dedicar todos os esforços para ajudar aquele que for agredido, sem afetar as características de sua própria defesa, mas não faz referência a uma possível agressão mútua entre países da própria União, fato que não parece impossível, considerando que se trata da união de países que viveram lutas violentas no passado recente. Sobrepõe os compromissos militares com a Otan, dos países que dele são signatários, aos da defesa coletiva da União e estabelece que os engajamentos militares de defesa serão feitos de forma semelhante àqueles estatuídos por esse Trata-

do. De fato, o documento prevê o estabelecimento de uma estrutura militar permanente de defesa (Art. III – 312), mas a vontade de participação dos Estados-membros nessa estrutura, passados três meses de sua manifestação, será julgada pelo Conselho Europeu, por intermédio do Ministro de Negócios Estrangeiros.

Dessa forma, não há a obrigação dos países da União de participarem da estrutura permanente de defesa. Os demais aspectos relativos à defesa, tratados na Constituição, dizem respeito a procedimentos burocráticos, normas de controle, deliberação, critérios para a determinação da maioria no Conselho Europeu, ao poder de veto dos Estados e à necessidade de unanimidade para o emprego de força militar fora do continente. Com relação a esse último aspecto, os procedimentos se assemelham muito aos das Nações Unidas.

É possível identificar certa indiferença das pessoas para com os problemas de defesa quando outras questões sociais são mais tensas.

Na Europa de hoje, a existência da Otan com o poderoso “guarda-chuva” militar dos Estados Unidos, o fim da contenda leste-oeste e as relações pacíficas de clássicos adversários do Continente, França e Alemanha, é de se esperar que as questões de defesa sejam atenuadas.

No entanto, congelar, num documento que se diz estruturante da União, um *status quo* anacrônico é outra questão, ainda mais quando se observa que uma das locomotivas europeias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à Otan. Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas Forças Armadas na defesa continental às condições de segurança do território francês, nunca per-

mitindo que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no país.

Esse Tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, da Europa, e mais Canadá e Estados Unidos, da América do Norte, assinaram o protocolo de cooperação, em Washington. O consenso da Organização estava cristalizado no Artigo 5º do protocolo de criação: “*Um ataque contra um ou mais países-membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles.*” Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, após a desarticulação da antiga União Soviética, os países do Leste europeu Lituânia, Estônia, República Tcheca, Romênia, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros entre 2004 e 2005.

Ainda que esse sistema de defesa tenha trazido substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e para todo o mundo ocidental durante a Guerra Fria, hoje ele mantém dentro do continente o Canadá e os Estados Unidos, cujas presenças se justificavam pela geopolítica da Guerra Fria. Supondo que uma quantidade de países tenha resolvido se associar com a intenção de contrabalançar o poder norte-americano, não faz sentido uma submissão nas questões de defesa. Há uma clara indefinição de ameaça militar à Europa. A defecção do Pacto de Varsóvia¹² levou os estrategistas europeus a uma espécie de ata-

¹² Para entender melhor as razões históricas do temor desses países para com a Alemanha, ver *Os Alemães*, de Norbert Elias.

raxia em relação às concepções clássicas de defesa militar. Atualmente, tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma, os objetivos geopolíticos norte-americanos se vêm mantendo desde 1947, quando começaram a costurar sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa por meio da Otan, e em todo o continente americano, com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Tiar, cujos princípios são semelhantes, por considerar que a agressão externa a qualquer um dos países signatários é considerada uma agressão a todos eles.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a Otan ainda luta para se recuperar. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões.

Aliás, essa crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado, os países da Europa Central (Leste menos a Rússia) se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a aceitação como membros efetivos da organização militar.

Esses países, ao saírem da órbita de Moscou, ainda não se sentiam seguros ao lado da Alemanha. Entendiam que a sua segurança dependia da França, por ser tradicional contraposição da Alemanha, ou da Inglaterra que, juntamente com a Otan, seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu.

Enquanto a Rússia, porém, não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem vol-

tados para a realização de dois objetivos cruciais, ou seja, fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional que possa conter permanentemente o nacionalismo expansionista alemão,¹³ ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia. Nesse contexto, a Otan se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados Unidos como um mediador de valor para o equilíbrio de poder na região.

Todavia, o papel norte-americano de superpotência militar, com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo, parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis. A invasão do Iraque exigiu que os Estados Unidos dispusessem no Golfo Pérsico cerca de 75% de seus aviões táticos em serviço, 42% de seus carros-de-combate pesados modernos, 46% de seus porta-aviões, 37% dos efetivos do Exército e 46% dos fuzileiros navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque os seus aliados europeus de maior expressão mostraram um certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares, numa empreitada que as Nações Unidas relutavam em dar aval. Portanto, a Otan ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados Unidos no exercício de “polícia do mundo”, mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

E, de qualquer forma, essa é uma questão mal resolvida na Constituição e ainda não resolvida pelos estados-membros da União Européia. Por outro lado, o documento é mais restritivo do que a Otan, em matéria de intervenção armada fora do continente, e adota um

¹³ Para maiores informações sobre os problemas dessa geração, ver *A Revolução dos Idosos*, de Frank Schirrmacher.

modus operandi semelhante ao da ONU, relativo às forças militares multinacionais de *peace keeping* e *peace enforcement*.

Outras questões que afetam a segurança

A União Européia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo. Essa condição perde substância, quando envolve assimilar na entidade política uma instituição militar que atende a propósitos do passado.

A estrutura da Otan foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor divisões militares, carros-de-combate e aviões num espaço geográfico específico. Hoje, o adversário não está definido, talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo, atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. As ameaças à segurança européia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que nunca. Os pontos de origem dessas novas ameaças são mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas.

As sociedades européias se preparam atualmente com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflada pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática, que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos, sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir ainda mais as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de

fora, incentivando o surgimento de radicalismos raciais que pareciam já terem sido superados. As grandes ameaças à segurança do continente no passado foram as guerras européias, mas hoje a ameaça que está sendo percebida com maior nitidez é a imigração. Particularmente aquela proveniente de outros países fora da Comunidade Européia, que surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho; e no social, exacerbando a diversidade cultural e religiosa. Na sociedade capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é uma condição desejável, uma vez que o estado de pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra. As imprevisíveis pulsações da economia mundial, todavia, criam uma persistente taxa de desemprego, e a chegada de contingentes enormes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e produz crise social.

Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho, o problema não era muito visível, mas enquanto só a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma população enorme de profissionais de alta qualidade, isso mexe com a vida das pessoas, o nacionalismo xenófobo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos 50 e 60 anos – os *boomers*, como são chamados¹⁴ – nascida no final da década de 1940 até 1960, que hoje poderiam estar no topo da escala social, foi uma geração perdida com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um

¹⁴ Ibidem.

longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que os manteve marginalmente no limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os 20 e os 40 anos têm suas vidas perdidas, e as frustrações deslocam-nas na estrutura social, tornando-as descrentes da capacidade do Estado em ampará-las.

O *timing* da vida humana não se concatena com o *timing* das teorias econômicas. Esta situação criou competição entre duas gerações, em que a posterior assume posições relevantes no mercado de trabalho, empurrando a anterior para uma aposentadoria precoce, com sérias consequências na seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passou a ser identificada como a catálise do problema, e, impulsionado por um reflorido sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho.

O nacionalismo é uma expressão de identidade e, com ela, de dignidade e de amor-próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país, também o “eu” de cada um fica menor. Agregue-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A França fica muito feliz em ir à Argélia e gritar “França”, mas o seu povo fica muito menos feliz quando um argelino chega em Paris e grita “Argélia”. O fato é que a população da França e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados inevitáveis para muitos franceses (digo França apenas como referência!) que não querem que seu país mude.¹⁵ A Europa, ex-metrópole, não se sente muito à

vontade com a diversidade étnica. “A *mãe-pátria* não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e de fato acontecesse, como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”.¹⁶ Para o europeu médio, fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes.

Complicando mais esse quadro, a Constituição institucionaliza essa perda de controle quando assegura o direito, ao imigrante em um determinado país, de circular pelos demais membros da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que vêem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União, o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro surge a questão da soberania que alguns países, e entre eles a França, resistem em abrir mão, dificultando a aprovação da Carta, não só em questões de defesa, mas, principalmente, nas políticas sociais. É nessas políticas que o novo sistema constitucional proposto toca num sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do continente – o sentimento de nacionalidade.

Este está incrustado nas menores comunidades de todo o espaço da Comunidade, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio de lutas sociais importantes, de onde surgiram os benefícios que hoje desfrutam e que se vêem ameaçados por uma entida-

¹⁵ Para saber mais sobre as transformações culturais na Europa, ver Samuel P. Huntington, *O Choque de Civilizações*.

¹⁶ LANDES, David S. *Riqueza e a Pobreza das Nações*, p. 477.

de que seria dirigida por uma autoridade burocrática difusa, com pouca possibilidade de imputação de responsabilidades.

O povo francês, certamente, se tem perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para um Estado sobre o qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa, e, certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França. Ainda que seja um assunto bastante subjetivo para a população em geral, esse pode ter sido um dos motivos pelo qual a Constituição não passou no referendo francês.

Conclusão

A União Européia foi fundada em princípios de conveniência econômica. Tenta, agora, incorporar componentes políticos e sociais, o que se está revelando inconveniente para alguns países, pois toca em temas caros aos sentimentos de nacionalidade e de soberania.

Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustrações que levaram à não aprovação da Carta Maior. A integração econômica que implicava mais questões técnicas e burocráticas do que propriamente políticas. Não afetava diretamente questões sensíveis ao povo, pelo contrário, introduzia práticas seculares nas trocas comerciais e, mesmo assim, levou 50 anos para se consolidar.

Não é de se esperar que uma Constituição apressada, aparentemente dissociada do processo de integração anterior, que peca mais por omissão do que por inclusão, seja aprovada em tão pouco tempo.

Muitas coisas que estão cristalizadas na Carta ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões, a cada resolução adotada, eram gra-

dativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas consequências ainda não estão totalmente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando o anacrônico Tratado do Atlântico Norte (Otan) ao sistema de defesa.

Também há de se considerar que uma Constituição aprovada neste momento poderia complicar as pretensões dos países da Europa Central em ingressar na UE, em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais países, e eles são peças de um novo jogo geopolítico, ainda sem definição.

Por enquanto, os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sosssegado em suas pretensões geopolíticas frustradas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar realidades geopolíticas diferentes. Aliás, isso parece ser também o temor dos Estados Unidos, expresso em declarações de várias autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo da sua posição quanto à manutenção da Otan.

Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações internacionais, não tem razões para confiar na Alemanha, que surge, reunificada após a queda do Muro de Berlim, como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, a Geoestratégia vencedora até o momento é a dos Estados Unidos da América do Norte. Eles continuam mantendo presença no continente, sob a alegação de que a Rússia ainda não completou seu processo de acomodação, e reivindicam para si

a tarefa de proteger os países que saíram da órbita de Moscou, que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subseqüentes à invasão do Iraque, certamente em decorrência dos seus problemas internos, e os acontecimentos na Alemanha, onde a frustração da socialdemocracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a avaliação de que a Europa era um problema crítico para os Estados Unidos, resumindo-se na idéia de que apenas a França e a Alemanha é que são críticas.

Os Estados Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder, a Europa se tornaria perturbadora da predominância global dos Estados Unidos. Geopoliticamente, é difícil vislumbrar dois poderes continentais, com interesses semelhantes, capazes de se manterem em equilíbrio por muito

tempo. Enquanto a Europa estiver voltada para os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecer fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados Unidos para atender aos interesses norte-americanos.

A Europa unitária e operando como uma entidade transnacional poderá demorar ainda a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados Unidos se forem de fato as líderes de uma Europa una. Isoladamente, cada uma dessas nações não passa de um poder secundário no cenário internacional. Talvez por isso os políticos alemães e franceses tenham tentado acelerar o processo de unificação política.

A entrada da China em cena, como um contrapeso respeitável aos Estados Unidos, também angustia os políticos europeus. O processo de reequilíbrio de poder mundial está ainda em gestação e o espaço que é desejado pela Europa no panorama global ainda está sendo definido. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Coleção General Benício



**BRASIL-FRANÇA, relações históricas
no período colonial**

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.

Pacifismo ativo: Utopia ou realidade?¹

Germano Seidl Vidal*

"No momento, não há expressa conceituação consensual de quem pode ou não fazer a guerra, violando preceitos dos direitos individuais do Homem em proveito daqueles ditos coletivos."

"in" A Guerra Proscrita

Os cientistas, ao longo do tempo, vêm descobrindo coisas sobre as variáveis universais relativas ao tempo e ao espaço, bem como sobre a natureza da matéria e da energia.

No século II, Ptolomeu afirmou que o Sol girava em torno da Terra, e foi Copérnico, por volta da época do descobrimento do Brasil, quem o contestou com sua teoria heliocentrista.

Mas passaram-se ainda cem anos para Kepler e Galileu fornecerem as provas teóricas e científicas dessa realidade.

Foram necessários, assim, muitos séculos para se chegar a uma explicação, hoje banal, sobre fusos horários e estações climáticas de correntes dos movimentos de translação e rotação da Terra.

O desenvolvimento da Ciência parecia muito lento, exigindo demorada maturação para a comprovação tecnológica.

Basta lembrar que Volt inventou a pilha, e cerca de oitenta anos após, Edison, em 1789, veio a criar a lâmpada com uma utilização prática da energia elétrica. Mais tarde, ele próprio projetou a 1^a Central Elétrica em Nova York.

O rádio surgiu em 1895 com Marconi, através da telegrafia sem fio.

Em 1922, a BBC começou as primeiras transmissões radiofônicas regulares e, só então, em 1940, na Segunda Guerra Mundial, tivemos ampla utilização do sinal sonoro com onda portadora em FM.

Os circuitos integrados só vieram a desenvolver-se em 1947, ampliando ou controlando sinais elétricos em circuitos eletrônicos, e somente em 1954, os transistores foram utilizados industrialmente na montagem dos rádios portáteis.

Em 1938, o primeiro computador eletrônico foi concluído nos Estados Unidos, e em 1970, é desenvolvido o microprocessador que levou à fabricação dos computadores pessoais (PCs).

A Ciência e a Tecnologia, passo a passo, pareciam servir ao homem para melhorar sua qualidade de vida, mas, lamentavelmente, ampliavam também de forma exponencial, sua capacidade de autodestruição.

É curioso e sensato conhecer o raciocínio de um popular astrônomo norte-americano, Carl Sagan, quando explicou que, na Batalha

¹ Colaboração do autor.

* O autor é Coronel, escritor e historiador. Autor do site www.guerraproscrita.com

de Gettysburg, em 1853, a qual imolou 50 mil americanos em luta fratricida, uma peça de artilharia lançava projéteis com alcance de algumas milhas, contendo vinte libras (ou 9 quilos) de um centésimo de tonelada de TNT e podia matar um número reduzido de pessoas.

No final da Segunda Guerra Mundial, os americanos usaram as primeiras bombas atômicas para aniquilar duas cidades japonesas.

Após viagem de 1600 km, em cada uma dessas cidades, foi lançada uma bomba com potência equivalente a 10 mil toneladas de TNT, o bastante para matar centenas de milhares de pessoas.

Alguns anos mais tarde, os Estados Unidos e a União Soviética desenvolveram as primeiras bombas de hidrogênio.

Algumas delas tinham o rendimento explosivo equivalente a 10 milhões de toneladas de TNT, ou seja, o suficiente para matar milhões de pessoas.

Ampliando esse perigo, os artefatos nucleares podem ser lançados por mísseis, atingindo qualquer lugar do planeta.

E concluiu Carl Sagan, numa matemática aterradora: *“De Gettysburg à bomba arrasa-quarteirão, mil vezes mais energia explosiva; da bomba arrasa-quarteirão à bomba atômica, mil vezes mais, e da bomba atômica à bomba de hidrogênio, outras mil vezes mais. Mil vezes mil, vezes mil, vezes mil é um bilhão. Em menos de um século a nossa arma mais temível se tornou 1 bilhão de vezes mais mortal. Mas nós não nos tornamos 1 bilhão de vezes mais sábios, nem mais felizes e nem mais seguros [...]!”*

Sabe-se agora, que em 1992, além de cerca de 22 mil ogivas nucleares estocadas pelos Estados Unidos (12 071) e a antiga União Soviética (10 831), existiam as Bombas de Neutrons, que são pequenas bombas de hidrogênio.

Elas produzem altos níveis de radiação, porém com liberação de calor e potência ex-

plosiva limitados, visando antes matar pessoas do que destruir edificações.

Nos 50 anos da Guerra Fria, o equilíbrio instável entre os Estados Unidos e a União Soviética manteve o “status quo” da paz, com vários Acordos SALT (Strategic Arms Limitation) e START (Strategic Nuclear Arms Reduction Treaty).

Após a queda do Muro de Berlim, e em 8 de dezembro de 1991, a extinção da União Soviética substituída pela CEI – Comunidade de Estados Independentes, a bipolaridade do poder mundial desapareceu.

Surgiu, hegemonicamente, o poder dos Estados Unidos, liderando inclusive a ampliação da Otan, criada em 1949, agora com 19 países, alguns até do Leste Europeu, cujos efetivos estão em torno de 4,8 milhões de soldados.

A ONU, com 185 países, está enfraquecida e tem na sua Carta os artigos 42 e 43, que permitem a aplicação de meios coercitivos, inclusive a utilização das Forças Armadas dos países signatários, para a “Imposição da Paz”, segundo conceito atual e decisão específica do Conselho de Segurança.

Uma grave contradição à expressa finalidade daquela Organização em administrar a paz por meios pacíficos, conforme propósitos expressos no artigo I da Carta que a constituiu em 1948.

Além do arsenal nuclear, o mundo, estupefato, constata que a Ciência serviu para desenvolver secretamente, ao que se supõe, agentes biológicos extremamente mortais, manipulando bactérias e suas toxinas, vírus e fungos, como, por exemplo, o ANTRAZ e outros ainda mais perigosos por sua ação contagiante e agentes químicos fulminantes, sob a forma de produtos organofosforados, que agem fazendo bloqueio neuromuscular, entre esses, o SARIN e o TABUN, os quais podem dizimar populações em poucas horas. A distância en-

tre os experimentos científicos e a produção dos seus efeitos tecnológicos reduziu-se a tempos cada vez menores, podendo-se até inferir que em breve, o produto tecnológico gerado por computadores múltiplos, necessaria da explicação científica “a posteriori.”

Nessa revolução há que incluir-se o acesso ao conhecimento dessas descobertas por indivíduos ou grupos sem suportes institucionais oficiais.

E daí surgem os riscos da atuação do Terrorismo Internacional – a chaga social considerada crime contra a humanidade – o qual usaria esse latente potencial, suprimindo, desde logo, uma expressão decisiva para os destinos do homem: a solidariedade humana.

Dever-se-ia enfatizar um novo conceito, o do Pacifismo Ativo, com seu corolário de conceituação doutrinária e pragmática na forma de agir na solução de conflitos regionais, nacionais e internacionais, sejam eles sociais, religiosos, étnicos, econômicos ou políticos e seus desdobramentos, no campo estratégico, com o uso de recursos militares.

Tal disposição, quase utópica, vale para todos os níveis sociais, dos menos aquinhoados pela Criação até os mais poderosos representantes do poder mundial.

O Pacifismo Ativo diferencia-se da Resistência Pacífica com que o Mahatma Gandhi mobilizou milhões de indianos a se sublevarem contra a ocupação britânica nos idos de 1940, simplesmente declarando-se pacifistas dispostos a negar qualquer contribuição ao Império Britânico e seus representantes na gestão colonial.

“Cruzar os braços” a qualquer ordem do poder imperial, e deste modo, inviabilizar a governabilidade a despeito do uso imoderado da violência pelos seus dominadores, sem reação dos sofridos súditos.

O Pacifismo Ativo, ao contrário, propõe o “descruzar os braços”, reagir na medida de

suas possibilidades e no âmbito de suas comunidades ao conviver com o uso de força, em qualquer de suas formas: arbitrariedade, prepotência, discriminação, perseguição, tortura e morte violenta, atingindo todas as camadas sociais, sobretudo a do homem comum, todos igualmente resistentes aos tentáculos dos “donos” do poder, na sanha da ampliação de seus impérios.

O Pacifismo Ativo está, assim, coerente com o Manifesto 2000, elaborado por 23 laureados com o Prêmio Nobel da Paz, que o assinaram em Paris, em março de 1999, partindo de um compromisso individual, via internet, aceito por mais de 100 milhões de pessoas, para ser encaminhado à Assembléia Geral da ONU em fins de 2000.

Na comemoração do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscreveram o referido Manifesto.

Nele consta o seguinte:

“Por uma Cultura de Paz e Não-Violência Reconhecendo minha porção de responsabilidade em relação ao futuro da humanidade, especialmente pelas criaturas de hoje e aquelas das futuras gerações, prometo – em minha vida diária, em minha família, meu trabalho, minha comunidade, meu país e minha região:

Defender a liberdade de expressão e diversidade cultural;

Promover o comportamento de consumo responsável;

Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade;

Compartilhar meu tempo e meus recursos materiais;

Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa;

Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas.”

Há hoje um espaço no cenário mundial para o exercício do Pacifismo Ativo diante de

uma nova ordem mundial, dita, com eufemismo, como Guerra ao Terrorismo International, sob a tutela dos Estados Unidos.

Ainda é tempo de reagir.

Basta lembrar outros passos, ainda tímidos, de uma reação em cadeia a favor do retorno ao uso da negociação diplomática e do diálogo entre facções radicais para se preservar o bem comum da humanidade, a ser repartido, de forma compatível com as conjunturas locais, regionais e nacionais.

Seria o primeiro passo para proteger o cidadão, cuja maior graça é o desfrute da vida.

Dentre os instrumentos ainda válidos, estão na pauta a revisão dos Estatutos da ONU e da constituição de seu Conselho de Segurança, o revigoramento do Tribunal Penal International, já instalado, infelizmente, sem a ratificação do Brasil..., a formação dos Blocos para o Desenvolvimento Econômico e Social e o Intercâmbio Militar para se proteger ou se opor à hegemonia dos Sete Grandes, em particular dos Estados Unidos, e a “domesticação” do capitalismo selvagem diante dos limites das regras de convivência internacional.

O uso dos recursos bélicos, em última instância, pode ser evitado dentro do conceito de Sun Tzu, no qual proclama que “o importante é vencer sem lutar”.

Em complemento, para minimizar os efeitos das guerras, protegendo pessoas e bens, existe, criada desde 1863, a Cruz Vermelha International, promotora das 4 Convenções de Genebra, promulgadas em 12/08/1949, as quais precisam ser atualizadas.

O intercâmbio militar sugerido tem em vista o efeito “dissuasório” e elimina a tendência dos “fabricantes” de guerras em identificar, potencializar e proclamar os “inimigos potenciais”, como está acontecendo na atual con-

juntura mundial, sob o fantasma questionável de “guerra preventiva”, “defesa humanitária” ou “imposição da democracia” como panacéia para o entendimento universal.

É dizer um não à “estratégia da hipocrisia...”. Pacifismo Ativo não é sintoma da modernidade e sim da obsolescência.

É fruto do pensamento dos homens de bem capazes de assumir seu papel na sociedade visando o bem-estar social – utopia que se transforma em “realidade necessária e urgente” para salvar a humanidade.

É bem recente uma interpretação genial da letra e da ideologia contidas na “Canção do Soldado”, criada antes da Segunda Guerra Mundial, cantada entusiasmaticamente pelos soldados em nossos quartéis.

Isso foi feito pelo Embaixador Rubens Ricupero, nas páginas do jornal *A Folha de S. Paulo* em 23 de novembro de 2004, quando diz, sob o título “Rebrilha a Glória”, o seguinte:

“O outro aspecto é o da ideologia popular da rejeição da guerra e da cultura brasileira de paz. ? Quem imaginaria o exército prussiano, os truculentos fuzileiros ‘yankees’, ou até mesmo os chilenos de ‘passo de ganso’, cujo lema é ‘por la razón o por la fuerza’, marchando ao som de um hino ao Pacifismo ?”

O trecho do “hino ao pacifismo” diz: “[...] A paz, queremos com fervor, a guerra só nos causa a dor [...].”

Nota do autor

Título inspirado em carta de 06/02/2001 do Gen Ex Gleuber Vieira, então Comandante do Exército, que afirma: “Seu livro traz ainda a visão de uma paz duradoura no presente século mais do que uma ‘desejável utopia’, uma ‘realidade necessária’ e intensamente sentida.” ☺



Atualize os seus conhecimentos por intermédio da Biblioteca do Exército, a preços nunca vistos!

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO COM MUITO MAIS VANTAGENS!

Assinando a coleção de 2007, você, além de mais informação, receberá inteiramente grátis a assinatura anual de uma das revistas quadrimestrais:

A Defesa Nacional ou Revista do Exército Brasileiro

Você pode optar, também, pela compra de cinco livros do editorial 2007 e ganhar um BRINDE exclusivo da BIBLIEIX!

ASSINE TAMBÉM:

Revista do Exército Brasileiro

Publicação de artigos de conteúdo técnico-profissional militar

A Defesa Nacional

Contém estudos de assuntos militares, políticos e sociais brasileiros

Revista Militar de Ciência e Tecnologia

Seleção de assuntos pesquisados pelos docentes e discentes do Instituto Militar de Engenharia – IME

Como e quanto pagar:

- Coleção (dez livros): R\$ 210,00 à vista ou em até 12 parcelas fixas sem juros.
- Seleção de livros (cinco): R\$ 105,00 à vista ou em até 12 parcelas fixas sem juros.
- Revistas quadrimestrais (assinatura anual de cada revista): R\$ 40,00 à vista.

Faça abaixo a sua opção:

- A Infantaria Ataca
Erwin Rommel
- Atlas Hutchinson de Planos de Batalhas
Richard Holmes
- Transformando Suor em Ouro
Bernardo Rocha Resende (Bernardinho)
- O Espírito Militar na Questão Acreana
Luis Felipe de Castilhos Goycochá
- As Virtudes Militares
Pedro Schirmer
- Ganhando a Guerra
J. B. Alexander
- 1984
George Orwell
- Matar – Os custos psicológicos de aprender a matar na guerra e na paz
Dave Grossman
- Elisa Lynch – Mulher do mundo e da guerra
Fernando Baptista
- Geopolítica e o Futuro do Brasil
Carlos Patrício Freitas Pereira
- Revista Exército Brasileiro
- Revista A Defesa Nacional
- Revista Militar de Ciência e Tecnologia

Dados cadastrais

Nome completo			
Data e nascimento	Endereço		
Bairro	Cidade	UF	CEP
Telefone	Fax	Correio eletrônico	

Militares

Situação	Desconto em folha	Prec-CP (EB)	Posto/grad
			Identidade
<input type="checkbox"/> Ativa	<input type="checkbox"/> Sim	NIP (MB)	OM
<input type="checkbox"/> Reserva	<input type="checkbox"/> Não		

_____, de _____ de _____

Assinatura: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

Para adquirir publicações avulsas, consulte a BIBLIEIX ou nosso representante na sua OM.

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Centro – Ala Marclio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ

Tels.: (21) 2253-4628 ou 2519-5732 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: biblex@biblex.com.br

**Seja
assinante
da BIBLIE
e receba
Sempre
as
melhores
Obras**

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.
Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF

Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.